



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JAQUELINE FERREIRA DE LIMA

**O CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO COLÉGIO
BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (2003 A 2013):
CONTRADIÇÕES PARA A
DEMOCRATIZAÇÃO/UNIVERSALIZAÇÃO DO ESPORTE E A
TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO**

Salvador
2015

JAQUELINE FERREIRA DE LIMA

**O CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO COLÉGIO
BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (2003 A 2013):
CONTRADIÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO/ UNIVERSALIZAÇÃO DO
ESPORTE E A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Linha Educação, Cultura Corporal e Lazer, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Cláudio de Lira Santos Junior

Salvador
2015

(Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária, Catiane Santos de Almeida Bittencourt, CRB-5/1613)

L732	<p>Lima, Jaqueline Ferreira de. O conhecimento em políticas públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (2003 a 2013): contradições para a democratização/universalização e a transição ao socialismo/ Jaqueline Ferreira de Lima – Salvador, 2015. 189fl.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Cláudio de Lira Santos Júnior. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2015. Inclui Anexo.</p> <p>1. Política de Esporte. 2. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. 3. Socialismo. I. Santos Júnior, Cláudio de Lira. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação III. Título.</p> <p>CDD: 796.0981</p>
------	---

JAQUELINE FERREIRA DE LIMA

**O CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO COLÉGIO
BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (2003 A 2013):
CONTRADIÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO/UNIVERSALIZAÇÃO DO
ESPORTE E A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO**

Aprovada em 13 de Agosto de 2014

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio de Lira Santos Júnior (Orientador)
UFBA

Prof^a. Dr^a. Erika Suruagy Assis de Figueiredo (Titular)
UFRPE

Prof^a Dr^a Roseane Soares Almeida (Titular)
UFPE

Prof^a Dr^a Celi Nelza Zulke Taffarel (Suplente)
UFBA

Prof. Dr. Wellington Araújo Silva (Suplente)
UEFS

À juventude que resiste aos ataques do capital.

À Estelina, mãe, por está ao meu lado incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos reúnem todos àqueles que de alguma forma contribuíram com esta síntese. Seja na luta cotidiana, seja nas lutas políticas, seja academicamente.

Ao Cláudio de Lira, orientador, pela disposição em orientar este trabalho e contribuir com a formação humana das novas gerações.

À Celi Taffarel pela completa e permanente disposição em debater, orientar, indicar caminhos.

À Erika Suruagy, Roseane Almeida, Wellington Silva, membros da banca, pela crítica científica quando esta se fez necessária e imprescindível para a conclusão deste texto.

Aos professores, em especial, Elza Peixoto, Mauro Castelo Branco por compartilhar de seu acúmulo no âmbito dos estudos marxistas.

Aos funcionários da Faculdade de Educação que oferecem as condições para a realização de nosso trabalho.

Aos Companheiros da APG - UFBA e da Representação Estudantil do PPGE em Educação, especialmente Maíra Gentil, Ailtom Cotrim, Paulo Mesquita, Jairo Torres, Cristina Paraíso, Carlos Ferreira, Laio Magno, Nildo Mascarenhas, Márcia Morschbacher, Carolina Nozella, Ayane Paiva, por estarmos lado a lado na luta em defesa dos direitos pós-graduandos.

À Estelina de Souza, minha mãe e José de Lima, meu pai que infelizmente não está mais entre nós. Foram eles que, primeiramente, me ensinaram a lutar pelos meus sonhos, mesmo reconhecendo que nada é fácil para a classe trabalhadora.

Ao grupo LEPEL que tenho o prazer de integrar desde 2005. Sem dúvidas, um dos mais importantes grupos de pesquisa marxista do Brasil, na área da Educação.

À Corrente O Trabalho, secção brasileira da IV Internacional, por construir o socialismo de forma independente da burguesia.

À Universidade Federal da Bahia por oportunizar os estudos de pós-graduação. Estudos estes negados a maioria dos jovens brasileiros.

E então, que quereis?...

Fiz ranger as folhas de jornal
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.

E logo
de cada fronteira distante
subiu um cheiro de pólvora
perseguido-me até em casa.

Nestes últimos vinte anos
nada de novo há
no rugir das tempestades.

Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?

O mar da história
é agitado.

As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.

Maiakóvski (2007, p. 156)

RESUMO

LIMA, Jaqueline Ferreira de. O conhecimento em políticas públicas de esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (2003 a 2013): contradições para a democratização/universalização do esporte e a transição ao socialismo. 189f. il. 2014. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

A presente dissertação está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha Educação, Cultura Corporal e Lazer da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. A investigação trata da democratização/universalização do esporte, manifestação da cultura corporal, no contexto mais geral das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, isto é, na produção coletiva versus apropriação privada, no Estado Burguês e nas políticas públicas, e em especial no conhecimento em um período de transição. Parte-se do princípio que essa manifestação da cultura corporal pode contribuir com uma perspectiva crítica de educação, devendo, como aspiração democrática, compor o Sistema de Reivindicações Transitórias. Esse conhecimento da cultural corporal é apropriado privadamente, sendo, portanto, negado a classe trabalhadora que necessita de políticas públicas para acessá-lo. Dados de pesquisas apontam que 24% da população brasileira afirmaram nunca praticar esporte. Quanto mais alto o nível sócio econômico, maior a frequência com que com os brasileiros o praticam. Além disso, apenas 12% escolas municipais possuem infraestrutura esportiva. Assim, esse estudo tem como objeto o conhecimento em políticas públicas de esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Os métodos têm sustentação no materialismo histórico e dialético e incorporaram aspectos da pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo do estudo foi explicitar e explicar as contradições, suas formas de expressão, desenvolvimento e contenção no conhecimento em políticas públicas sociais de esporte, produzido no Grupo de Trabalho Temático de políticas públicas do CBCE, no período de 2003 a 2013, a partir dos interesses de democratização e universalização do esporte na transição do capitalismo ao socialismo. Os resultados obtidos confirmaram a hipótese que o conhecimento em política pública de esporte produzido para o CBCE expressa e resulta das contradições do modo de produção capitalista e as contradições do esporte como política pública social, observada nos interesses de democratização e universalização versus interesses de privatização, focalização e seletividade. Essas contradições no conhecimento se manifestam através do reconhecimento da tendência na política de esporte para legalizar e institucionalizar o esporte de alto rendimento e privatizar as demais dimensões (que possuem características não hegemônicas). Ademais, o conhecimento expressa e assume o papel de contenção e atenuação dessas contradições na política de esporte. Esse papel se expressa na perspectiva de participação política veiculada que é voltada a integração ao aparelho do Estado já que caracteriza - se por legitimar a dominância de interesse privados e seletivos no contexto das políticas públicas sociais esportivas. Na transição, o conhecimento em política de esporte do CBCE concorre como a conservação ou reforma do modo de produção capitalista pelos motivos acima expostos e porque nega hegemonicamente a política em seu componente fundamental, o projeto histórico.

Palavras - chave: esporte, democracia, conhecimento, política pública e transição ao socialismo.

ABSTRACT

LIMA, Jaqueline Ferreira de. The knowledge in public policies sport of Colégio Brasileiro de Ciências doEsporte (2003 - 2013): contradictions to the democratization / universalization of sport and the transition to socialism. 189 pp.ill. Master Dissertation - Programa de Pós - graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

This dissertation is inserted of the Program of Graduate Studies in Education at the Education Line, Body Culture and Leisure, Faculty of Education Federal University of Bahia. The research treats the democratization / universalization of sport, manifestation of body culture in the wider context of the contradictions between the productive forces and the relations of production, that is, the collective production versus private appropriation, bourgeois state and public policies, and in particular knowledge of a transition period. This manifestation of body culture contributes a critical education perspective, should, as a democratic aspiration, compose System Transitional demands. This knowledge of the cultural body is appropriated privately, and therefore denied the working class that needs public policies to access - it. Survey data show that 24 % of the population say they never play sport. The higher the level higher socioeconomic how often with Brazilian practice . Furthermore, only 12 % municipal schools have sports infrastructure. Thus, the object of this study is knowledge about sport public policies of CBCE. The methods have support in the historical and dialectical materialism and incorporated aspects of bibliographic and documentary research. The objective of this study was to explain the contradictions, its forms of expression, developing and retention at knowledge about sport public policies, produced in the Thematic Working Group of the CBCE public policies, between 2003 and 2013, with democratization and universalization of the sport in the transition of capitalism to socialism. The survey results confirmed the hypothesis that knowledge in public / social policy expressed CBCE sport and results of the contradictions of the capitalist mode of production and the contradictions of sport as a social public policy, observed in the interests of democracy and universal versus privatization interests, focalization and selectivity. These contradictions at knowledge manifested by recognition of the trend in sport policy to legalize and institutionalize the high performance sport and privatize the other dimensions (which have not hegemonic characteristics). Moreover, knowledge expresses and assumes the role of containment and attenuation of these contradictions in sport policy. That role is expressed in political participation perspective conveyed that integration to the state apparatus is geared as features - if by legitimize the dominance of private and selective interest in the context of sports public social policies. In the transition, knowledge in sport policy of the CBCE competes with conservation or reform of the capitalist mode of production for these reasons, and because hegemonic denies the policy in its fundamental component, the historical project.

Key - words: sport, democracy, knowledge, social public policy, transition to socialism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Delimitação da Área de Atuação do Estado	48
Gráfico 1	Quantidade de trabalhos apresentados nas seis edições dos Conbraces e Conices do CBCE - 2003 a 2013 -Por ano	95
Gráfico 2	Quantidade de trabalhos que explicam e que não explicam o esporte - Conbrace e Conice - 2003 a 2013 - Por ano	96
Gráfico 3	Quantidade total de trabalhos que explicam e que não explicam o esporte - Conbrace e Conice - 2003 a 2013	96
Gráfico 4	Críticos - percentual de trabalhos que discutem e não discutem as condições objetivas para a democratização/universalização do esporte	99
Gráfico 5	Tendências dos trabalhos críticos que discutem a democratização do esporte sem assinalar as condições objetivas	100
Quadro 1	Críticos - gestão e financiamento - contradições e diferenças para a democratização e universalização do esporte- autores e quantidade de trabalhos	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relação Investimentos/Atendimentos em Programas do Ministério do Esporte, 2003 a 2010	83
Tabela 2	Núcleo críticos - percentual e quantidade de trabalhos que discute cada condição objetiva para democratização e universalização do esporte	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APH - Aparelhos Privados de Hegemonia
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
CBC - Confederação Brasileira de Clubes
CBCE - Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
Cedime - Centro de Documentação e Informação do Ministério de esporte
CNA - Comissão Nacional de Atletas
CND - Conselho Nacional de Desporto
CNE - Conselho Nacional de Esporte
COI - Comitê Olímpico Internacional
Conbrace – Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
Confef - Conselho Federal de Educação Física
Conice - Congresso Internacional de Ciências do Esporte
CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro
CSD - Conselho Superior de Desporto
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FAMFS - Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
FIFA - Federação Internacional de Futebol Associado
FMI - Fundo Monetário Internacional
Fundesp - Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo
GTT - Grupo de Trabalho Temático
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPI – Imposto sobre produtos Industrializados
IR - Imposto de Renda
LOA - Lei Orçamentaria Anual
ME - Ministério do Esporte
MED - Ministério da Educação e Desportos
MET - Ministério de Turismo e Esporte
ONED - Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto
ONG - Organizações Não governamentais

ONU - Organização Nações Unidas
OS - Organizações Sociais
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEC - Projeto de Emenda Constitucional
Pelc - Programa Esporte e Lazer na Cidade
PENC - Programa Esporte na Comunidade
PIB - Produto Interno Bruto
PPP - Parcerias público privada
Prouni - Programa Universidade para todos
PSDB - Partido da Social democracia Brasileira
PST - Programa Segundo Tempo
PT - Partido dos trabalhadores
Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SNDEL - Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer
SNEAR - Secretaria Nacional de Alto Rendimento
SNEE - Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNEL - Sistema Nacional de Esporte e lazer
SNELIS - Secretaria Nacional de Esporte, lazer e Inclusão social
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPP - Unidades de Polícia Pacificadora
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VOM - Vila Olímpica da Mangueira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	METODOLOGIA	18
1.1.1	O método de investigação	18
1.1.2	O método de exposição	20
2	ESTADO, ESPORTE E DEMOCRACIA NA TRANSIÇÃO: RELAÇÕES ENTRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A PROPRIEDADE PRIVADA	22
2.1	CONCEPÇÃO IDEALISTA E LIBERAL	23
2.2	CRÍTICA MARXISTA	30
2.3	A REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO, DEMOCRACIA, A PARTICIPAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PROPRIEDADE	45
3	ESPORTE, POLÍTICA E CONHECIMENTO	54
3.1	MATÉRIA, IDÉIA, CONHECIMENTO E CIÊNCIA	54
3.2	ESPORTE, DEMOCRATIZAÇÃO E CONHECIMENTO	58
3.3	O ESPORTE BRASILEIRO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	69
3.3.1	O esporte no Brasil e histórico das políticas de esporte	69
3.3.2	A Política pública de esporte no governo Lula e Dilma (2003 - 2013)	73
3.3.2.1	<i>O governo Lula e Dilma</i>	73
3.3.2.2	<i>O caráter da política de esporte do governo Lula e Dilma</i>	76
4	O CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE DO CBCE (2003 -2013): CONTRADIÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO/UNIVERSALIZAÇÃO E A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO	93
4.1	O COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E O GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	93
4.2	O NÚCLEO DOS CRÍTICOS DO ESPORTE DO GTT EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO CBCE: TENDÊNCIAS, CONTRADIÇÕES	97
4.2.1	As políticas de esporte, as questões de gênero e o distanciamento do problema da democratização e universalização	99
4.2.2	As políticas de esporte, a apropriação privada do fundo público e a participação: condições e contradições para a democratização e universalização	101
4.2.1.1	<i>O financiamento das políticas públicas sociais e a democratização/universalização de esporte: o entrave da apropriação privada do fundo público</i>	107
4.2.1.2	<i>A gestão das políticas públicas sociais e a democratização/universalização do esporte: crítica a concepção de participação na produção (tal qual defendida é voltada a integração e antidemocrática)</i>	114

4.2.1.3	<i>Crítica a tese da construção do Estado democrático e participativo possuidor de uma esfera pública, comum, geral e plural e a democratização/universalização do esporte</i>	132
4.2.2	Crítica a negação do componente fundamental da política: o projeto histórico	143
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	158
	APÊNDICE A - Classificação das teorias da educação – Saviani (2009)	168
	APÊNDICE B - Críticos - Discutem a democratização do esporte sem discutir os condicionantes objetivos - tendências e contradições com a democratização e universalização do esporte	170
	APÊNDICE C - Quadro geral críticos - resumo - apontamentos sobre as condições objetivas para a democratização do esporte	172
	APÊNDICE D - Aspectos e teses sobre gestão do estado e das políticas públicas	176
	APÊNDICE E - Indicadores - concepção de estado e política pública /social	180

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha Educação, Cultura Corporal e Lazer da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Insere - se na pesquisa matricial do grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer - Lepel, Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia. O Lepel estuda as problemáticas significativas referentes às políticas públicas, Epistemologia, Formação de Professores e Prática Pedagógica.

A investigação trata da democratização/universalização do esporte, manifestação da cultura corporal, no contexto mais geral das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, isto é, na produção coletiva versus apropriação privada, no Estado Burguês e nas políticas públicas, e em especial no conhecimento produzido pelo CBCE em um período de transição.

O sistema capitalista se arrasta de crise em crise, provocada pelas contradições, que a cada nova precipitação piora as condições de vida da classe trabalhadora. Na fase imperialista desse sistema, cuja tendência à decomposição, destruição e estagnação, conforme indicaram Lênin (2007a) e Trotsky (2009), respectivamente, está colocada a possibilidade da revolução social.

O esporte, como manifestação da cultura corporal pode contribuir com uma perspectiva crítica de educação, a partir da elevação do pensamento teórico dos alunos (TAFFAREL, SANTOS JÚNIOR, SILVA, 2013), devendo, como aspiração democrática, compor o Sistema de Reivindicações Transitórias.

No entanto, o esporte é apropriado privadamente, sendo, portanto, negado a classe trabalhadora que necessita, nesse modo de produção, de políticas públicas para acessá-lo. Dados de pesquisas apontam que 24% da população brasileira afirmaram nunca praticar esporte. Quanto mais alto o nível sócio econômico maior a frequência com que com os brasileiros o praticam (IPSONS MARPLAN, s/d). Segundo o IBGE (2003), apenas 12% escolas municipais possuem infraestrutura esportiva.

Além disso, os dados do Relatório do Diagnóstico Nacional do Esporte evidenciaram que a estrutura capitalista da sociedade de classes manifesta a sua natureza com a criação de obstáculos para a democratização do esporte - obstáculos aos praticantes de esporte e atividade física, obstáculos com a legislação esportiva, com a infraestrutura, gestão e

administração esportiva, com o financiamento do esporte. Esse diagnóstico revelou que 73% dos brasileiros não praticam esporte regularmente.

No momento em que defendíamos essa dissertação, o mundo esteve voltado para assistir a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) de futebol masculino, realizada no Brasil nos meses de Junho e Julho, no ano de 2014. Esse evento, organizado pela FIFA, está inserido em um conjunto de megaeventos que o Brasil sediou e sediará, os quais tornaram - se a mola mestra da política de Esporte e das ações do Ministério do Esporte, justificados pelo governo quase que como um novo milagre econômico e social para o Brasil, fator de desenvolvimento social e econômico.

Na contramão desse discurso oficial, e que tem adesão em setores da classe trabalhadora, nosso grupo de pesquisa vem formulando teses e dissertações¹ que revelam os interesses que constituíram a política de esporte, a partir da criação do Ministério do Esporte em 2003. Esses estudos têm concluído que a política de esporte, em dez anos, teve e tem como centro as parcerias público – privadas (PPP), cuja maior expressão são os megaeventos esportivos, onde se vende o espetáculo esportivo, em detrimento da democratização e universalização do esporte no nosso país.

O conhecimento, de uma forma geral, é o produto e a expressão dessas contradições mais gerais do capitalismo seja como explicação, seja como produto útil (tecnologia), técnica. É, portanto, nesse modo de produção, uma força produtiva e política que atende e expressa, hegemonicamente, o interesse do capital na forma de contenção/atenuação das contradições do capitalismo e retardamento de soluções de questões relevantes a classe trabalhadora. Entretanto, o conhecimento, apesar destas determinações, pode apontar a superação dessas contradições, servindo em todos os sentidos aos interesses da classe trabalhadora.

Assim, o problema que guiou nosso estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: quais as contradições - formas de expressão, desenvolvimento e contenção - no conhecimento em políticas públicas sociais de esporte do GTT de políticas públicas do CBCE, no período de 2003 a 2013, com os interesses de democratização e universalização do esporte e quais suas relações com a transição do capitalismo ao socialismo?

¹Os estudos recentes do grupo Lepel sobre as políticas de esporte está sistematizado nas dissertações de Oliveira (2013) e Espírito Santo Filho (2013) e na tese de Figueiredo (2013).

Em consonância com esse problema, nosso objetivo foi explicitar e explicar as contradições, suas formas de expressão, desenvolvimento e contenção no conhecimento em políticas públicas sociais de esporte, produzido no GTT de políticas públicas do CBCE, no período de 2003 a 2013, com os interesses de democratização e universalização do esporte na transição do capitalismo ao socialismo.

As hipóteses que guiaram nosso trabalho foram: a) É possível que o conhecimento em política pública/social de esporte do CBCE, no período de 2003 a 2013, expresse e resulte das contradições mais gerais modo de produção capitalista (forças produtivas versus relações de produção, isto é, produção coletiva versus apropriação privada), e expressem as contradições do esporte como política pública/social, observada nos interesses de democratização e universalização versus interesses de privatização, focalização e seletividade. Essas contradições no conhecimento se expressam através do reconhecimento da tendência na política de esporte em legalizar e institucionalizar o esporte de alto rendimento (aparente estatização) e privatizar as demais dimensões (educacional e participação ou que possuem características não hegemônicas); b) É possível que a produção expresse o interesse de participação voltada para integração ao aparelho do Estado que concorre com a contenção e atenuação das contradições no interior da política de esporte já que caracteriza - se por ser pouco ou nada decisiva (não muda a correlação de forças entre as classes e grupos) para a democratização e que legitima a dominância de interesse privados e seletivos. Assim, na transição do capitalismo ao socialismo, é possível que o conhecimento em política de esporte do CBCE concorra como a conservação ou reforma do modo de produção capitalista e das políticas de esporte pelos motivos acima expostos e porque nega hegemonicamente a política em seu componente fundamental, o projeto histórico.

Para alcançar tal propósito nossos objetivos específicos foram: a) Identificar na literatura e explicitar como as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção (propriedade) se expressam no Estado, na política, no esporte e no conhecimento; b) Reconhecer na literatura e explicitar o lugar da democracia para a conquista do poder da classe trabalhadora em um período de transição; c) Identificar no conhecimento produzido no GTT de políticas públicas do CBCE (2003 - 2013) as condições objetivas para democratização e universalização do esporte; d) Identificar no conhecimento produzido no GTT de políticas públicas do CBCE (2003 - 2013) os aspectos contraditórios no **fundo público** (orçamento/financiamento) com democratização/universalização do esporte; e)

Identificar no conhecimento produzido no GTT de políticas públicas do CBCE (2003 - 2013) formas de **participação política** da classe trabalhadora e o papel desta frente à democratização do esporte ; f) Identificar no conhecimento produzido no GTT de políticas públicas do CBCE (2003 - 2013) as concepções de política, Estado e de projeto histórico.

1.1 METODOLOGIA

1.1.1 O método de investigação

A teoria que baliza nosso método de investigação é o materialismo histórico e dialético que parte do seguinte pressuposto:

A concepção materialista da história parte do princípio de que a produção e, em seguida, a troca de seus produtos, é a base de toda ordem social; de que em todas as sociedades que sucederam na história, a distribuição dos produtos e junto a ela a divisão dos homens em classes é determinada pelo que a sociedade produz e, como o produz e de que forma troca os seus produtos. Segundo esses conceitos, as últimas causas de todas as mudanças sociais e de todas as revoluções políticas não devem buscar-se nas cabeças dos homens e nem nas ideias que eles fazem da justiça e da verdade eterna, mas sim nas transformações acontecidas no modo de produção e de trocas. Buscá-las não na filosofia, porém na economia dessa época (ENGELS, 1882, p.17)

No processo do conhecimento, destacamos a necessidade de consideração das categorias porque, de acordo com os estudos de Cheptulin (2004, p. 10), são o reflexo da realidade desenvolvida ao longo da atividade prática e do desenvolvimento, a partir dela, do conhecimento. Seu conteúdo não é determinado pela consciência, mas pela atividade objetiva e se manifesta como o reflexo das características das formas universais do ser. Não é subjetivo, e nem introduzido no mundo dos fenômenos pelo sujeito que o tira da realidade objetiva e expressa de forma ideal.

Pelo exposto anteriormente, a categoria contradição é fundamental nas nossas análises sobre o conhecimento em política de esporte do CBCE. A contradição, a unidade e luta dos contrários, do ponto de vista materialista e dialético, é entendida como fonte de desenvolvimento da força motora de uma formação material:

Para extrair o fundamento, todos os outros aspectos e ligações necessários que caracterizam a essência do objeto estudado, é necessário considerar o fundamento (o aspecto determinante, a relação) e a própria formação material, em seu aparecimento e seu desenvolvimento. Isso supõe a evidenciação da *fonte de desenvolvimento da força motora que faz avançar e condiciona sua passagem de um estágio do desenvolvimento a outro*. Essa fonte é a contradição, a unidade e luta dos contrários. Assim, o

conhecimento choca-se em seu desenvolvimento, com a necessidade de descobrir contradições, os aspectos e as tendências contrárias próprias de todas as coisas e fenômenos da realidade objetiva. (CHEPTULIN, 2004, p.286)

Para reconhecer e explicar as contradições da política de esporte no conhecimento sobre políticas públicas, escolhemos as seguintes categorias e variáveis: Esporte, Estado, política pública, democracia, financiamento, participação, projeto histórico. Essas categorias não foram escolhidas ao acaso, mas porque concentram as determinações da política de esporte.

Trata-se de um estudo que incorporou aspectos da pesquisa bibliográfica e documental. Fugimos da falsa dicotomia entre pesquisa qualitativa e quantitativa. Reconhecemos que na realidade não há separação entre qualidade e quantidade, devendo o conhecimento considerá-las em sua relação no objeto estudado.

Assim, nosso material empírico encontra-se nos Anais, seção Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas, das edições do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbraces) e do Congresso Internacional de Ciências do Esporte (Conices), realizados no período de 2003 a 2013. Estes anais podem ser localizados na página do CBCE no internet (<http://www.cbce.org.br/anais.php>) e em CDs. Ademais, utilizamos como fontes de dados livros, teses, dissertações e artigos científicos, assim como documentos governamentais.

O recorte empírico da pesquisa localiza-se no período de 2003 a 2013. Nesse período verificamos a criação pela primeira vez de um Ministério do Esporte, da chegada, também pela primeira vez, do Partido dos Trabalhadores (PT) ao executivo federal.

Adotamos os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Recorte de uma amostra que tratasse da política de esporte a partir da leitura dos resumos, títulos e objetos dos trabalhos publicados nos anais do GTT de políticas públicas do CBCE no período acima referido;
2. Leitura na íntegra dos trabalhos que compunham a amostra - trabalhos que tratassem da política de esporte - publicados nos anais dos Conbraces e Conices, destacando as categorias: Esporte, Estado e Política;
3. Organização dos trabalhos por ano;
4. Seleção de um **núcleo aproximadamente crítico** do esporte de acordo com os estudos de Saviani (2009) no texto intitulado “As teorias da Educação e o problema da marginalidade”; Critérios específicos para seleção: a) trabalhos que expressassem os determinantes e condicionantes materiais do esporte - relação esporte e sociedade, esporte e

modo de produção; b) trabalhos que tratassem da problemática da democratização/universalização do esporte e das condições objetivas para tanto (gestão e administração, financiamento, legislação, infraestrutura, materiais e equipamentos, tempo livre);

5. Seleção de uma amostra significativa no núcleo dos trabalhos aproximadamente críticos do esporte de acordo com objetivos e hipóteses;
6. Codificação, tabulação e classificação dos materiais observando as variáveis, categorias, problemática e problema;
7. Descrição minuciosa do material/dados: identificação no conhecimento de aspectos contraditórios do objeto;
8. Realização de análise e interpretação: interpretação referencial (TRIVIÑOS, 1987, p. 162)
9. Processamento dos materiais/dados em forma de **síntese**, realizada por regularidades e continuidades:
 - a) Aspectos característicos do objeto (diferenças e contradições), justificação, explicação, formas de manifestação;
 - b) Crítica ao conhecimento: reconhecimento das contribuições e contradições do conhecimento (formas de inconsequência do conhecimento)
10. Exposição dos resultados em forma de dissertação

1.1.2 O método de exposição

Na presente introdução problematizamos o nosso objeto - a democratização e universalização do esporte no contexto do conhecimento em políticas públicas. Apresentamos nossos objetivos, problema, hipóteses, as fontes e os métodos e procedimento utilizados na investigação.

No capítulo 2, intitulado ESTADO, ESPORTE E DEMOCRACIA NA TRANSIÇÃO: RELAÇÕES ENTRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A PROPRIEDADE PRIVADA, delimitamos nossa perspectiva de Estado, de democracia e de transição ao socialismo, evidenciando suas relações com a participação e organização política das classes (luta de classes) e as relações de propriedade. Assim, direcionamos nossa crítica ao modo de ver o Estado como um órgão dotado de interesse público, comum, com autonomia relativa ou capaz de comportar interesses plurais; a participação voltada à integração e ao controle estatal da

classe trabalhadora; a democracia como sistema da negociação e consenso; e em suma, acritica ao projeto de histórico de reforma ou conservação do capitalismo.

No capítulo 3, intitulado ESPORTE, POLÍTICA E CONHECIMENTO, problematizamos a contradição entre o esporte como direito social, democrático e o esporte como prática seletiva, privada, anti-democrático no contexto histórico das políticas públicas sociais e do capitalismo. Além disso, enfrentamos as explicações idealistas e esquerdistas sobre as contradições do esporte.

O capítulo 4, intitulado O CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE DO CBCE (2003 - 2013): CONTRADIÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO E A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO, apresenta as explicações do GTT de políticas públicas do CBCE sobre o esporte como política pública social voltada a democratização e universalização. Neste capítulo, também localizamos o grau de desenvolvimento do conhecimento sobre as contradições (obstáculos) para a democratização do esporte e sobre as relações dessas contradições com a transição.

Nas CONSIDERAÇÕES FINAIS realizamos uma síntese sobre as contradições da política de esporte, destacando os obstáculos à democratização/universalização em um período de transição. Nesse item acrescentamos proposições para a política de esporte em um período de transição.

2. ESTADO, ESPORTE E DEMOCRACIA NA TRANSIÇÃO: RELAÇÕES ENTRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A PROPRIEDADE PRIVADA

Nosso objetivo nesse capítulo é delimitar nossa perspectiva de Estado, de democracia e de transição ao socialismo, evidenciando suas relações com a participação e organização política das classes (luta de classes) e as relações de propriedade.

Essas categorias são o guia para identificar e reconhecer como o conhecimento reflete a pauta da democracia (igualdade, socialização) e suas contradições na política de esporte. Assim, considerando que o conhecimento reflete a realidade e também a influência, estas categorias também nos permitem captar para qual sentido caminham as formulações do núcleo de críticos do esporte do CBCE: conservação, reforma ou revolução.

Ao expor as principais categorias que guiaram nossa análise, realizamos a crítica à concepção idealista de Estado, de democracia, participação política das classes e transição. Em particular, a crítica é direcionada ao modo de ver o Estado como um órgão dotado de interesse público, comum ou capaz de comportar interesses plurais e conciliáveis. A crítica destina-se ainda à *participação voltada à integração*, coesão, funcionalismo ao controle estatal da classe trabalhadora e à *democracia como sistema da negociação e consenso*. Em suma, voltaremos nossa crítica à uma perspectiva que separa a política do substrato que a ergue e sustenta: as relações de propriedade, isto é, de uma análise que *separa a política da economia*.

Assim, nosso texto terá três partes. Na primeira parte, faremos uma discussão sobre a concepção idealista e liberal de Estado, democracia e participação e qual a relação com a propriedade, sustentada principalmente nas formulações de Smith, Rousseau e Hegel. Na segunda parte, essas categorias, acrescida da categoria transição, serão discutidas a luz do pensamento marxista, principalmente as contribuições de Lênin, Marx, Trotsky e Engels, atualizando o debate com autores contemporâneos. Na terceira e última parte do texto, discutimos as principais transformações do Estado, o surgimento das políticas sociais e as implicações para a democracia, a participação e relações de propriedade.

Assim, nossa opção é pela discussão a partir do pensamento clássico, embora não percamos de vista os desdobramentos dessas análises. Os problemas que esses autores, acima

referidos, levantaram permanecem atuais e mesmo as falsas soluções apresentadas continuam sendo recorridas como se fossem as mais novas. O conhecimento clássico, diz Saviani (2008, p.14) “não se confunde com o tradicional e também não se opõem, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial [...]”. O conhecimento formulado por Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Hegel, Smith se firmou como fundamental, servindo assim de substrato para pensadores que os sucederam.

2.1. CONCEPÇÃO IDEALISTA E LIBERAL

A concepção idealista e liberal de Estado assume e ganha cor em diversos autores. Nosso debate inicia com os iluministas Locke, Hobbes e Rousseau até os liberais David Ricardo e Adam Smith e o idealista Hegel.

O idealismo, cujo representante mais notado foi Hegel, via no Estado o elemento determinante, a sociedade civil o elemento por ele determinado. A aparência corresponde a isso (ENGELS, 1982). Esse autor considerava o como “ ‘a realidade da Idéia moral’, ‘a imagem e a realidade da Razão’ ” (ENGELS apud LÊNIN, 2007a, p.24).

Segundo Bottomore (2012, p.197), em *Princípios da Filosofia do Direito*, Hegel buscou apresentar o Estado como a materialização do interesse geral da sociedade. Estando *supostamente acima dos interesses particulares*, o Estado seria capaz de superar a divisão entre ele próprio e a sociedade civil, assim como o abismo entre o indivíduo (pessoa privada) e o cidadão. Rejeitando as conclusões de Hegel, Marx afirma na *Crítica a Filosofia do Direito de Hegel* que o Estado defende os interesses da propriedade. A solução encontrada por Marx frente à incapacidade do Estado de realizar o *interesse geral* seria a realização da democracia. Posteriormente, Marx chega à conclusão que era necessário muito mais que isso e que a ‘emancipação política’, por si só não poderia provocar a ‘emancipação humana’. Esta exige a abolição da propriedade privada que é o principal componente de uma reorganização muito mais completa da sociedade.

Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 57) com a decadência da sociedade feudal e da lei divina como fundamento das hierarquias políticas, por volta dos séculos XVI e XVII, no contexto da acumulação primitiva do capital², desencadeia-se uma discussão sobre o papel do

²O processo de acumulação primitiva do capital que é definida por Marx (2011, p.828) como “o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É primitiva porque constitui a

Estado. Desde Maquiavel, busca-se uma abordagem racional para o exercício do poder político por meio do Estado. Naquele momento, esse órgão era visto como uma espécie de *mediador civilizador*, cujo papel seria o de controlar as paixões, isto é, o desejo insaciável de *vantagens materiais*, próprias do homem no *estado de natureza*.

Ainda segundo as autoras acima citadas, Hobbes e Locke acreditavam na ideia de que os homens se juntavam em sociedade política - Estado para se defender da guerra de todos contra todos (o homem é o lobo do homem). Hobbes, na obra *Leviathan*, em 1651, afirmava que, no Estado de natureza, os apetites e as aversões determinam as ações voluntárias dos homens e que, entre preservar a liberdade vantajosa da condição natural e o medo da violência e da guerra, impõe - se a *renúncia à liberdade individual* e consequência a *sujeição ao soberano*, ao *monarca absoluto*. A sujeição seria uma opção racional para que os homens pudessem *controlar os seus impulsos, refrear suas paixões*. Já Locke acreditava em um *governo civil*, no qual o poder era originário de um *pacto* estabelecido com o *consentimento mútuo dos indivíduos* que compõem a comunidade para *preservar a vida, a liberdade e a propriedade*. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 57 - 58, grifos nossos)

O tema da propriedade, afirmam essas autoras, introduz uma clivagem diferenciada a discussão, sendo que há uma clara associação entre poder político e propriedade, fortemente vinculada as relações capitalistas nascentes. Nesse contexto do pensamento de Hobbes e Locke, a razão e a perfeição da sociedade civil se contrapõem ao caos no estado de natureza, sendo a **propriedade a base da sociedade justa e equitativa**. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 58)

Jean Jaques Rousseau na obra *Contrato social*, em 1762, insere elementos novos ao debate e para a época polêmicos. Este identifica que a sociedade civil é imperfeita e corrompida pela propriedade, a qual é *resultado da voracidade do homem e uma obra do mais rico e poderoso*. E o *Estado é uma criação dos ricos para preservar as desigualdades e a*

pré - história do capital e do modo de produção capitalista”. Ainda segundo esse autor, o processo de acumulação primitiva contou com o poder do Estado como força organizada e concentrada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção ao modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição, cujos *meios propulsores* formam os sistemas: da dívida pública, o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo.

propriedade, não o bem comum. Assim, Rousseau via no *Estado de direito*, fundado pelas leis definidas pela *vontade geral*, o meio para *limitar os extremos entre a pobreza e a riqueza e promover a educação pública para todos que é o meio decisivo para livre escolha.* O poder deveria residir no *povo, na cidadania.* Diferentemente de Locke, o pacto nesse autor não é apenas dos proprietários, mas envolve o conjunto da sociedade em mecanismos de democracia direta. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 58, grifos nossos)

Segundo as mesmas autoras é com pressuposto Rousseaiano que os liberais, Smith e Ricardo, principais teóricos, rompem ao afirmar o Estado como um mal necessário. O pensamento liberal e seu principal sustentáculo teórico e político: o *princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado* esteve marcadamente impresso no período que vai do século XIX até a terceira década do século XX. O lugar histórico da aversão ao Estado pelos liberais encontra-se no período em que a burguesia ainda não possuía seu domínio. Por isso, havia no pensamento liberal a exaltação do mercado como mecanismo natural de regulação das relações sociais. Estes pressupostos foram recuperados pelos liberais nos dias de hoje. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Segundo as autoras, Smith acreditava que os indivíduos ao buscarem ganhos materiais tendem a maximizar o bem estar coletivo. Uma mão invisível - o mercado - leva os indivíduos a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial (avareza). A loucura das leis humanas não poderia intervir nas leis naturais da economia e assim o Estado deveria fornecer apenas a base legal para o mercado livre possa maximizar os 'benefícios aos homens'. Para esse liberal, o Estado deveria ser mínimo, sob forte controle da sociedade civil que é o local da virtude. Em suma, o Estado deveria cumprir apenas três funções: a defesa contra os inimigos externos; a proteção de todo o individuo de ofensas dirigidas por outros indivíduos; e o provimento de obras públicas que não pudessem ser executados pela iniciativa privada. Além disso, os homens ao buscarem ganhos materiais são orientados por sentimentos morais e um *senso de dever*, o que asseguraria a *ausência de guerra de todos contra todos.* A *coesão social* se originaria na sociedade civil, com a mão invisível do mercado e o cimento ético dos sentimentos morais individuais, fundados na "*perfectibilidade humana*" (o homem tende a buscar a virtude e o bem, isto é, a Deus) (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.60, grifos nossos)

Behring e Boschetti (2011, p. 61 - 62, grifos das autoras) apresentam a seguinte síntese sobre o pensamento liberal:

- a) *Predomínio do individualismo*. Os liberais consideram o indivíduo (e não a coletividade) como sujeito de direito, de modo que os *direitos civis* foram os primeiros a serem reconhecidos pelo Estado liberal no século XVIII, pois a *liberdade de ir e vir, de adquirir e comercializar propriedade* era um requisito fundamental para instituir a sociedade de classe;
- b) *O bem - estar individual maximiza o bem estar coletivo*. Para os liberais cada indivíduo deve buscar o bem-estar coletivo para si e sua família por meio da venda de sua força de trabalho no mercado. Assim, não cabe ao Estado garantir bens e serviços públicos para todos. Nessa perspectiva cada um, individualmente, deve garantir seu bem-estar, o que levaria todos os indivíduos a atingirem uma situação de bem-estar. Tal princípio se funda em outro - a *liberdade em detrimento da igualdade*;
- c) *Há predomínio da liberdade e competitividade*. A liberdade e a competitividade são entendidas como formas de autonomia do indivíduo para decidir o que é melhor para si e lutar por isso. Os liberais não reconhecem que a liberdade e a competitividade não asseguram igualdades de condições nem de oportunidades para todos;
- d) *Naturalização da miséria*. Os liberais veem a miséria como natural e insolúvel, pois decorre da imperfectibilidade humana, ou seja, a miséria é compreendida como resultado da moral humana e não como um resultado do acesso desigual à riqueza socialmente produzida.
- e) *Predomínio da lei da necessidade que não devem ser totalmente satisfeitas*. Baseados nas *teses malthusianas*, os liberais entendem que as necessidades humanas básicas não devem ser totalmente satisfeitas, pois sua manutenção é um instrumento eficaz de controle do crescimento populacional e do consequente controle da miséria;
- f) *Manutenção de um Estado mínimo*. Para os liberais, o Estado deve assumir o papel “*neutro*” de *legislador e arbítrio*, e desenvolver apenas ações complementares ao mercado. Sua intervenção deve restringir-se a regular as relações sociais com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado.
- g) *As políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício e devem ser um paliativo*. Para os liberais, o Estado não deve garantir políticas sociais, pois os auxílios sociais contribuem para reproduzir a miséria, desestimulam o interesse pelo trabalho e geram acomodação, o que poderia ser um risco para a sociedade de mercado.
- h) *A política social deve ser um paliativo*. Como, na perspectiva liberal, miséria é insolúvel e alguns indivíduos (crianças, idosos e deficientes) não tem condições de competir no mercado de trabalho, ao Estado cabe apenas assegurar a assistência mínima a esses segmentos, como um paliativo. A pobreza, para os liberais, deve ser minorada pela caridade privada.

O debate contemporâneo da visão liberal sobre a democracia pode ser apreendido no estudo de Silva (2003). Para a autora, nas últimas décadas do século 20, a democracia e a participação adquiriram centralidade no debate político tanto no campo da esquerda como no

da direita. A corrente neoliberal considera que a fase da globalização da economia representa uma ampliação da democracia. Isso porque o mercado, na medida em que assume sua plena liberdade de ação, permite que os indivíduos desenvolvam as suas capacidades e atuem como plenos participantes dos processos sociais. Já para os militantes dos partidos de esquerda, preocupados com a herança do ‘socialismo real’, este é o momento de defender a democracia como **valor universal** para afastar qualquer **perspectiva autoritária** e de construir um **consenso** [sic] em torno das medidas democráticas.

Essa autora considera em seu estudo que duas são as principais teorias da democracia burguesa no século XX, a saber: a democracia elitista e participativa.

Para esta autora o modelo elitista/pluralista ou democracia do equilíbrio foi sistematizado por Joseph Schumpeter, em 1942, no livro *Capitalismo, socialismo e democracia*, e posteriormente aprimorado por outros autores, dentre os quais Robert Dahl. Estes autores partem do pressuposto de que a sociedade é formada por indivíduos consumidores de bens políticos e que se associam a distintos grupos em busca da maximização de seus interesses. O sistema democrático tem a função de possibilitar o equilíbrio entre a procura e a oferta.

Nessa perspectiva, a **democracia** é um **método de escolha e autorização de governos**. A **participação** está restrita a grupos auto-escolhidos que possuem como função **dirigir o processo político**, já que os votantes/consumidores cabe apenas o ato de votar naqueles que se apresentam no mercado político. A **soberania** do eleitor consiste em escolher periodicamente entre os competidores que se apresentam no mercado político aqueles que supostamente se mostra **mais qualificado** para governar.

No mecanismo de disputa, afirma Silva, está presente a competição entre duas ou mais empresas políticas que através dos votos, qualificaram-se ao governo. Esse sistema de disputa e de múltiplas escolhas, supostamente, produz um governo estável, capaz de estabelecer o equilíbrio entre a demanda e a oferta de bens políticos. Esse modelo destaca a importância do **consenso** em torno de regras estabelecidas como condição para manter a estabilidade do sistema e da necessidade de uma burocracia especializada com legitimidade para tomar decisões.

A autora destaca também que nessa perspectiva de democracia, a participação está demarcada pelo potencial de competitividade do indivíduo no mercado econômico e político e

consequentemente pela sua capacidade de gerar riquezas. O foco é direcionado ao indivíduo e não às estruturas que contribuem para o processo de dominação política. Dito de outra forma, em uma situação de exclusão sócio- econômica, significa que o indivíduo demonstrou incapacidade para as responsabilidades da vida social e política, afirma Silva.

Em relação à democracia participativa, a autora supracitada afirma que sua gestação ocorre na Europa durante os anos 1960. As condições que forjaram esse modelo partiram das intensas mobilizações políticas dos movimentos popular e sindical e da insatisfação com os resultados dos regimes do Leste Europeu. Esse modelo foi assumido por alguns governos nacionais da chamada “Nova Esquerda”. Não é ainda um modelo sólido ou amplamente defendido como a democracia elitista.

De modo geral, afirma Silva (2003), a democracia participativa funciona como uma democracia direta na base e um sistema representativo em outros níveis. Embora as interrogações fossem muito maiores que as certezas, as principais preocupações dos autores que a problematizaram eram quanto ao modo de atingi-la, afirma. Concentram nos procedimentos necessários para assegurar a responsabilidade do Estado perante os eleitores. Entretanto, para que fosse realmente efetivada, era necessário resolver dois problemas: as desigualdades econômicas, visto que é um impedimento à participação dos indivíduos da vida social e política do país em iguais condições; e a noção dos indivíduos como consumidores, substituindo-a pela percepção de executores e de agentes do desenvolvimento de suas capacidades, segundo a autora.

Segundo a autora, Arblaster (1987) defende que as razões para a democracia participativa não se realizar são mais políticas do que práticas ou técnicas. Já Macpherson chama a atenção para o fato de que, embora aumente a participação, a democracia participativa pertence à tradição liberal, já que permanece o princípio ético ‘direitos iguais a todo homem e toda mulher ao pleno desenvolvimento e ao emprego de suas capacidades’ (MACPHERSON, 1978 apud SILVA, 2003, p.18, grifos nossos).

Outra autora que Silva (2003) dialoga é Patemam (1992). Interessada em verificar a possibilidade da participação na democracia moderna em uma sociedade industrializada, essa autora, segundo Silva (2003), analisa as formas de participação no local de trabalho e suas relações com a esfera da política nacional. Sustentada nas contribuições de Rousseau e Stuart Mill, a autora, defende que a participação desenvolve atitude de cooperação, integração e

comprometimento com as decisões, assim como aumento o senso de eficácia política. Assim, tem a participação como prática educativa, cujo objetivo é formar ‘cidadãos’ voltados aos interesses coletivos e para os assuntos da política nacional. Apesar de partilhar com Schumpeter a opinião de que os ‘cidadãos comuns’ não estão preocupados com as decisões das instâncias da política nacional, acredita que sem experiências participativas em outras esferas da sociedade não é possível gerar um governo democrático.

Segundo a autora, Held (1987), sustentado em Macpherson, Pateman e Poulantzas, acrescenta que um dos maiores impedimentos à democracia participativa, é o papel do estado na manutenção das **desigualdades**. Apesar disso, esse modelo é considerado uma *forma realista dos indivíduos estabelecerem algum controle sobre o curso da vida diária e os rumos da política nacional*. Esse autor concorda que a participação assume um caráter educativo ao tornar os indivíduos capazes para intervir nas questões que lhes fosse solicitada e ao possibilitar uma melhor compreensão das ligações entre público e privado. (HELD, 1987 apud SILVA, 2003, p.19)

Para a autora, mesmo nas propostas de democracia participativa, o conteúdo liberal da participação política dos trabalhadores permanece, considerando que não ocorrem mudanças significativas na concepção de indivíduo como consumidor de bens públicos e na naturalização das desigualdades sociais. Assim, permanecem os princípios da propriedade privada, da naturalização da exploração do homem pelo homem e da maximização dos interesses do mercado, o que dificulta ou afasta qualquer perspectiva de transformação.

Ainda, para a autora, a democracia participativa inova ao ampliar os espaços de atuação para além da escolha do governo e ao colocar na agenda política formas de **autogestão ou democracia direta**, mas **conserva o interesse do controle**. Não rompe com a ideia, de certa forma, de que política tem que ser para especialistas ou que as classes populares só podem participar se forem ‘educadas’ de modo ao não oferecer riscos ao poder da classe dominante.

Compartilhamos em parte com a apreciação crítica de Silva (2003) à perspectiva de democracia participativa. Não valorizamos este possível aumento da participação das classes populares no Estado, já que a tradição liberal suporta uma participação desde que esteja voltada à integração social.

2.2. CRÍTICA MARXISTA

O enfrentamento à perspectiva de Estado, democracia e participação das **teses liberais e idealistas** pode ser visto com mais riqueza de determinações em Marx, Lênin, Engels e Trotsky. Eles afirmam que a classe trabalhadora não é mais uma classe para aperfeiçoar e sim para extinguir o Estado, que é um órgão criado para a dominação. Estes autores afirmaram os princípios da democracia revolucionária e a necessidade da organização independente da classe trabalhadora para, como classe dominante, conduzir o Estado, pela via revolucionária. Assim como o objetivo dessa classe, como classe dominante, não é reformar, mas abolir a propriedade privada dos meios de produção. É com esse sentido que, para nós, a classe trabalhadora deve participar do Estado.

Essa apreciação tem um fundo materialista, pois na concepção destes autores o Estado é o resultado do desenvolvimento econômico. Por isso, explicitamos uma síntese da relação entre o Estado e as relações de propriedade e de produção.

Esta relação pode ser vista com detalhes nas contribuições deixadas por Marx e Engels na obra *A Ideologia Alemã*. Essa obra consiste em um conjunto de textos, escritos para publicação, mas que não foram publicados pelos próprios autores por falta de editor. Podemos dizer que foi nessa obra que esses autores esboçaram os princípios da concepção materialista da história. Esses escritos foram publicados pela primeira vez na União Soviética em 1932 quando os dois autores já haviam falecido.

A primeira forma de propriedade, tanto no mundo antigo como na Idade Média, é a propriedade tribal, condicionada entre os romanos principalmente pela guerra e entre os germanos pela pecuária. Entre os povos antigos (particularmente Roma e Esparta), considerando que numa mesma cidade coabitavam muitas tribos, a propriedade tribal aparece como propriedade do Estado e o direito dos indivíduos sobre ela aparece como simples posse, que se limita a propriedade da terra. A propriedade privada propriamente dita surge entre os antigos e os povos modernos como propriedade mobiliária (escravidão e comunidade - apenas em sua comunidade os cidadãos possuem poder sobre seus escravos trabalhadores). Na idade média a propriedade tribal desenvolve-se por diferentes estágios: propriedade feudal da terra, propriedade mobiliária corporativa, capital manufatureiro, chegando à capital moderno, condicionado pela grande indústria e concorrência universal (propriedade privada pura). Essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno que foi comprado

progressivamente pelos proprietários privados por meio dos impostos e caiu plenamente sob o domínio destes com a dívida pública que se manifesta na alta e baixa dos papéis estatais na bolsa, tornou-se inteiramente dependente do crédito comercial fornecido pelos proprietários privados, burgueses. A burguesia, por ser uma classe, necessita de um Estado para se organizar nacionalmente para garantir sua propriedade e seus interesses. Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil. Entretanto, esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior para garantir recíproca de sua propriedade e de seus interesses. A autonomia do Estado só tem lugar onde os estamentos não se desenvolveram completamente até se tornarem classes, onde os estamentos, já eliminados nos países avançados, ainda exercem algum papel e onde existe mistura. (MARX e ENGELS, 2007, p. 75)

De maneira mais detalhada Marx e Engels (2007, p.90 - 91) expõem à relação de cada forma de propriedade anterior a propriedade privada atual com a estrutura política, a divisão do trabalho e a luta de classes.

A propriedade tribal corresponde a uma fase ainda não desenvolvida da produção, na qual as pessoas se alimentam da caça e da pesca, da criação de gado e agricultura. Nesse caso, é pressuposto a grande quantidade de terras incultas. Já existe divisão do trabalho, embora pouco desenvolvida e limitada a uma maior extensão da divisão natural do trabalho existente na família. Aqui as *tribos* possuem chefes, membros e escravos, o que denota uma forma de organização social e política.

A propriedade estatal ou comunal da Antiguidade, considerada a segunda forma, é o resultado da unificação de tribos em uma cidade, por meio de contrato ou conquista e na qual a escravidão ainda existe. Ao lado dessa forma de propriedade surge a *propriedade privada móvel*, e posteriormente a *imóvel*, mas de forma diferente e subordinada a propriedade comunal. Os *cidadãos* possuíam poder sobre seus *escravos* apenas em *sua comunidade* e, por isso, estavam *obrigatoriamente ligados*, em um espécie de associação, a propriedade comunal. Por isso, essa forma de sociedade entra em decadência e juntamente decai o poder do povo (cidadãos), sobretudo ao passo que se desenvolve propriedade imóvel. Aqui a divisão do trabalho se encontra mais desenvolvida: oposição entre cidade e campo, indústria e

comercio e etc. Nesse contexto, a relação de classe entre escravos e cidadãos está completamente desenvolvida.

A terceira forma de propriedade é a feudal ou estamental. Estamos na Idade Média. Havia uma dispersão da população por uma vasta superfície. Aqui temos uma comunidade, embora não haja mais relação de escravidão. A classe imediatamente produtora são os servos (pequenos camponeses) que não possuíam a posse da terra. Nas cidades, a propriedade era corporativa: organização feudal dos ofícios. A propriedade consistia principalmente no trabalho de cada indivíduo com pequeno capital. A estrutura das formas de propriedade era condicionada pelas limitadas relações de produção. A posição de classe se expressava entre príncipes, nobres, clero e o campesinato no campo e entre mestres, oficiais e aprendizes, e depois plebe assalariada na cidade. Nessa estrutura do trabalho e produção, era necessária para a nobreza a junção de grandes territórios em reinos feudais. Assim, tinha-se um monarca dirigente como representante da classe dominante.

A propriedade privada capitalista, por sua vez, é fundamentada na exploração do trabalho alheio e livre apenas formalmente. “Chegamos a uma situação inteiramente nova na sociedade. (...) Tendemos a separar toda espécie de propriedade de toda espécie de trabalho”. (SISMONDI, p. 434 apud MARX, 2011, p.876)

Nota-se que a propriedade sob forma privada pura, a propriedade capitalista, não possui relações tão evidentes com o Estado Moderno e com a classe dominante quanto na Antiguidade. Todavia, Marx e Engels (2007) assinalam dois mecanismos usados necessariamente pela burguesia, classe dominante no modo de produção capitalista, para garantir a recíproca de sua propriedade e de seus interesses: os impostos e a dívida pública.

Engels e Marx indicam que a contradição que move esse modo de produção e de onde emanam todas as contradições, é que as relações de produção entram em choque com o desenvolvimentodas forças produtivas³. Dito de outra forma, a apropriação dos produtos do trabalho e dos meios de produção são privadas, enquanto que a produção é coletiva. Isso não permite que o modo de produção desenvolva suas forças produtivas. Esse quadro coloca o sistema em crise, *crise de superprodução de capitais, mercadorias e força de trabalho* que não encontram valorização no mercado onde se realiza a mais-valia. Diante disso, os autores

³ Consiste na força de trabalho e nos meios de produção (instrumentos, máquinas, matéria - prima, conhecimento)

identificam duas saídas, que não resolvem a contradição, apenas a contorna, precipitando novas crises: de um lado, a *destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas*, e do outro lado, *conquista de novos mercados e exploração mais intensa dos antigos*.

No capitalismo, o trabalhador não controla o processo de produção e a divisão do *trabalho entre trabalho manual e trabalho intelectual*, levada a cabo pela maquinaria e a indústria. O resultado é que o conhecimento científico e técnico, imediatamente derivado e necessário a produção, está alienado do trabalhador:

[...] sendo o processo de trabalho e ao mesmo tempo processo de criar mais - valia, toda a produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador, ao invés do trabalhador empregar o instrumental. Essa inversão só se torna uma realidade técnica e palpável com a maquinaria. O instrumental de trabalho, como autônomo, se confronta com o trabalhador durante o processo de trabalho como capital, trabalho morto que domina a força de trabalho viva, suga e a exaure. A *separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poder de domínio do capital* se torna uma realidade consumada, conforme já vimos, na grande indústria fundamentada na maquinaria. A habilidade especializada e restrita ao trabalhador individual, despojado que lida com a máquina, desaparece como uma quantidade ínfima diante da *ciência, das imensas forças naturais e da massa de trabalho social*, incorporado ao sistema de máquinas e formando com ele o *poder do patrão* [...] (MARX, 2011, p.483, grifos nossos.)

Atualmente, o modo de produção capitalista se encontra na sua fase imperialista. Lênin, na obra *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*⁴, em 1916, às vésperas da revolução de outubro de 1917, na Rússia, caracterizou essa fase do capitalismo. Seu livro tinha o objetivo de ajudar na “compreensão de um problema econômico fundamental, sem cujo estudo não é possível compreender nada do que é a guerra e a política atuais [...]” (LÊNIN, 2007b, p. 10, grifos nossos). O autor define a época imperialista, do ponto de vista econômico, a partir de seus cinco traços fundamentais, a saber:

Mas as definições muito curtas, sem bem que cômodas, por indicarem o essencial, são insuficientes quando se pretende assinalar elementos especialmente importantes daquilo que queremos definir. Por isso, tendopresente que todas as definições genéricas são relativas, pois nunca abrangem todos os aspectos de um fenômeno, ou seja, as múltiplas relações estabelecidas no seu completo desenvolvimento, podemos indicar uma definição do imperialismo que inclua os seguintes traços fundamentais:

⁴Essa obra segundo o autor teve de passar pela censura czarista por isso ele se viu forçado a limitar - se a uma análise teórica, sobretudo econômica, como também a realizar análises políticas com prudência, servindo - se de alusões em linguagem alegórica.

- 1) A concentração da produção e do capital levada a um grau tão alto de desenvolvimento que *origina os monopólios*, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- 2) A fusão do capital bancário com o capital industrial leva ao surgimento, baseado nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira;
- 3) A exportação de capitais adquire uma importância cada vez maior em relação a exportação de mercadorias;
- 4) Formam - se associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e
- 5) É completada a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

O imperialismo é o capitalismo que chegou na fase de desenvolvimento em que prepondera a *dominação dos monopólios e do capital financeiro*, em que a *exportação de capitais adquiriu importância marcante*, em que começou a *partilha do mundo pelos trustes internacionais* e terminou a *partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes*. (LÊNIN, 2007, p.104, grifos nossos).

Segundo Lênin (2007b, p. 118), o monopólio gera inevitavelmente uma *tendência à estagnação e à decomposição*. O autor aponta que a iniciativa de se fixar preços monopolistas, faz desaparecer, mesmo temporariamente, as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte do progresso e do avanço em geral. Dessa forma, no plano econômico, torna-se possível entrar artificialmente o progresso técnico⁵.

Outra obra desse mesmo autoré *O Estado e a Revolução*. Nesta, Lênin concentra e atualiza o debate marxista acerca do Estado. O autor revisita a doutrina de Marx e Engels sobre o Estado e a revolução proletária, detendo-se mais demoradamente nos pontos que o oportunismo⁶ esqueceu ou desvirtuou. Lênin diz que, em especial, estudou o representante mais autorizado das teses desvirtuadas, Karl Kautsky. Assim, seu objetivo com a obra era “restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado” (LÊNIN, 2007a, p.24). Esse esquecimento ou desvirtuamento continua vigorando nas obras ditas marxistas atualmente. Por fim, o autor traz os principais ensinamentos da experiência das revoluções russas de 1905, e principalmente de 1917.

⁵ O autor demonstra essa tese a partir do exemplo da criação por Owen, no EUA, de uma máquina que revolucionou a produção de garrafas. O cartel alemão de fabricantes de garrafas, por sua vez, comprou a sua patente e as guardou, atrasando a aplicação do método de produção.

⁶ Lênin chamara de elementos do oportunismo a corrente de social chauvinismo que predomina nos partidos socialistas oficiais do mundo inteiro. Os indivíduos pertencentes a essa corrente são: Plekhanov, Potressov, Brechkovskaia, Rubanovicht, Tseretelli , Tchernov & Cia na Rússia; Scheidemann , Legien , David e outros na Alemanha; Renaudel, Guesde , Vandervelde, na França; Hyndman na Bélgica; os fabianos na Inglaterra e etc .

Nessa obra Lênin (2007a) enfrenta principalmente a tese do Estado como órgão de conciliação de classes e a tese da transformação gradual do Estado capitalista moderno e representativo em socialista. Na sua aceção, ambas se alinham com a perspectiva do Estado por cima das classes sociais.

Assim, sua exposição tem início pela discussão da origem do Estado a partir dos estudos de Engels:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a realidade da Ideia moral", "a imagem e a realidade da Razão, como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, *não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril*, sentiu-se a necessidade de uma *força que se colocasse aparentemente acima da sociedade*, com o fim de *atenuar o conflito nos limites da 'ordem'*. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS apud LÊNIN, 2007a, p.24, grifos nossos)

Essa perspectiva do Estado como produto e manifestação do antagonismo inconciliável das classes tem uma importância capital e fundamental. É precisamente aqui que começa a deformação do marxismo, com duas linhas principais, afirma Lênin (2007a, p. 25 - 26). Segundo ao autor, de um lado os *ideólogos burgueses* e, principalmente *pequeno burgueses*, que, pelos fatos, são obrigados a reconhecer que o Estado só existe porque existem classes, cuja deformação se dá na medida em que consideram que este é o órgão de *conciliação de classes*. Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma 'ordem' que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão de classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar das classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores e cuja derrocada elas aspiram. Essa tese burguesa foi adotada no período revolucionário na Rússia pelos socialistas - revolucionários, pelos mencheviques⁷.

⁷ De acordo com Trotsky (2007) a Fração do então Partido Social Democrata Russo definida na ocasião do seu 2º Congresso em 1903. Essa fração é totalmente oposta à fração bolchevique. De um lado, os bolcheviques que, sob a liderança de Lênin, via no campesinato o aliado mais próximo ao proletariado. Do outro lado, os mencheviques defendiam da aliança dos trabalhadores com a burguesia liberal. Em 1912 há uma cisão definitiva entre as frações e os mencheviques são excluídos do partido.

Do outro lado, a deformação pelo Kautskismo, que não nega ‘teoricamente o Estado como órgão de dominação de classe, mas negava a ditadura do proletariado (proletariado como classe dominante). Kaustky propunha uma saída *gradualista* para a transformação social, através da *conquista paulatina do parlamento* que se transformaria em *governo soberano*, para realizar o *programa democrático*. Assim, negava que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma *revolução violenta* e da *supressão do aparelho governamental* criado pela classe dominante e que pela sua própria existência se afasta da sociedade.

Diante da explicitação das relações entre o Estado, a propriedade privada e as classes dominantes, tem razão Lênin ao afirmar que o Estado antigo e feudal eram órgãos de exploração dos escravos e dos servos, respectivamente, e o Estado representativo Moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. (ENGELS, 1894 apud LÊNIN, 2007a, p.30).

Vejamos que contraditoriamente aos iluministas Hobbes e Locke, Engels e Marx analisam a luta na sociedade como uma luta de classes e não entre indivíduos movidos por paixões, isto é, pelo desejo insaciável de vantagens materiais. Não se trata para os marxistas de uma luta de todos contra todos apenas, mas da luta classes com interesses materiais contrários. Enquanto que para os iluministas o Estado era um freio às paixões (apetites e aversões), para os marxistas o *freio* consistia em um mecanismo de legalizar e consolidar a dominação de classe. Com isso, Marx e Engels também se contrapuseram a ideia da possibilidade de configuração de um Estado portador de *vontade geral* em contraposição a desigualdade e a propriedade encontrada em Rousseau.

Quando debatemos os nexos e as relações entre Estado e dominação econômica surge inevitavelmente a questão da *autonomia e independência do Estado frente aos interesses privados*. Essa questão foi posta por Marx e Engels, como vimos, desde a ocasião da elaboração de *A Ideologia Alemã*, cujas conclusões foram aprimoradas em estudos posteriores. Assim como estes autores, Lênin (2007a) delimita em que condições essa autonomia pode aparecer e quais seus limites.

Lênin (2007a, p. 31), sustentado em Engels, afirmara que poder público se torna momentaneamente independente frente às classes sociais e uma espécie de arbítrio entre elas. Isso ocorre, segundo o autor, em períodos excepcionais em que as classes atingem um

equilíbrio. O autor cita os exemplos da monarquia absoluta dos séculos 17 e 18, o bonapartismo do primeiro e segundo império, na França e Bismarck na Alemanha e o governo de Kerensky na Rússia republicana.

Mas, o fato de adquirir independência frente às classes não significa que o Estado represente o interesse comum ou geral. Essa lição pode ser retirada das análises de Marx sobre o bonapartismo no escrito *As Luta de Classes na França de 1848 a 1850*. Esse escrito, publicado em 1850, por Marx na Nova Gazeta Renana e editado posteriormente em forma de livro por F. Engels. Segundo o seu editor, é “a primeira tentativa de explicar, a partir da concepção materialista, uma quadra da história contemporânea a partir da situação econômica dada”. (ENGELS, 2012, p.9)

Nesse escrito verificamos o esforço empreendido por Marx de trazer *a superfície*, a partir da narrativa das revoluções e dos conflitos políticos na França, o pano de fundo constituído por interesses das classes e frações de classe, representados por partidos políticos. O autor demonstra que há uma ligação entre as batalhas políticas e os interesses econômicos das classes, mesmo se, em certo momento, para manter os negócios da burguesia em bom funcionamento e conservar as relações de produção capitalistas, chega ao poder um presidente, Luís Napoleão Bonaparte, que além de não surgir em seio burguês, foi o portador das ilusões que o campesinato francês lhe depositara e ainda o nome que representou a restauração monárquica, os Orleans, recentemente derrubada pela burguesia.

Essa situação contraditória ocorrida na França nesse período e em outros países, como já indicado, é denominada de *bonapartismo*. Em *Guerra Cível na França*, Marx afirma que o bonapartismo “era a única forma de governo possível na época, quando a burguesia já havia perdido e a classe operaria ainda não havia adquirido a faculdade de governar a nação”. Engels observa também que “como exceção” [...] ocorrem períodos nos quais as classes em luta se equilibram tão bem que o poder do *Estado como mediador ostensivo*, adquire, por momentos, certa margem de independência em relação a ambas. (BOTTOMORE, 2012, p. 198).

A par das análises nessas duas obras de Marx e Engels, acima referidas, Bottomore (2012) afirma que essas duas características não contradizem o fato de que o Estado serve aos propósitos e interesses das classes dominantes. Além disso, crítica as análises que veem identidade e fusão entre as instâncias política e econômica que fundamenta a tese do

capitalismo monopolista de Estado, utilizada por os autores comunistas oficiais para explicar o capitalismo hoje.

Voltemos a Lênin. Aderente da tese do capitalismo monopolista de Estado, este autor afirma a existência, na República democrática, a “melhor crosta possível do capitalismo”, da onipotência da riqueza, isto é, que a “riqueza utilizando - se do seu poder indiretamente, mas com maior segurança’, primeiramente, pela corrupção pura e simples dos funcionários (América) e depois pela aliança entre governo e bolsa” (França e América).

Ademais, para esse autor, o sufrágio universal é um instrumento de dominação da burguesia, considerando que é o indício da maturidade da classe operária, nunca pode dar e nunca dá nada no Estado atual. Não é capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade dos trabalhadores.

Considerando este caráter do Estado, em Lênin a teoria de transição, do capitalismo ao socialismo e desse ao comunismo, guia-se pela afirmação da necessidade do proletariado, pela via revolucionária, tomar o Estado em suas mãos, constituir-se e em classe dominante (conquistar o poder político) para arrancar da burguesia todo o capital, todos os meios e instrumentos de sua produção, quebrar sua resistência, e assim fazer crescer as forças produtivas. Isso criara as condições para por fim às classes e conseqüentemente fazer desaparecer o Estado. Essa é a fórmula da ditadura do proletariado de Marx e Engels que Lênin vai reavivar e lembrar na Rússia.

Para o autor, somente o proletariado é capaz dessa tarefa. Porque é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia. Essa classe está em confronto direto com a classe dominante, a burguesia. Por isso, que Lênin (2007a) reclama do poder ao proletariado sem partilha e apoiado na força das massas.

Lênin (2007a) reconheceu o lugar da luta pela democracia para luta de classes. Reconheceu as restrições do capitalismo ao próprio princípio democrático, isto é, os obstáculos à participação política dos pobres na democracia. Apontou as transformações da democracia na transição (capitalismo ao comunismo).

Segundo esse mesmo autor, a democracia mais completa, na sociedade capitalista, se desenvolve na república democrática. Mas, a democracia é sempre comprimida no quadro

estrito da exploração capitalista, o quê, no fundo, se constitui como uma democracia da minoria sobre a maioria. A liberdade na sociedade capitalista continua a ser, mais ou menos, o que foi nas repúblicas da Grécia antiga: uma liberdade de senhores fundada na escravidão. Os escravos assalariados de hoje, em consequência da exploração capitalista, vivem por tal forma, acabrunhados pelas necessidades e pela miséria, que não possuem tempo para se ocupar de política ou de democracia. (p.105).

Lênin (2007a, p. 105 -106, grifos nossos) não deixa de observar atenta e detalhadamente alguns obstáculos, além dos econômicos acima citados, que contribuía, em seu tempo, com a exclusão dos oprimidos da participação política na democracia burguesa:

[...] Se observarmos mais de perto seu mecanismo, só veremos restrições ao princípio democrático, nos “menores” (presentemente os menores) detalhes da legislação eleitoral (censo domiciliário, exclusão das mulheres etc), assim como no funcionamento das assembleias representativas, nos obstáculos de fato ao direito de reunião (os edifícios públicos não são para os “maltrapilhos”), na estrutura puramente capitalista da imprensa diária etc., etc. Essas limitações, exceções, exclusões e obstáculos para os pobres, parecem insignificantes, principalmente para aqueles que nunca conheceram a necessidade e que nunca conviveram com as classes oprimidas nem conheceram de perto sua vida (e nesse caso estão os nove décimos, senão os noventa e nove centésimos dos publicistas e dos políticos burgueses); mas, totalizadas, essas restrições eliminam os pobres da política e da participação ativa na democracia. Marx percebeu perfeitamente esse traço essencial da democracia capitalista ao dizer, na sua análise da experiência da Comuna: Os oprimidos são autorizados, uma vez cada três ou seis anos, a decidir qual, entre os membros da classe dominante, será o que, no parlamento, os representará e esmagará!

Em nosso país, atualmente, muitos desses obstáculos já foram superados pela luta da classe trabalhadora por mais direitos, entretanto alguns permanecem e muitos outros surgiram. A influência de grandes grupos empresariais nas campanhas eleitorais⁸ de partidos que concorrem a cargos representativos no Estado é o principal obstáculo a democracia. Em consequência dessa influência do poder econômico, as relações entre os donos dos meios de produção e os partidos estão cada vez mais estreitas. Essa é uma fonte de apropriação privada do Estado, o que alguns, erroneamente, preferem chamar de corrupção, na medida em que

⁸Em matéria publicada pelo Portal Fórum (<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/08/empresas-que-mais-doaram-para-os-presidenciais-ate-agora>) intitulada “Empresas que mais doaram para os presidenciais até agora” indica um encarecimento das campanhas e uma concentração do financiamento nas mãos de poucas empresas. Os onze então candidatos juntos arrecadaram R\$ 31,2 milhões, sendo que 65% deste valor foi de responsabilidade de três grandes empresas privadas, a saber: a JBS Friboi, a Ambev e a construtora OAS.

tudo que o empresário investe em campanhas eleitorais será recompensado através das parcerias entre o público e o privado.

Lênin reconhece o significado da luta pela democracia para a emancipação dos trabalhadores. Nessa citação abaixo, pode-se dizer que o autor expõe a ligação que existe entre as formas de democracia desde o capitalismo onde reina uma igualdade aparente, passando pelo socialismo onde há igualdade de trabalho e salários até chegar ao comunismo onde a igualdade está despojada de todo vestígio formal, tornando-se real. Ademais, nesse processo de conquista da igualdade, o autor aponta a necessidade do poder operário reduzir à migalhas a máquina estatal - o exército permanente, a polícia, o funcionalismo - para que ela se torne mais democrática, não no sentido de reformá-la, mas extingui-la.

Mas, a vida mostra a cada passo, na natureza e na sociedade, que os vestígios do passado subsistem no presente. [...]

A democracia tem uma enorme importância na luta de classe operária por sua emancipação. Mas, a democracia não é um limite que não possa ser ultrapassado, e sim uma etapa no caminho que vai do feudalismo ao capitalismo e do capitalismo ao comunismo.

Democracia implica igualdade. Compreende-se a importância da luta do proletariado pela igualdade e pelo próprio princípio de igualdade, contanto que sejam compreendidos como convém, no sentido da *supressão das classes*. Mas, *democracia quer dizer apenas igualdade formal*. E, logo após a realização da igualdade de todos os membros da sociedade quanto ao gozo dos meios de produção, isto é, *a igualdade do trabalho e do salário, erguer-se-á, então, fatalmente, perante a humanidade, o problema do progresso seguinte, o problema da passagem da igualdade formal à igualdade real* baseada no princípio: "De cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades". Por que etapas, por que medidas práticas a humanidade atingirá esse objetivo ideal, não o sabemos nem podemos sabê-lo. Mas, o que importa é ver a imensa mentira contida na ideia burguesa de que o socialismo é alguma coisa de morto, de rígido, de estabelecido de uma vez por todas, quando, na realidade, *só o socialismo porá em marcha, em ritmo acelerado, a maioria da população, primeiro, e depois, a população inteira, em todos os domínios da vida coletiva e da vida privada*.

A democracia é uma das formas, uma das variantes do Estado. Por consequência, como todo Estado, ela é o *exercício organizado, sistemático, da coação sobre os homens*. Isso, por um lado. Mas, por outro lado, é ela o *reconhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do direito igual de todos em determinar a forma do Estado e administrá-lo*. Segue-se que, *a certa altura do seu desenvolvimento, a democracia levanta, logo de início, contra o capitalismo, a classe revolucionária do proletariado e lhe fornece os meios de quebrar, de reduzir a migalhas, de aniquilar a máquina burguesa do Estado, mesmo republicano, o exército permanente, a polícia, o funcionalismo, e de substituir tudo isso por uma máquina mais democrática, mas que nem por isso é menos uma máquina de Estado, constituída pelas massas operárias armadas, preparando a organização de todo o povo em milícias*.

Aqui, "a quantidade se transforma em qualidade": chegada a esse grau, a democracia sai dos quadros da sociedade burguesa e começa a evoluir para o socialismo. Se todos os homens tomam realmente parte na gestão do Estado, o capitalismo não pode mais manter-se. [...] (p.117 - 118)

Em Lênin verifica-se apontamentos acerca do caráter que a participação política da classe trabalhadora assume na gestão do Estado Socialista com o fim do funcionalismo, passo fundamental para o fim da burocracia. No socialismo, segundo ele, todos os cidadãos devem participar, de forma independente, nas decisões da vida cotidiana, isto é, do controle da produção e da repartição, no recenseamento do trabalho e dos produtos. Por isso, o autor confere a todos os cidadãos a qualidade de “empregados assalariados do Estado”. Em suma, “A sociedade inteira não será mais do que um grande escritório e uma grande fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário” (LÊNIN, 2007a, p.119).

Além do fim do funcionalismo, o autor aponta que no socialismo, todos os empregados que ocupem funções públicas devem ser eleitos, amovíveis em qualquer tempo e seus salários serão reduzidos ao nível do salário médio de um operário. Outra medida necessária a quebra da máquina estatal é a substituição das instituições parlamentares por instituições de trabalho, isto é, que fazem e executam as leis. (p.134)

Essas medidas que caracterizam politicamente o socialismo, defendidas por Lênin (2007a), encontradas dos estudos de Marx, se realizaram na experiência da primeira república operária: a Comuna de Paris. “A Comuna era constituída por conselheiros eleitos por sufrágio universal nos diferentes bairros de Paris. A maioria era composta de operários ou representantes reconhecidos da classe operária.” (MARX apud LÊNIN, 2007a, p.60)

Segundo Lênin, que observou a evolução da obra de Marx, foi a experiência da primeira república operária que forneceu respostas a questão de como deveria ser o poder operário, isto é, o que deveria substituir a máquina estatal burguesa depois de destruída. Entretanto, o autor também identifica que o principal limite dessa experiência foi não ter ido até a fundo na tarefa de derrubar a burguesia. Ainda segundo ele, essas medidas não atingem todo o significado e todo o alcance senão com a expropriação dos expropriadores. (LENIN, 2007a, p.61).

Enquanto que, segundo esse autor acima citado, os oportunistas e Kautsky defendiam a burocracia e a manutenção da máquina estatal. Kautsky, segundo ele, ocultou todos estes ensinamentos de Marx sobre a democracia proletária a luz da experiência da Comuna e

demonstrou que tinha “veneração supersticiosa pelo Estado”. Seu pensamento, afirma Lênin (2007a, p. 137), não vai além de um governo favorável ao proletariado. Para Lênin era necessário um governo do proletariado.

O período da ditadura do proletariado, não se limita à ampliação da liberdade (alargamento da democracia). Ao mesmo tempo em que produz uma considerável ampliação da democracia para a maioria do povo, traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas, a fim de quebrar a resistência da burguesia pela força. A repressão direciona-se à atividade dos exploradores e opressores. (LÊNIN, 2007a, p.106)

Este autor ainda faz o prognóstico de que só no comunismo, quando as classes e o Estado deixarem de existir, haverá uma *democracia completa e liberdade*:

Só na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas estiver perfeitamente quebrada, quando os capitalistas tiverem desaparecido e já não houver classes, isto é, quando não houver mais distinções entre os membros da sociedade em relação à produção, só então é que "o Estado deixará de existir e se poderá falar de liberdade". Só então se tornará possível e será realizada uma democracia verdadeiramente completa e cuja regra não sofrerá exceção alguma. Só então a democracia começará a definir - pela simples circunstância de que, desembaraçados da escravidão capitalista, dos horrores, da selvageria, da insânia, da ignomínia sem- nome da exploração capitalista, os indivíduos se habituarão pouco a pouco a observar as regras elementares da vida social, de todos conhecidas e repetidas, desde milênios, em todos os mandamentos, a observá-las sem violência, sem constrangimento, sem subordinação, sem esse aparelho especial de coação que se chama o Estado. (LÊNIN, 2007a, p. 107)

Assim como Lênin, Trotsky, em sua teoria da transição, também observou as relações entre a luta pela democracia e o socialismo. Diferentemente de Lênin, este autor teve que responder aos problemas afetos ao socialismo em outras circunstâncias porque enfrentou um *Estado Operário degenerado* dirigido por uma *burocracia* na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Como vimos, Lênin já denunciava essas tendências no período em que a revolução havia eclodido naquele país.

Uma sistematização concentrada da teoria da transição em Trotsky encontra-se no texto *A agonia do Capitalismo e as Tarefas da IV Internacional*, comumente chamado de “*Programa de Transição*”. Este texto foi escrito pelo autor e aprovado como programa político da 4ª Internacional⁹ na sua conferência de fundação realizada na França, em 1938.

⁹A 1ª Internacional em 1864 participaram dela Marx e Engels e desapareceu por conta de desacordos internos e da repressão após a derrota da Comuna de Paris em 1871. A 2ª Internacional (Internacional

Segundo Trotsky (2008, p.129), a URSS saiu da Revolução de Outubro como um Estado operário. Em que consistia esse Estado? Segundo esse autor, na estatização dos meios de produção, condição necessária para o desenvolvimento socialista, abrindo a possibilidade de rápido crescimento das forças produtivas. Entretanto, o aparelho de Estado sofreu degeneração completa, transformando-se de instrumento da classe operária em instrumento de violência burocrática contra a classe operária, e cada vez mais instrumento de sabotagem da economia. A burocratização de um Estado operário atrasado e isolado e a transformação da burocracia em casta privilegiada é a refutação mais convincente, não somente teórica, mas também prática do socialismo em um país só.

Para Trotsky (2008, p.97), as questões da *democracia e conquistas sociais*, isto é do programa mínimo, não devem ser rejeitadas, na medida em que elas conservam uma força vital, mas trabalhada em uma perspectiva revolucionária. Isso porque para esse autor, na medida em que essas *reivindicações parciais e mínimas se chocam* com as *tendências degradantes e destrutivas do capitalismo decadente* (não permite mais reformas nem para elevação do nível de vida das massas), e isso ocorre a cada passo, a 4ª internacional avança em um *sistema de reivindicações transitórias*, cujo sentido é se dirigir cada vez mais aberta e resolutamente contra as bases do regime burguês. O velho programa mínimo é constantemente ultrapassado pelo *programa de transição*, cuja tarefa consiste em uma *mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária*. O programa de transição, portanto, consiste em uma ponte entre as reivindicações atuais, as condições atuais e a consciência atual das massas e a revolução socialista.

Nos países atrasados, afirma Trotsky (2008, p.122), a luta pela democracia combina-se com a luta pelo socialismo em uma mesma época. Essa combinação é determinada pelo caráter do desenvolvimento desses países atrasados. Esses países vivem sob o domínio do imperialismo mundial o que lhe confere um caráter combinado no seu desenvolvimento: reúne formas econômicas primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. É isso que determina a política do proletariado dos países atrasados: são obrigados a combinar

Socialista) foi criada em 1891 no contexto de desenvolvimento do movimento operário, com Engels ainda vivo. Após defender a primeira guerra mundial em 1914, faliu politicamente e houve a ruptura de Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht . A 3ª Internacional (Internacional Comunista) é fundada em 1919 com o impulso da Revolução Russa. A burocratização do partido comunista da URSS e da 3ª Internacional implicou na fundação da 4ª Internacional com o intuito de continuar a luta iniciada em 1864 e construir o partido revolucionário.

a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta pelo socialismo contra o imperialismo mundial. Nessa luta as questões democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas distintas, mas decorrem imediatamente uma das outras.

Este autor atenta para as relações que o programa democrático, na forma da palavra de ordem da Constituinte ligada às palavras de ordem da emancipação nacional e da reforma agrária, possui com a democracia revolucionária, com os soviets. Segundo ele, estas relações dependem do nível político do proletariado, da união entre ele e a classe camponesa e pelo caráter da política do partido proletário.

O lugar específico de cada reivindicação democrática na luta do proletariado, suas mútuas relações e sua ordem de sucessão estão determinados pelas particularidades e pelas condições próprias de cada país atrasado, em particular o grau de seu atraso. Mas a direção geral do desenvolvimento revolucionário pode ser determinada pela fórmula da *revolução permanente*, afirma Trotsky (2008, p.123).

Essa fórmula, segundo nota dos editores do texto que nos referenciamos, esboçada por Marx e ganha forma acabada com Trotsky em *Balço e Perspectivas em 1905*, consistia no seguinte: num país industrialmente atrasado, como era a Rússia, somente o proletariado poderia, tomando o poder, realizar as tarefas democráticas e nacionais que a débil burguesia russa era capaz de cumprir - reforma agrária, independência nacional, democracia. Uma vez iniciado esse processo, seu fim somente seria possível pela adoção de medidas de caráter socialista - abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção - em consonância com a luta do proletariado de outros países.

Assim, para nós, a luta da classe trabalhadora por democracia no Estado, nas políticas públicas e no esporte tem um sentido revolucionário na medida em que elas guardam relações com a revolução socialista já que, nas circunstanciais atuais, a classe dominante não é mais capaz de conduzir reformas democráticas, não é capaz de universalizar o esporte. Entretanto, essa luta não tem um sentido pacifista, gradual, conciliatório e adaptativo, mas revolucionário, independente, conflituoso e de certa forma violento e forçoso. Dessa forma, nossa perspectiva de socialismo é revolucionária.

Raramente se vê uma linha da contribuição destes autores clássicos marxistas nas formulações dos que defendem a democracia participativa e o socialismo democrático. Sob o

argumento de rejeição aos aspectos do Estado autoritário soviético, com total razão, estes pensadores e militantes acabam incorporando a outra face do autoritarismo, a liberal burguesa, que mantém uma burocracia estatal; mantém a classe trabalhadora dominada; que tenta controlar e conter a capacidade dessa classe de exigir e conquistar mesmo o seu programa mínimo.

Diante de tal silêncio, questionamos porque ao invés de concentrar esforços na afirmação de transformações estruturais, através de uma Assembleia Constituinte, que remova obstáculos a participação política da classe trabalhadora, porque os intelectuais insistem em espaços que encarnam a suposta democracia participativa e cuja influência política é diminuta.

2.3 A REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO, DEMOCRACIA, A PARTICIPAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PROPRIEDADE

O Estado liberal sofre algumas transformações, embora seus fundamentos permaneçam os mesmos. A crise de 1929 - 1932, a crescente organização da classe trabalhadora a nível internacional, as revoluções socialistas¹⁰, repercutiram de maneira fundamental na relação do Estado com a economia através das políticas keynesianas¹¹ e da generalização das políticas sociais - o Estado social. Nota-se também modificações no âmbito dos processos produtivos como o aparecimento e generalização do fordismo¹² não só como um modelo produtivo, mas das relações sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

¹⁰ Notadamente a Revolução Russa de 1917

¹¹ O keynesianismo teve como teórico fundador John Maynard Keynes (1883 - 1946). Este defendeu uma *maior intervenção estatal com o objetivo de reativar a produção*. Este foi um liberal que rompeu com a perspectiva liberal conservadora de naturalização da economia - mão invisível. A mão invisível, segundo o Keynes, não produzia por via de regra, a harmonia entre os interesses egoístas dos agentes econômicos, a exemplo dos empresários, e o bem estar global. Esses agentes tomam suas decisões a partir de seus interesses mais imediatos e não possuem uma visão global da economia e da sociedade, de modo a evitar desemprego e recessão. Dessa forma, o Estado deveria restabelecer o equilíbrio econômico por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos. Para isso é necessário um Estado neutro e arbitro. , afirmam as autoras. (grifos nossos)

¹² O fordismo se desenvolveu com a perspectiva de aumentar brutalmente a produtividade do trabalho, sem aumentar a jornada, nem o salário. O que significa que isso se deu pela intensificação do ritmo do trabalho. E assim, foi possível produzir em massa para o consumo em massa. (BEHRING E BOSCHETTI 2011, p.86)

O Estado Social¹³ não é contraditório com o Estado Liberal porque não eliminou as contradições do capitalismo, não esteve dirigido por outra classe que não a burguesia e, portanto não pôs fim a propriedade dos meios de produção. Este tipo de Estado apenas suavizou os princípios liberais, havendo uma incorporação de algumas orientações social - democratas. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011)

As políticas sociais surgiram ainda no século XIX quando o Estado passa a assumir e realizar algumas ações com caráter de obrigatoriedade e de forma mais ampla e se generalizam no pós-guerra. Os direitos políticos contribuíram de forma significativa para ampliar os direitos sociais, para tensionar e questionar e mudar o papel do Estado capitalista no sec. XIX (BOSCHETTI E BEHRING, 2011). Importante destacar que não são, entretanto, dádivas do Estado e da classe dominante, mas resultado da luta da classe trabalhadora que garante a materialização dos direitos sociais (saúde, previdência, educação dentre outros), constituindo ainda um meio de valorização da força de trabalho.

Mais tarde, precisamente nas décadas de 1970 e 1980, novas crises do modo de produção capitalista se precipitaram e mais uma vez a relação entre o Estado e a sociedade, o Estado e a economia, muda. O Estado social é questionado pelos liberais. Segundo eles, a crise fiscal tinha origem no Estado. Por isso, afirmavam a necessidade de reduzir sua área de atuação devido a sua ineficiência administrativa e incapacidade financeira para a produção de bens e serviços. Assim, o Estado, para os liberais, impedia o desenvolvimento econômico.

Diante desse quadro de crise os países se comprometiam com ajustes fiscais e reestruturações do Estado nas décadas de 1970 e 1980. De acordo com Pereira (1997), um dos mentores da reforma do Estado no Brasil, em meados dos anos 1990, com a adoção da tese de reestruturação do Estado (que significou transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador afundo perdido desse desenvolvimento), o Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tornaram os empréstimos para a reforma como prioritário [sic]. As nações unidas reuniram esforços para discutir a administração pública.

Pereira (1997, p.18) prevê os principais aspectos desse Estado social liberal:

¹³ São varias as nomenclaturas: Estado de Bem Estar Social, Estado Providência (expressa uma desqualificação da burguesia comparando essas ações com a providencia divina) que expressam as diferentes formas de intervenção Estatal, variando de acordo com o alcance, critérios, constituição de fundos. (PIERSON apud BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 66). No Brasil, por exemplo, institui-se um Estado de Compromisso .

Nossa previsão é de que o Estado do século vinte-e-um será um Estado Social-Liberal: social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará seus serviços sociais e científicos principalmente através de organizações públicas não-estatais competitivas, porque tornará os mercados de trabalhos mais flexíveis, porque promoverá a capacitação dos seus recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional.

Segundo esse autor acima citado, quatro componentes ou processos básicos da Reforma do Estado dos anos 1990 que levarão ao Estado Social - Liberal:

a) A delimitação das *funções do Estado*, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de *privatização, terceirização e publicização* (este último processo implicando na transferência para o setor público não - estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta);

b) A redução do *grau de interferência* do Estado ao efetivamente necessário através de programas de *desregulação* que aumentem o recurso aos *mecanismos de controle via mercado*, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional;

c) o *aumento da governança do Estado*, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do *ajuste fiscal*, que devolve *autonomia financeira* ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma *administração pública gerencial* (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e, finalmente

d) O aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta. (p. 19 e 18, grifos nossos).

O quadro a seguir aponta de maneira mais explícita quais as modificações de intervenção e atuação do Estado:

Figura 1: Delimitação da Área de Atuação do Estado.

	Atividades Exclusivas de Estado	Serviços Sociais e Científicos	Produção de Bens e Serviços p/ Mercado
Atividades Principais (Core)	ESTADO Enquanto Pessoal	Publicização ↓	Privatização ↓
Atividades auxiliares	_____	Terceirização	_____→

Fonte: Extraída na íntegra de Pereira (1997, p.21)

Behring e Boschetti (2011), ao contrário dos liberais, consideram que essas crises possuem raízes nas contradições do sistema capitalista e se caracterizou como uma crise de superprodução e o FMI e o BID ao emprestar dinheiro aos países em crise impôs como contrapartida reestruturações de suas máquinas estatais. Ademais, nota-se nas palavras de Pereira (1997) que estas “reformas” foram orientadas para a expansão de mercados, isto é, amenizar a crise. Além do que, transferiu responsabilidades do Estado para o indivíduo e para o setor privado.

Essas autoras apontam que o conceito, a ideia de reforma, no caso brasileiro, foi apropriado de forma indébita das ideias da social democracia, que esteve ligado à defesa da *melhoria das condições de vida e de trabalho para as maiorias e classe trabalhadora*, ou seja, de um viés redistributivo. E ligado ainda ao contexto histórico e social que possibilitou a implementação desses ideais: a legislação social e no pós-guerra ao welfare state. Foram reformas intrínsecas ao modo de produção capitalista, sob a pressão dos trabalhadores, com uma ampliação sem precedentes do *fundo público*, desencadeando medidas keynesianas de sustentação da acumulação, ao lado da proteção do emprego e do atendimento de algumas demandas dos trabalhadores. Isso tudo caracterizava o Estado como de direito.

Dentre os componentes da “reforma”, apontados por Pereira (1997), destacamos para a crítica mais pormenorizada os seguintes: publicização, ajuste fiscal (governança), governabilidade.

Segundo o mentor da reforma, publicização é o processo de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal. Esse espaço público não-estatal aparece no documento como uma alternativa à privatização. A publicização é adequada em áreas em que a instituição não pode gerar todas as suas receitas da venda de seus produtos e o mercado não tem condições de assumir a coordenação de suas atividades. (PEREIRA, 1997, p.27)

Este autor parte da premissa de que o público tem duas esferas: a estatal e não estatal. O autor elenca quatro tipos de propriedade existentes no capitalismo contemporâneo: privada, pública estatal, pública não-estatal, corporativa e anuncia a superação do debate entre privatização e estatização. Esses quatro tipos são definidos, nas palavras do autor:

[...] É público o espaço que é de todos e para todos. É estatal uma forma específica de espaço ou de propriedade pública: aquela que faz parte do Estado. É privada a propriedade que se volta para o lucro ou para o consumo dos indivíduos ou dos grupos. Uma fundação, embora regida pelo Direito Civil e não pelo direito administrativo, é uma instituição pública, na medida em que está voltada para o **interesse geral**. Em princípio, todas as organizações sem fins lucrativos são ou devem ser organizações públicas não-estatais. Poderíamos dizer que, afinal, continuamos apenas com as duas formas clássicas de propriedade: a pública e a privada, mas com duas importantes ressalvas: primeiro, a propriedade pública se subdivide em estatal e não-estatal, ao invés de se confundir com a estatal; e segundo, as instituições de Direito Privado voltadas para o interesse público e não para o consumo privado não são privadas, mas sim públicas não estatais. [...]

Nesta segunda metade do século vinte, o crescimento das organizações públicas não-estatais tem sido explosivo. Às vezes, estas organizações se confundem com uma quarta forma de propriedade relevante no capitalismo contemporâneo: a propriedade corporativa, que caracteriza os sindicatos, associações de classe e clubes. É o caso das associações de bairro, por exemplo, que realizam ao mesmo tempo serviços comunitários. (PEREIRA, 1997, p. 26; 28)

Essa nova modalidade de propriedade [sic] se apresenta na forma de Organizações Não governamentais (ONG) e Organizações Sociais (OS), fundações, entidades sem fins lucrativos, organizações voluntárias. O alvo de publicização são as atividades da **área científica e social** que, segundo o autor: não são atividades exclusivas do Estado, mas financiadas por ele; são atividades competitivas que podem ser controladas não só através da

administração pública gerencial, mas por meio de controle social e da constituição de quase mercados.

Olhando bem de perto o jogo semântico do autor, sem o mínimo de cuidado em caracterizar, mas de definir por eliminação o que pretende explicar, observamos o tamanho do seu equívoco ao caracterizar a propriedade privada como aquela que é voltada ao lucro ou consumo, a propriedade pública estatal como aquela que faz parte do Estado e a pública voltada ao interesse geral. Dessa forma, tenta confundir o leitor para criar identidade entre o público e o privado. Assim, tenta esconder os reais interesses que guiam essas organizações que não são públicos, nem tampouco gerais.

Um dos esforços do nosso trabalho é reconhecer as relações e contradições das instâncias pública e privada, embora não as tratemos como iguais. Como vimos anteriormente, o que caracteriza a propriedade privada é a existência de instrumento e outras condições externas do trabalho pertencendo a particulares. Vimos que o traço característico da propriedade privada capitalista é a exploração do trabalho alheio, livre apenas formalmente.

Estas organizações públicas não-estatais, ao contrário do que diz Pereira (1997), possuem um caráter privado dado pelo caráter dos seus meios e instrumentos de trabalho que são detidos privadamente pelos seus dirigentes e membros. Contraditoriamente, estes meios são sustentados por recursos públicos, isto é não são fundamentalmente o resultado do esforço individual de seus integrantes.

O fundo público, segundo Bering e Boschetti (2011, p.165), no Brasil, tem a contribuição majoritária dos trabalhadores, considerando que os impostos e contribuições que são remetidos ao consumo. As autoras afirmam que temos uma carga tributária elevada sobre o consumo (49,8%), proveniente de tributos que incidem sobre os bens e serviços, e uma baixa tributação sobre a renda (21,1%).

Outro aspecto do financiamento destas organizações, apontado por Silva (2003), notadamente as ONGs, é a sua dependência do Banco Mundial e de organizações do mesmo caráter, só que prestadoras de serviço em outros países.

Além disso, estas organizações aparecem combinadas com serviço voluntário, desprofissionalizando a intervenção na área social e científica, remetendo-as ao mundo da

solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.154)

Dessa forma, concluímos que estas organizações reproduzem a lógica da propriedade privada capitalista porque se sustenta da exploração do trabalho alheio, na condição de trabalho precário e flexível e na apropriação privada da contribuição coletiva ao fundo público. Além do que, seus projetos de intervenção social e execução de políticas públicas não passaram pela escolha da maioria da população, isto é, não se subordinam à lógica democrática, que é justo, ou à apreciação pelo voto universal.

Por sua vez, o ajuste fiscal, de acordo com Pereira (1997), seria necessário ao aumento da governança Segundo esse autor a governança existe em um Estado quando seu governo possui condições financeiras e administrativas para transformar em realidade as decisões que toma. A crise fiscal dos anos 1980 foi também uma crise de governança na medida em que a poupança do Estado estava negativa e sem recursos para manutenção e nem inserir novas políticas públicas (PEREIRA, 1997, p.40)

Bering e Boschetti (2011, p.154), questionam o reformismo neoliberal. Segundo as mesmas, este traz em si uma forte incongruência entre o discurso da chamada reforma e a política econômica. Afirmavam os liberais que era necessário reformar o Estado, pois ele era o empecilho ao desenvolvimento e o causador da crise, para corrigir distorções e reduzir custos. Mas, a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa.

Behring e Boschetti (2011 p.155) demonstram as implicações mais gerais do ajuste fiscal para as políticas sociais brasileiras:

A “reforma”, tal como foi conduzida, acabou tendo um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e boom da dívida pública. Houve uma forte tendência à desresponsabilização pela política social – em nome da qual se faria a “reforma” -, acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional da seguridade social. Isso ocorreu vis - à - vis um crescimento da demanda social, associado ao aumento do desemprego e da pobreza, aprofundados pela macroeconomia do Plano Real. Isso significou uma ausência de política social? Claro que não, mas as formulações de política social foram capturadas por uma lógica de adaptação ao novo contexto. Daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas

sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização (Draibe, 1993) [...]

Essas autoras apontam que nesse contexto de ajuste fiscal, ganha destaque o aparecimento do mecanismo de *superávit primário*, após o acordo com o FMI em 1998, que consiste em uma economia de recursos públicos arrecadados para pagar os juros da dívida pública, que tem implicado em um processo crescentede estagnação e perda de financiamento das políticas sociais brasileira. “A sustentação financeira com possibilidade de ampliação e universalização dos direitos, assim não será alcançada com ajustes fiscais que expropriam recursos das políticas sociais” (BERING E BOSCHETTI, 2011, p.172)

Pereira (1997) também trata da dimensão política, do ponto de vista estrito. Embora exista um sentido político que guia toda a “reforma”, este aparece com mais força no componente governabilidade que deveria ser garantida por meio de uma reforma política.

Segundo este mesmo autor a governabilidade é a capacidade política de governar, ou seja, a relação de legitimidade de seu governo com a sociedade.

A governabilidade nos regimes democráticos depende (a) da adequação das instituições políticas capazes de intermediar interesses dentro do Estado e na sociedade civil; (b) da existência de mecanismos de responsabilização (accountability) dos políticos e burocratas perante a sociedade; (c) da capacidade da sociedade de limitar suas demandas e do governo de atender aquelas demandas afinal mantidas; e, principalmente, (d) da existência de um contrato social básico. (PEREIRA, 1997, p.47)

O autor nega que haja uma crise de governabilidade nos Estados. Entretanto, afirma a necessidade da reforma política como um meio de torná-lo mais democrático na perspectiva da *intermediação de interesses*.

Além disso, o autor recomenda os seguintes pontos para a reforma política do Estado, que, na sua acepção, significa desenvolver sistemas de responsabilização dos políticos e da alta burocracia pública [sic]: a) ter partidos políticos que correspondam a orientações ideológicas; b) desenvolver um sistema eleitoral que permita a formação de governos estáveis e representativos; c) contar com uma oposição que lute num campo comum de interesses; d) dispor de uma imprensa livre que reflita a opinião dos seus leitores e não do seu dono e empresas de publicidade patrocinadoras; e) contar com um sistema judiciário que defenda a res pública da cobiça dos cidadãos poderosos que querem privatizá-la; f) contar com uma burocracia que abandone a pratica do segredo e administre a coisa pública com total transparência; g) contar com um poder legislativo imune a pratica do clientelismo; h)

desenvolver um sistema de participação dos cidadãos no controle direto do Estado e das entidades públicas não-estatais; i) contar com um sistema transparente de financiamento das campanhas eleitorais.

Desses elementos, nesse momento, queremos destacar o que diz respeito à “participação dos cidadãos no controle direito do Estado e das entidades públicas não-estatais”.

Como já vimos, em Pereira (1997) essa dimensão participativa dos cidadãos aparece ligada principalmente à democracia direta, às parcerias e à intermediação de interesses. Entretanto, apesar do discurso da democracia direta, esses elementos característicos da reforma política defendida pelo autor demonstram que essa participação visa incorporar a “sociedade” de maneira subordinada ao projeto conservador e antidemocrático da “reforma” e não “abrir” o espaço de poder a classe trabalhadora, o que, em um regime burguês, é impossível. As medidas que o autor propõe para reforma política não alteram de maneira significativa o sistema político, portanto, mantém o poder tal como se encontra.

Somando a isto, a defesa da democracia não se sustenta concretamente porque essa reforma dissemina mecanismos de expropriação do fundo público, permite a flexibilização do trabalho em determinadas áreas e concentra os mecanismos de controle no mercado.

Silva (2003, p. 98 - 99) afirma que o Programa Nacional de Publicização controle social aparece mediante as organizações sociais - identificadas como a materialização da democracia participativa ou direta. Ademais, é possível ver nas formulações de Bresser Pereira referências ao orçamento participativo como formas de controle social direto, ao mesmo tempo em que propaga a ideia de ajuste fiscal, sem a participação direta, para reduzir os custos do Estado.

Como podemos ver, há nuances interpretativas sobre o que é a democracia participativa. Ao contrário daqueles que disputam o conceito de democracia participativa com os liberais, valorizamos a participação independente da classe trabalhadora. O que não significa esperar de forma apática a revolução. A luta cotidiana nos espaços do partido, dos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores e estudantes deve ter o sentido de exigir que o Estado cumpra sua obrigação garantindo direitos sociais, políticos, na perspectiva de construção do projeto histórico socialista. Assim, a **educação política** da classe trabalhadora torna-se o resultado de sua organização e mobilização de caráter independente.

3. ESPORTE, POLÍTICA E CONHECIMENTO

3.1 MATÉRIA, IDEIA, CONHECIMENTO E CIÊNCIA

Considerando a realidade da sociedade de classes, baseada na propriedade privada dos meios de produção, do Estado capitalista burguês, em particular no Brasil, de capitalismo atrasado, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, e que a política pública e social se constrói e efetiva a partir das disputas de projetos antagônicos de classe ou projeto histórico, no interior do Estado, projetos que se diferenciam por uma dada concepção esporte e de política, portanto de direção da formação humana e do modo de organizar a vida. Assim, esses antagonismos e contradições se expressam na produção de conhecimento sobre as políticas públicas sociais de esporte que a move direcionando suas formulações ora para o interesse de uma classe, ora para outra classe, ora criticando, ora se conformando, ora se distanciando, ora se aproximando da realidade tal qual como ela é. Ao mesmo tempo em que o conhecimento reflete (de forma mais ou menos fidedigna) a realidade da qual se propõem conhecer, ele também é uma fator de transformação dessa realidade, no que lhe cabe, quando consegue apontar não só as tendências, mas também possibilidades superadoras.

Ao discutir o conhecimento sobre as políticas públicas de esporte, localizado no Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) em particular, e em especial da produção de conhecimento desse GTT sobre política de esporte, partirmos do pressuposto materialista dialético da ideia e portanto de conhecimento e ciência.

Para o pensamento idealista a matéria é a manifestação exterior da ideia, isto é a ideia cria a natureza, a matéria e a história. Enquanto que para os materialistas a matéria antecede a ideia e a ideia é o reflexo ou imagem da matéria no pensamento. Com as contribuições da dialética hegeliana, que considera concatenações entre os objetos, que a realidade deve ser compreendida também em seu processo de nascimento e caducidade, e, portanto, em constante movimento e desenvolvimento no decorrer da história, e com a contribuição do materialismo, Marx e Engels deram um salto inaugurando a concepção materialista da

história. Com isso, estes autores ultrapassaram não somente o pensamento idealista, mas também o materialismo meramente metafísico e exclusivamente mecânico.¹⁴

Segundo Marx (2008, p.48) a consciência não pode ser explicada pela consciência, mas pelas contradições da vida material:

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrario, é o seu ser social que determina sua consciência. [...] Do mesmo modo que não se julga o individuo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Isso significa que toda ideia cumpre um papel na realidade, seja o de ocultar, negar ou criticá-la. Dessa forma, nem sempre haverá correspondência entre o real e a ideia que os homens e mulheres fazem dela. Assim, Marx e Engels (2007, p. 35 - 36, grifos nossos) justificam a existência do idealismo pela a divisão do trabalho na forma de divisão entre trabalho material e espiritual. Esta divisão, segundo eles, possibilita que a consciência imagine ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, represente algo realmente sem representar algo real. Desse momento em diante, afirmam que a *consciência está em condições de se emancipar do mundo real e lançar – se na construção da teoria, a filosofia e teologia, a moral ‘puras’*. Essas *construções teóricas entram em contradição* com as relações sociais existentes somente porque essas relações sociais estão em contradição com as forças de produção.

Os estudos empreendidos e o conhecimento elaborado pelos percussores da concepção materialista e dialética da história, Marx e Engels, buscavam compreender a realidade do modo de produção capitalista, a partir de suas tendências contraditórias, conexões internas e externas, seu caráter histórico, com o sentido de transformá-lo em uma sociedade igualitária e justa, isto é, comunista. A concepção materialista da história não é apenas uma teoria do conhecimento, mas também um instrumento, um guia para a ação política dos únicos interessados em conhecer e transformar a realidade, o conjunto da classe trabalhadora.

Segundo Andery et al (2012, p.13)

¹⁴ Esse debate sobre o materialismo, idealismo, dialética e metafísica pode visto de forma mais detalhada nas seguintes obras de Marx e Engels: Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, A Ideologia Alemã.

Dentre as ideias que o homem produz, parte delas constitui o conhecimento referente ao mundo. O conhecimento humano, em suas diferentes formas (senso comum, científico, teológico, filosófico, estético etc.) exprime as condições materiais de um dado momento histórico.

Esses mesmos autores afirmam que o conhecimento científico caracteriza-se como uma atividade metódica para explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância permita a ação humana. Ao buscar conhecer a realidade, o homem o faz procurando realizar ações passíveis de serem reproduzidas. É, portanto, uma atividade humana especial que busca a verdade sobre o mundo. É possível conhecer a realidade em sua verdade provisória. (ANDERY et al, 2012).

Segundo estes autores, todas as transformações que aparecem como marcas da ciência no século XX, são na verdade o resultado de sua característica principal: ser uma força produtiva direta. No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a ciência está colocada a serviço do aparato produtivo, atendendo suas exigências e antecipando-as. Esta ligação encontra-se tão estreita que sofre uma mudança qualitativa: em muitos casos a ciência também impõe transformações na produção, cuja origem extrapola a própria produção. Assim, há uma ligação estreita entre ciência e capital determinando a direção do empreendimento científico. A ciência, ao se antecipar à produção, o faz para atender as exigências do capital. Por isso que diferentes ramos desenvolvem-se desigualmente. Nessa lógica, diferentes ramos da ciência desenvolvem-se em função de suas possibilidades econômicas de aproveitamento. As ciências que geram tecnologia mais imediatamente passível de aplicação no processo produtivo são favorecidas por maior incentivo financeiro em detrimento de outras. Do outro lado, frequentemente o desenvolvimento científico-tecnológico fica aquém das reais possibilidades teóricas da ciência, retardando soluções, que apesar de relevantes a certas parcelas da população, não interessam o capital. (ANDERY et al, 2012, p. 432 -33).

Como vimos no capítulo anterior, a divisão do trabalho tem impactos na relação entre o trabalho e o capital, o trabalhador e seu patrão. A ciência entra como uma força produtiva que submete o trabalhador aos seus desígnios, e conseqüentemente ao poder do patrão.

Para Andery et al (2012), essa divisão encontra na ciência um recurso valioso para sua reprodução, ao mesmo tempo que interfere na organização e nos rumos do trabalho científico. As explicações científicas são apresentadas como neutras e plenamente objetivas e usadas como critério avalizador, além de criador de ideias, valores e concepções tomados como

verdadeiros e universais, o que serve para que se justifique o maior poder que se atribui àqueles que, pretensamente, detém o conhecimento.

No que se refere aos impactos da divisão do trabalho na organização do trabalho científico, para esses autores, percebe-se o duplo movimento de referendar e negar aspectos essenciais do capitalismo. A atividade científica torna-se fragmentada, parcelada e hierarquizada. A atividade do cientista aborda parcelas progressivamente menores do real, levando-o a perda de visão da totalidade e controle do produto do seu trabalho, de forma que a própria ciência é dividida em áreas cada vez mais especializadas e fragmentadas. (ANDERY et al, 2012, p. 433 - 34).

Concordamos com os autores anteriormente citados quando afirmam a possibilidade do pesquisador produzir um conhecimento crítico das determinações mais gerais de suas condições de trabalho. Dessa forma, não negamos a ciência. Nosso esforço, como pesquisadores, ainda que em condições determinadas pela apropriação privada capitalista dos meios de produção e do conhecimento científico, é seguir na contramão, procurando produzir um conhecimento que tenha uma posição política clara: se posicionar em favor das necessidades e reivindicações da classe trabalhadora, sendo uma necessidade histórica a sua apropriação de conhecimentos, privada na sua formação, como forma de combater o domínio do capital.

Em decorrência disso, destacamos a nossa diferença e oposição com os defensores da neutralidade científica desde as concepções mais objetivistas até as subjetivistas/relativistas. Segundo Andery et al(2012, p. 434), ao lado da concepção do conhecimento neutro e objetivo:

[...] mas, igualmente compatível com os interesses do capitalismo, encontra-se uma concepção que defende a impossibilidade de qualquer conhecimento objetivo, que o conhecimento é uma relação pessoal e intransferível do homem individual com o objeto do conhecimento e que o método é, em última instância, um ato de compreensão intuitiva do sujeito, tornando assim, o conhecimento incontestável. Ao retirar qualquer vínculo com as determinações materiais, ao retirar a possibilidade de crítica e de transformação da realidade, tal concepção aproxima-se daquela que defende a neutralidade do empreendimento científico.

3.2. ESPORTE, DEMOCRATIZAÇÃO E CONHECIMENTO

A compreensão do esporte, cuja referencia é a concepção materialista e dialética da história, ou seja, que considera seu movimento expresso em contradições e tensões, tendências e possibilidades de **universalização da prática**, sustenta-se na necessidade de descoberta do seu lugar na ontologia, ou seja, na humanização dos seres, e na descoberta dos interesses de classe que o movimenta. Ao contrário, as concepções idealistas que logo providenciam sua ruptura com a luta de classes e com a produção da existência, atribuindo às ideias a tarefa de construir esse ou aquele tipo de esporte.

Reconhecemos que a falta de estudos de referencial materialista no âmbito da história do esporte, dificulta não só nosso trabalho, mas também o desenvolvimento científico da área. Isso ofereceria a possibilidade de conhecer as possibilidades superadoras *objetivas* da prática esportiva. Em que pese esse fator limitador, não há impedimentos em problematizar e criticar o caráter idealista de algumas explicações que constituem o conhecimento sobre o esporte e seus desdobramentos para a democratização e universalização do esporte.

Para tal ensejo, estamos considerando que o esporte realmente existente, em seus elementos característicos mais e menos desenvolvidos, hegemônicos e não hegemônicos, problematizando-o, considerando suas contradições e possibilidades superadoras, isto é de universalização e democratização, a partir das sistematizações das teorias da educação e em especial da pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 2009; 2008), psicologia histórico cultural (MARTINS, 2011), metodologia crítico superadora da Educação Física (COLETIVO DE AUTORES, 1992), com destaque para sistematizações recentes sobre a cultura corporal de pensadores materialistas dialéticos (TAFFAREL, SANTOS JÚNIOR E SILVA, 2013) e sobre a política de esporte (FIGUEIREDO, 2013; ESPIRITO SANTO, 2013; OLIVEIRA, 2013).

O esporte vem sendo criticado pela forma histórica hegemônica que assume nos dias atuais, sua face mercadológica, espetacular, seletiva, competitiva, dentre outros aspectos, principalmente veiculados através da prática que visa o alto rendimento. Entretanto, o caráter crítico dessa apreciação é posto à prova a partir do momento em que verificamos como as perspectivas de esporte respondem e que soluções apresentam ao problema da democratização e universalização do esporte.

Uma leitura burguesa e não crítica do esporte tem se disseminado a partir da Organização Nações Unidas (ONU). Supostamente preocupados com os exageros do esporte de alto rendimento e na afirmação do esporte para todos, para essa organização o esporte é ferramenta de paz, desenvolvimento social e econômico (venda de produtos, eventos esportivos e seus serviços relacionados à mídia), ligando-se a uma perspectiva de diálogo e integração social, cidadania, voluntariado e inclusão social, conforme podemos apreender com propriedade nos estudos de Espírito Santo Filho (2013, f.55 - 56).

Esse autor demonstra como dois documentos - Carta Internacional de Educação Física e Esportes, 1978 da Unesco e Relatório “Esporte para o Desenvolvimento e a Paz”, 2003 da ONU - apontam o esporte como idioma internacional que busca comunicar a paz para resolver as questões de forma não violenta, em um mundo conflituoso, apresentando como pauta comum a imprescindibilidade do Esporte para todos. Ainda assim, essa aquisição teria a sua concretização por meio das parcerias e da contribuição dos voluntários em programas de educação física. Essa vertente no Brasil, segundo o autor, vai se desdobrar no conceito de esporte ampliado e de esporte social.

Essa leitura burguesa e não crítica de esporte, na verdade não o questiona como mercadoria e suas implicações nas formas de acesso e de apropriação que atualmente encontra - se privada/alienada da maioria da classe trabalhadora, que necessita acessá-lo como direito social através da política social, na forma de prática a todos, independente das condições físicas, sexuais, econômica, étnica e cultural. Ao contrário, procura de toda forma mistificá-lo, atribuindo-lhe funções que não lhe competem, escondendo as verdadeiras causas das questões que querem relacioná-lo (perspectiva focal). No fundo, conforme aponta Espírito Santo Filho (2013), essa perspectiva visa reestabelecer novas formas de materializar a perspectiva da pirâmide esportiva para o esporte de alto rendimento/espetáculo. Dessa forma, a pauta da democratização e universalização, ao aparecer subordinada ao seu contrário - seletividade e focalização (esporte de alto rendimento) - não encontra condições de se realizar.

Na época imperialista, em que a expansão de mercados, não ocorre de maneira pacífica, mas através de guerras que destroem países - em 2013, o mundo que possuía cerca de 51,2 milhões de pessoas, do universo de 7 bilhões, refugiadas por conta de guerras ou perseguições, é o maior da era pós Segunda Guerra Mundial, segundo a própria agência de

refugiados da ONU¹⁵ - esta perspectiva de esporte concorre fundamentalmente para atenuação, contenção e contorno das contradições e conflitos. Portanto, contribui com adiamento de uma solução pacífica ao mundo, na medida em que mascara as reais causas das guerras e as soluções para a paz.

Uma crítica do esporte no modo de produção capitalista é representada pelos teóricos da Escola de Frankfurt. Esses teóricos afirmam o esporte como um elemento estabilizador do sistema capitalista como um todo. Assim, na aceção deles o esporte é alienador e excludente por natureza. Em virtude dessa apreciação, boa parte destes teóricos afirma sua desapareção com o advento da sociedade comunista (BRACHT, 1997). Dessa forma, não há preocupação da maioria destes autores com as contradições do esporte e, portanto, com as suas possibilidades de democráticas e universais. Esse pensamento se assemelha as teorias crítico reprodutivistas da educação, cuja caracterização e crítica podem ser vistas em Saviani (2009).

Ainda no terreno crítico, mas não reprodutivista, nos interessa tratar com detalhes as perspectivas que consideram as possibilidades do esporte se tornar uma prática democrática e universal. Entretanto, dentro dessa perspectiva nos **diferenciamos fundamentalmente** daqueles que concentram os esforços em encontrar estas possibilidades a partir da **subjetividade**, isto é, a partir da perspectiva de **educação esportiva multicultural** (STIGGER, 2009).

O texto de Stigger (2009) intitulado *Relações entre Esporte de Rendimento de Rendimento e Esporte da Escola*, integra o Livro denominado “Esporte de Rendimento e Esporte na Escola, organizado por este autor e Hugo Lovisolo. O texto problematiza as possibilidades de transformações do esporte no âmbito do lazer e escolar a partir do resultado de uma investigação do próprio autor, do acúmulo no âmbito da sociologia e da educação física.

A partir dos estudos da sociologia crítica do esporte, o autor divide as análises sobre o esporte em duas perspectivas. A primeira perspectiva, já caracterizada, segundo o autor trata o

¹⁵Matéria disponível do site de BBC Brasil: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140619_refugiados_entrevista_hb.shtml. Acesso em 26 de jun. 2014 e também no site da Agência da ONU para Refugiados. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/deslocamento-forcado-no-mundo-ultrapassa-50-milhoes-de-pessoas/> acesso em 26 de jun. 2014

esporte como fenômeno monocultural. Enquanto que a segunda perspectiva considera o esporte em suas possibilidades multicultural.

A perspectiva multicultural do esporte em Stigger (2009) possui uma visão de sociedade que destaca os conflitos entre os grupos sociais. Desse ponto de vista, o esporte é considerado a partir de valores presentes num sistema, sendo praticado e veiculado por diferentes grupos de um mesmo contexto social, convivendo não numa relação consensual via dominação, mas de interação e de conflito. Esta abordagem caracteriza-se por voltar-se para os aspectos individuais e subjetivos dos atores sociais, considerando a heterogeneidade das manifestações esportivas. Essa abordagem demonstra insatisfação a uma pretendida posição passiva dos protagonistas do esporte. Reconhecem as contradições sociais e influência das normas sociais na conduta, mas identificam que os atores sociais também são sujeitos de suas escolhas e põem em evidência as decisões individuais e de agrupamentos coletivos particulares.

É com essa sustentação teórica que o autor reconhece a necessidade transformação pedagógica do esporte no contexto escolar, no sentido de torná-lo uma prática acessível a todos, bem como hes retira os componentes responsáveis pela sua lógica reprodutora e excludente e limitadora. Associa-se, segundo ele mesmo, aos que afirmam a escola como um lugar privilegiado para a transmissão de conhecimentos e hábitos historicamente construídos pelos seres humanos, assim para a formação de cidadãos conscientes, críticos, criativos e participativos. Embora considere a escola como produtora de saberes que constituem a cultura escolar (VAGO, 1996; 1999 apud SITGGER, 2009), esta cultura se desenvolveria pelo processo de escolarização dos conhecimentos que circulam na sociedade, não os negando, mas tencionando - os permanentemente, tanto do ponto de vista da complementariedade como da contradição.

Esses elementos, que caracterizam essa visão, em que pese seu caráter crítico ao esporte, se aproximam de uma perspectiva não crítica de educação (SAVIANI, 2009). A sociedade é considerada como palco de conflitos e contradições entre grupos. A ênfase no fator subjetivo e nas escolhas individuais e de grupos particulares como propulsores da transformação do esporte como condição para que se torne acessível a todos, é idealista subjetiva. Porque não considera as determinações do modo de produção capitalista, da educação e do esporte incidem na forma como o esporte é praticado pela parcela da população que não é atleta. Desse modo, de certa forma confere um caráter autônomo ao esporte e a

escola frente às condições objetivas materiais da sociedade, em especial as condições de produção do conhecimento e do saber.

Parafrazeando Engels, na obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, o potencial humanizador e as possibilidades democráticas e universais do esporte não podem ser encontrados em nossas cabeças, como querem as explicações sustentadas no idealismo subjetivista, ao contrário, nossas cabeças é que precisam descobrir o seu potencial humanizador tal e qual a realidade os oferece.

Diferentemente, das perspectivas anteriores, nossa perspectiva de esporte reconhece que sociedade atual, a sociedade capitalista, o esporte assume e subordina-se a seus códigos e significados, exprime as seguintes características: exigência de um máximo rendimento atlético; comparação do rendimento que idealiza o princípio de sobrepujar; regulamentação rígida; racionalização dos meios e técnicas. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.70).

A atualização dessas características pode ser encontrada em Taffarel; Santos Júnior e Silva (2013, p. 59, grifos nossos) que destacam em seu viés hegemônico e não hegemônico:

O esporte assume, desde a sua gênese, as determinações do modo de produção em que está engendrado, portanto, um poder dominante (Chomsky, 2004). Consequentemente, assume também, enquanto conteúdo de ensino nas escolas, características hegemônicas peculiares. Neste momento histórico, o esporte caracteriza-se predominantemente por:

- servir ao *sobrepujar a si mesmo, o seu semelhante e a natureza e demonstrar quem são os mais altos, mais fortes e mais velozes;*
- *estabelecer índices que limitam a participação dos que não respondem às exigências das modalidades esportivas;*
- *apresentar exigências técnicas que nem todos executam ou virão a executar, em função de condições psicofísicas e econômicas;*
- exigir infraestrutura, vestimentas e equipamentos próprios e apropriados às diferentes modalidades esportivas;
- exigir a superação de recordes, sejam eles individuais ou de equipes;
- exigir dos praticantes que superem os “adversários”, a natureza ou a si mesmos, em busca de recordes, com rigorosíssimos métodos de treinamento, muitas vezes questionáveis pelo comprometimento ético que implicam; e
- exigir domínio e habilidades técnicas e táticas sem as quais não se pratica o esporte.

Mas existem outras características do esporte que *não são hegemônicas*, como:

- implicar a *participação de todos* independentemente de condições físicas, econômicas, étnicas, sexuais e culturais;
- não estabelecer como referência o sobrepujar a si, aos adversários e à natureza, mas sim o *fruir, o prazer, a alegria;*
- enfatizar o *caráter lúdico* da atividade esportiva praticada por todos. [...]

Para os autores, acima citados, o esporte competitivo de alto rendimento, esporte espetáculo, em seu atual estágio de desenvolvimento, é a expressão mais avançada do esporte na atualidade, que pode ser identificado nas competições - copas, olimpíadas, torneios e outros eventos nacionais e internacionais - e no rendimento dos atletas. (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR E SILVA, 2013)

É também, e não só, nessa forma que o esporte se reveste em mercadoria ligando-se a uma indústria que envolve vários ramos como a venda de ingressos, produtos para a prática, canais de TV e dentre outros, permitindo afirmar que existe uma indústria esportiva que movimenta a economia capitalista. (GOUGUET e BOURG, 2005 apud FIGUEIREDO, 2013, grifos nossos).

Dessa forma, apoiando-se nos estudos de Penna (2011), Figueiredo (2013) afirma que o lugar do esporte na crise é o de equilibrá-la, já que contribui para o controle da queda da taxa de lucro, assim como do ponto de vista ideológico tem a função de controlar e alienar as consciências.

Segundo Espírito Santo Filho (2013, p.68), apoiado nos estudos de Bourg e Gouguet (2005), o esporte encontra-se em sua terceira fase de desenvolvimento, cujo marco pode ser evidenciado nas Olimpíadas de Los Angeles em 1984, provocou uma mudança profunda no esporte de alto rendimento. Nesse contexto, o financiamento do esporte passa a ser realizado por empresas e pela mídia que compra os direitos de imagens dos jogos.

Para o autor acima citado, na fase atual o esporte se insere em uma dinâmica, cujos objetivos são: exploração da era digital nas imagens esportivas, a crescente mundialização de sua prática, a necessidade de identificação dos atletas como heróis e/ou mitos, a transformação de clubes sem fins lucrativos em sociedades comerciais e a crescente expectativa do negócio-esporte como atividade lucrativa.

Os eventos esportivos, nesse processo de ligação com o privado¹⁶, se transformam no que hoje se chama de megaeventos esportivos, cujas definições são inúmeras e diversas. Para efeitos desse texto, estamos considerando que megaeventos esportivos são grandes

¹⁶ Nesse contexto de transformações é necessário destacar o papel da FIFA. McKinley (2014) no texto *FIFA e o complexo desportivo de acumulação* no livro intitulado *Copa do Mundo na África do Sul: um legado pra quem?*, organizado por Eddie Cottle, demonstra como a FIFA e as Confederações através da associação corrupta a empresas se tornou uma corporação proprietária de uma mercadoria lucrativa que é o futebol. É notável que essa corporação acumulou um poder econômico e político, tanto na organização do futebol, quase inabalado porque sua estrutura não permite nenhuma transformação.

acontecimentos esportivos que mobilizam países, governos, economias, atletas e a população em geral, consumidores do espetáculo, que passam a girar em sua órbita e que ocorre em função de forças políticas e econômicas, visando expandir mercados e “aquecer” [aspas dos autores] a economia. (TAFFAREL, SANTOS JÚNIOR E SILVA, 2013, p. 58). Dentre os megaeventos esportivos mais destacados, pelo público que atinge, temos a Copa do Mundo de Futebol masculino da FIFA e as Olimpíadas e Paraolimpíadas do Comitê Olímpico Internacional (COI).

Segundo Proni (2014), a realização desses eventos nos países, principalmente latino-americanos e africanos em desenvolvimento sustenta-se pelo discurso do legado e pela possível indução ou canalização do desenvolvimento econômico e social nesses países. Esse discurso serve para legitimar os voluptuosos gastos públicos direcionados a realização dos eventos. Entretanto, segundo o autor, não há estudos na literatura internacional que comprovem esse discurso. Ao contrário, esses eventos, segundo ele, podem reforçar as relações de dominação e subordinação econômica típica do capitalismo contemporâneo que exacerbou a concorrência [sic] globalizada. Entretanto, afirma ainda que movimentam bastante dinheiro, sendo que produzem tanto ganhadores ou perdedores, ou seja, beneficia uns setores do capital e prejudica outros¹⁷.

Essa distorção ou desigualdade, mesmo considerando só os ganhos do capital, é possível de ser apreendida pelo caráter monopolista que as atividades comerciais assumem durante a realização desses eventos, evidenciadas nos seguintes fatos: a FIFA e COI, parceiras¹⁸ possuem monopólio na comercialização dos jogos através da venda das imagens a mídia. A FIFA possui sua própria TV; essas organizações empresariais possuem exclusividade de marcas e símbolos relacionados aos eventos; as parceiras e patrocinadoras gozam do privilégio de exclusividade [monopólio] da comercialização de algumas marcas

¹⁷É notável o exemplo de Salvador, cidade sede da Copa das Confederações. Essa cidade sustenta-se, basicamente, do comércio. A adoção de feriados sucessivos pela prefeitura, devido à realização dos jogos na cidade, prejudicou as vendas porque na época junina o comércio tem um aumento no faturamento.

¹⁸Parceiras da FIFA: Coca-cola (bebidas não alcoólicas), Adidas (artigos e equipamentos esportivos), Emirates (operadora de viagem e turismo), Hyundai e Kia Motors (montadoras de automóveis), Sony (eletrônicos, jogos e entretenimento) e Visa (tecnologia de pagamentos); Parceiras do COI: Coca-cola, Atos (serviços digitais), Bridgestone (produtora de pneu), Dow (química), GE (equipamentos) McDonald's (alimentação), Omega (relógios e contadores), Panasonic (produtos eletrônicos), P & G (cuidados pessoais e produtos domésticos), Samsung (atua na área de tecnologia de ponta, semicondutores e arranha-céus, petroquímica, moda, medicina, finanças, hotelaria e outros), Toyota (automóveis), Visa.

[produtos] em áreas pré-estabelecidas na legislação dos países sede. Além disso, verifica-se, no Brasil, que todo o negócio proveniente dos megaeventos foi e está sendo realizado mediante a isenções fiscais, dos mais diversos impostos, alterações nas legislações, suspensão de direitos de setores oprimidos como a suspensão do direito a meia-entrada aos estudantes nos Jogos.

Diante desse quadro de apropriação privada dos meios de produção do esporte pelas entidades de administração nacionais e internacionais, clubes empresas e parceria - capital, força de trabalho, equipamento, materiais, infra-estrutura - o único acesso universal possível para classe trabalhadora é consumi-lo como espetáculo, porque basta ter uma TV para isso. Isso revela uma contradição, porque na medida em que essa mercadoria é dissociada do trabalhador na forma de prática, há a necessidade de ampliar seu consumo na forma de espetáculo (fenômeno da mundialização). Os eventos de futebol masculino da FIFA, por exemplo, têm atingido números expressivos de audiência pela TV no mundo inteiro. Segundo notícia veiculada no site do Ministério do Turismo brasileiro¹⁹, a Copa do Mundo da África do Sul (2010) foi acompanhada por 3,2 bilhões de pessoas, metade da população do mundo. Enquanto que a Copa das Confederações, sediada Brasil, teve um aumento de 50% da audiência no mundo em relação à edição de 2010. A projeção, desse mesmo ministério, de audiência para a Copa do Mundo 2014, sediada no Brasil, foi de 3,6 bilhões de telespectadores.

Diante desse quadro atual de mercantilização do esporte, dos seus valores alinhados com os valores burgueses, na sua expressão hegemônica, ao invés de negá-lo, como fizeram os teóricos da escola de Frankfurt que dataram seu fim com o advento do comunismo, justificando seu caráter alienador, afirmamos sua necessidade e possibilidade como prática acessível a todos.

Diferentemente dos que buscam toda a forma de mistificação, não atribuímos ao esporte nenhuma virtude mágica como os adeptos da perspectiva do esporte social (perspectiva da ocupação do tempo livre ou salvacionista) que busca no fundo controlar o tempo livre dos jovens para educá-lo sem uma perspectiva de acomodação e integração ao sistema capitalista, tentamos encontrar suas possibilidades superadoras, ou seja, suas possibilidades de elevar o pensamento teórico (TAFFAREL, SANTOS JÚNIOR E SILVA, 2013), cujas características

¹⁹Disponível em :http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20140507.html acesso 03 de ago de 2014.

não hegemônicas são indicativos. Assim, o consideramos uma manifestação da cultura corporal e resultado da atividade vital do homem, o trabalho.

O trabalho é que diferencia os homens dos animais. Essa atividade vital resulta na criação do mundo humano, da cultura (SAVIANI, 2008). A nossa humanidade não nos é oferecida hereditariamente e nem de imediato ao nascermos. Para tanto, necessitamos adquirir essa cultura por meio da aprendizagem. Além disso, essa aprendizagem não se dá de forma espontânea, necessitando de processos e meios para tal, o que constitui a educação. Isso permite a continuidade do progresso histórico. O desenvolvimento humano, de suas aptidões, é regido por leis sócio-históricas e não biológicas. (LEONTIEV, 1978).

Corroborando com essa perspectiva, Saviani (2008, p. 13) afirma a educação como fenômeno próprio dos seres humanos e ao mesmo tempo uma exigência do e para o processo de trabalho, assim como é ela mesma um processo de trabalho. O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente. É objeto específico da educação identificar *elementos culturais que precisam ser assimilado pelos indivíduos para que eles se tornem humanos*, assim como *descobrir meios das formas mais adequadas para atingir esses objetivo*.

Em Saviani (2008), a educação não se reduz ao ensino, sendo que este é um aspecto da educação. Para o autor, a escola existe para propiciar para assimilação, socialização desses elementos culturais que se constitui de conhecimentos elaborados, científicos.

Assim, para este autor esses conteúdos não representam a questão central da pedagogia porque são produzidos fora da escola:

Os conteúdos não representam a questão da pedagogia escolar porque se produzem a partir das relações sociais e se sistematizam com *autonomia em relação à escola*. A sistematização de conteúdos pressupõe determinadas habilidades que a escola normalmente garante, mas não ocorre no interior da escola e da educação básica. (SAVIANI, 2008, p. 75 – 76, grifos nossos).

Ao tratar da socialização dos conhecimentos, através da escola, em especial do conhecimento sobre o esporte, referenciamos - nos também nas contribuições da psicologia histórico cultural, representada aqui por Martins (2011) que sustenta suas formulações nos estudos de Alexis N. Leontiev, Leiv S. Vigotsky e Dermerval Saviani.

Para Martins (2011, p. 45), no processo de intervenção na natureza, para melhor captar e dominar a natureza, é que os processos mentais se complexificam no homem originando um psiquismo altamente sofisticado. Assim, a inteligibilidade de fenômenos da realidade é uma conquista do desenvolvimento histórico da atividade humana, e dessa forma uma condição para que os indivíduos se localizem no mundo, dominem - o e atenda suas necessidades.

Na acepção dessa autora, o psiquismo constitui a unidade material e ideal, expressa na subjetivação do objetivo, isto é, na construção da imagem subjetiva do mundo objetivo. Ela é material na medida em que é estrutura orgânica e é ideal posto ser o reflexo da realidade. Essa unidade estrutura-se como um sistema funcional complexo, composto por funções psicológicas, funções afetivo-cognitivas, que compreendem: sensação, percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem e imaginação, sentimento e emoção. Sendo que o pensamento, a linguagem e imaginação são funções estritamente humanas, uma conquista ímpar.

Para a autora, essas funções complexas não se desenvolvem de atividades que não as exijam e as possibilitem. Por isso, coloca como tarefa da prática pedagógica desenvolvê-las por meio da transmissão dos conhecimentos clássicos.

Diante desses pressupostos, para a autora, a função da Educação Escolar, do ponto de vista de uma Pedagogia Histórico Crítica e da Psicologia Histórico Cultural é: a) Garantir as condições naquilo que lhe compete, para o desenvolvimento da consciência transformadora dos indivíduos, ferramenta indispensável para que não existam sob imediata ação do meio, mas como sujeitos da história; b) Propiciar a socialização dos “conhecimentos representativos das máximas conquistas científicas e culturais da humanidade”, tornando a realidade inteligível, que os indivíduos não encontram fora da escola, pois os saberes reiterativos do cotidiano não alcançam essa tarefa, porque estão ligados à consciência imediata, ao pensamento empírico²⁰; c) Considerado direito inalienável de todos os indivíduos para o seu máximo desenvolvimento, cabe à educação escolar promover a conquista das capacidades

²⁰ A autora distingue dois tipos de pensamento a partir dos estudos de Davidov (1988): empírico e teórico. O primeiro diz respeito a uma representação do real derivada diretamente da atividade objetual - sensorial expressa verbalmente por palavras denominadoras, identificando - se como formas primárias de pensar. Já o segundo expressa - se no estabelecimento de conexões entre os fenômenos da realidade da realidade e entre suas propriedades e características. Operando por meio de ideias, extrai dimensões do fenômeno que não se revelam sensorialmente e imediatamente. (MARTINS, 2011, p. 49)

intelectuais, das operações lógicas do pensamento, dos sentimentos éticos, que só de desenvolvem no exercício de seu funcionamento, enfim tudo que o garanta a qualidade de ser humano. (MARTINS, 2011, p.55- 56)

Como uma manifestação da cultura corporal, o esporte é resultado de conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulado pela humanidade, necessitam ser retrçados e transmitidos (COLETIVO DE AUTORES, 1996, p.39). A cultura corporal que, segundo Taffarel e Escobar (2009), constitui atividades que são valorizadas em si mesma, cujo produto não é material, o que não significa desencarná-las do processo produtivo que as originou na relação contraditória das classes sociais, é inseparável do ato da produção. Seu valor de uso é dado pelo homem por atender aos seus sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonísticos, competitivos e outros relacionados à sua realidade e às suas motivações. Sua complexa natureza, sua subjetividade e as contradições entre os significados de natureza social e os sentidos de natureza pessoal que as envolvem impedem defini-las e explicá-las como “ações motoras” ou “movimento humano” determinado por “leis biológicas” Além do mais, a inadequação dessa forma de abordagem objetiva esconde as relações entre a produção de conhecimento e o processo produtivo e as finalidades do seu uso no âmbito escolar, ou seja, pretende esconder as *leis sócio-históricas* que agem sobre as práticas esportivas e *determinam a sua universalização e democratização*. (TAFFAREL, SANTOS JÚNIOR E SILVA, 2013, p. 61)

Ainda segundo esses autores acima citados essas atividades ainda possuem a característica de ser produzida ao mesmo tempo em que é materializada (o ato da produção não é separado do consumo).

O modelo inicial do qual parte essa atividade prática objetiva impregna-se da subjetividade de sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonistas, competitivos ou outros, que se relaciona com a realidade da própria vida do sujeito que age e com as suas motivações particulares. Desse modo, ele usufrui da sua produção na própria objetivação ou materialização da experiênciaprática, sendo intrínseca ao valor particular que ele lhe atribui à unidade indissolúvel entre o interior e o exterior, entre o subjetivo e objetivo. (TAFFAREL, SANTOS JUNIOR E SILVA, 2013, p. 61, grifos nossos)

Dessa forma, afirmamos a importância da aquisição de conhecimentos técnicos esportivos como um processo que **pode** colocar em jogo as funções psicológicas superiores, pois estas atividades estiveram e estão presentes na história da humanidade e dizem respeito a

uma cultura corporal que os próprios homens criaram por isso todos nós podemos adquiri-la e aprende-la, isto é, é trata-se uma prática passível de universalização. Não se trata de defender uma posição tecnicista e neutra perante o conhecimento, a própria abordagem materialista dialética indica que para dominar um conhecimento é necessário tratá-lo em seus aspectos contraditórios, históricos e suas possibilidades. Não basta ter o máximo rendimento atlético e físico para praticar esporte. Estudos demonstram que outros traços característicos existem objetivamente na prática esportiva e podem contribuir com uma perspectiva emancipatória e crítico superadora de educação.

Assim, reafirmamos a necessidade de *eleva o pensamento teórico dos indivíduos sobre o esporte* (TAFFAREL, SANTOS JÚNIOR E SILVA, 2013), considerando que para tal não basta dominar seus gestos técnicos. Por isso, quando tratamos de cultura corporal não estamos nos referindo a um corpo, mas a um ser humano que pratica e critica o esporte, ginástica, joga, dança e etc.

A condição para a descoberta do potencial humanizador do esporte e suas possibilidades de democratização e universalização está na realidade tal qual como ela é e não nas nossas cabeças. Por isso, o conhecimento sobre o esporte precisa ser socializado, universalizado. A concretização desta aspiração depende da luta independente da classe trabalhadora, a única interessada na socialização dos bens culturais, e dos meios de produção da vida, dentre eles o conhecimento que torne a realidade inteligível, em seus organismos, partidos, sindicatos, movimentos sociais, direcionada ao Estado em um Sistema de Reivindicações Transitórias.

3.3 O ESPORTE BRASILEIRO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.3.1 O esporte no Brasil e histórico das políticas de esporte

Com base em Ouriques (1999), Espírito Santo Filho (2013) destaca que o esporte brasileiro possuiu até então três fases de desenvolvimento. Na primeira fase os clubes se constituíram sob a base do associativismo, durando de 1894 a 1904. A segunda fase, entre os anos de 1905 e 1933, caracterizados pelo amadorismo, de forma que os jogadores recebiam subsídios de forma incipiente. O terceiro momento caracteriza-se pela “predominância do profissionalismo e a busca pela internacionalização do esporte, seguida da sua comercialização”.

Com relação à política de esporte, o autor, citando Ouriques (1999), também indica suas fases de desenvolvimento, cuja referência é a relação entre governo e sociedade civil. São três fases, a saber: a primeira fase caracterizou-se pelo associacionismo voluntário (1890-1940) de predominância clubística, cuja intervenção estatal ou governamental era mínima; uma segunda fase, caracterizada por uma forte intervenção estatal que vai de 1941 a 1988, materializada em um controle político e ideológico das organizações e associações esportivas; a terceira e atual fase, cujo marco legal foi a inserção do esporte como direito e dever do Estado na Constituição de 1988 e contraditoriamente [sic] se presenciou a hegemonia do mercado no oferecimento de atividades esportivas. É nesse momento que há uma ruptura com o controle político e ideológico estatal sob as organizações e clubes e a liberalização do esporte (MANHÃES, 2002 apud ESPÍRITO SANTO FILHO, 2013).

Segundo Espírito Santo (2013) a ideia, de um lado, do esporte como direito, surge concomitantemente a uma suposta ampliação do conceito de esporte - que significa reconhecer as dimensões de participação, educação e performance - por meio de um novo padrão de sociabilidade denominado de Homo Sportivus, cujo percussor foi o intelectual Manuel Tubino. Segundo o autor, para Tubino, a aceitação do esporte como direito de todos e o pleno desenvolvimento do Homo Sportivus, assentado na cultura da paz, só seria possível por meio *da* responsabilização da sociedade civil com o esporte, na qual o Comitê Olímpico Internacional (COI) tem lugar privilegiado.

O autor evidencia a correspondência entre o discurso e intenções dos organismos internacionais (Unesco, ONU) sobre o esporte e as teses defendidas pelos intelectuais que encontrarão terreno para se materializar em política pública. É o próprio Tubino, presidente do Conselho Nacional de Desporto (CND), que preside a comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, em 1985, que tem como resultado o parágrafo sobre o esporte na Constituição de 1988 e a formulação da Lei Zico. Estas leis são fruto das modificações ocorridas a nível internacional com a intensificação da venda dos direitos de imagem pela FIFA, nas quais o esporte ganharia um conceito ampliado.

Nesse contexto de liberalização, o esporte ocupa um lugar na Constituição de 1988 como direito de cada um e dever do Estado. Há no texto constitucional um caráter ambíguo no que se refere à atuação do Estado expressos pelas expressões ‘proteger’, ‘incentivar’,

‘fomentar’. (LINHALES, 1997). Além disso, a constituição prevê que a prioridade dos recursos públicos ao esporte educacional.

Do outro lado, para esta autora a autonomia das entidades esportivas assumiu centralidade no setor esportivo:

No período pós - 88, a realização do direito ao esporte não foi além de sua também inclusão em novas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais. Entretanto, a então constitucionalizada autonomia das entidades esportivas assumiu a posição temática central no setor esportivo, e em torno dela se organizaram os interesses e os atores interessados em reformular a Lei nº 6.25/75, que já se encontrava revogada pelas mudanças ocorridas. (LINHALES, f. 182, 1996)

A lei Zico, por sua vez, que instituiu normas gerais sobre o desporto e dava outras providências, ao assumir uma cara liberalizante teve de incorporar pautas da oligarquia esportiva, constituída principalmente por presidentes de confederações que dominaram o cenário na época anterior. (LINHALES, 1997).

Como elementos que Linhales (1996) traz sobre a lei em questão, destacamos os seguintes: a) os interesses liberais burgueses estavam claros na lei e vinculava-se a idéia de *liberdade e autonomia*. De acordo com essa concepção, a intervenção estatal podava o talento e a competência dos indivíduos que deveriam vencer; b) o esporte é anunciado como um direito individual e não social, entretanto apareça como dever do Estado fomentar práticas esportivas. Mais uma vez, os meios pelos quais o Estado proverá o acesso a pratica não são apresentados; c) no que se refere aos recursos, são instituído bingos, doações e incentivos fiscais e cria-se o Fundesp (Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo) como unidade orçamentária de natureza autárquica, vinculada a Secretaria do Desporto do MED (Ministério da Educação e Desportos), cujos critérios de distribuição não foram estabelecidos, considerando que a Constituição prevê a prioridade para o esporte educacional; d) os Estados, Municípios e Distrito Federal não possuem nenhum tipo de atribuição, cabendo a este autonomia para constituírem seus sistemas esportivos; e) o CND é substituído pelo CSD (Conselho Superior de Desporto) que possui caráter consultivo e normativo, cuja composição é feita por nomeação do Presidente da República.

Com esse sentido e mudanças pontuais que não vamos nos deter, aprovou - se a Lei 9.615/199, comumente conhecida como Lei Pelé. Esta lei estabeleceu três dimensões ou manifestações, saber: desporto educacional, desporto de participação, desporto de rendimento. Seus princípios fundamentais são: a soberania de organização, autonomia, democratização,

liberdade, esporte como direito social, tratamento diferenciado entre o desporto profissional do não profissional, proteção dos esportes de identidade nacional, esporte como ferramenta de educação, descentralização das atribuições dos entes federativos, eficiência e estímulo a competição esportiva e administrativa.

Esse conceito de esporte encarnado nos documentos legislativos e defendido por Tubino ganha crítica principalmente de Freitas (1991;1994). Para este autor, a perspectiva de Homo Sportivus era burguesa, pois assentava sob um conceito de homem que negava o conflito classes no modo de produção capitalista. A pedagogia do esporte, desdobrada dessa perspectiva de homo sportivus, era reformista já que propunha transformar a sociedade por meio da educação, sem alteração nas bases econômicas da sociedade. Daí os mitos da igualdade de oportunidades, da mobilidade social disseminados por um viés utilitário do esporte, além do processo de narcotização coletiva promovido pelo espetáculo esportivo, aponta o autor, na referência de Freitas.

Nesse contexto, segundo Espírito Santo (2013), o conceito de esporte social apresentado por Melo (2005) aparece como uma nova síntese da relação do Estado com a sociedade nesse âmbito. Esse conceito pressupõe o esporte como promotor da inclusão social, do controle da violência e uso de drogas e da ascensão social. Esse discurso, na verdade, esconde a face pirâmide esportiva é recorrente nos programas e projetos sociais, executado por ONG's e empresas com responsabilidade social assentada na *filantropia* já que a prática do voluntariado é recorrente, a combinação entre detecção de talentos para o esporte profissional e a promoção da cidadania.

Esse processo, denominado de modernização do esporte, cuja expressão mais avançada é o futebol, tem continuidade no governo de FHC. Este governo que fincou as bases da política de esporte do século XXI (ao menos até 2016 quando se encerra o ciclo dos megaeventos no Brasil) referenciada principalmente em uma lógica que combina aspectos mercantis com o princípio da inclusão social. Dessa forma, afirma que a agenda do esporte após a constituição do Ministério do Esporte já estava sendo construída nos últimos dois anos do Governo de FHC, gestada no seio do Ministério de Turismo e Esporte (MET).

Este autor fornece-nos elementos para destacar as principais características da política de esporte na década de 1990: 1) *Modernização dos clubes*. Adequação dos clubes a lógica empresarial - MP 39/2002, cuja implicação foi à derrocada dos clubes menores. Além da

organização de um calendário nacional do futebol com progressão para serie A, o grupo de elite do futebol; 2) *Política mercantil-filantrópica dos projetos sociais*. A diretriz de implementação foi a disposição de recursos financeiros para ONGs e outras organizações ou APHs²¹; 3) *Descentralização*: expressou o envolvimento de ONGs tanto na implementação quanto na elaboração dos projetos, com destaque para a participação da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAMFS), BA. Além disso, foi instituído o Conselho Nacional de Esporte (CNE) e da Comissão Nacional de Atletas (CNA); 4) *Transferência de recursos ao esporte de rendimento*: destaca-se a aprovação da Lei Agnelo/Piva, cujo objetivo era reverter 2% das receitas oriundas da loteria federal para o esporte olímpico e paraolímpico; 5) *diversificação das fontes de financiamento*: realização de parceria com o Ministério da Justiça e da Defesa que previa a renúncia fiscal de 1% para empresas que investissem em projetos sociais esportivos; 6) *Fomento e apoio aos megaeventos esportivos*. Após várias tentativas de sediar alguns eventos esportivos, quase no final do seu mandato, FHC consegue juntamente com os organismos do esporte nacional, aprovar o Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan-americanos 2007.

Se no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso o esporte tinha lugar em uma pasta juntamente com o Turismo, no governo Lula, nos anos 2000, o esporte adquire uma estrutura específica expressa na criação do Ministério do Esporte em 2003.

3.3.2 A Política pública de esporte no governo Lula e Dilma (2003 - 2013)

3.3.2.1 O governo Lula e Dilma (2003 a 2013)

Considerando que os partidos representam os interesses de classes e que, portanto as disputas que travam no interior do Estado e do governo, mesmo que limitadas a sua natureza antidemocrática e pró-burguesa, diz respeito ao choque de interesses antagônicos das classes, é possível identificar nesses governos um espectro de alianças inconciliáveis, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, que começa com partidos socialistas, comunistas até partidos liberais.

²¹Aparelhos Privados de Hegemonia (Conceito gramsciano)

Existem várias interpretações sobre o significado e a caracterização do governo Lula e Dilma. Não esgotaremos aqui essas análises. O que apresentaremos a seguir é uma aproximação do que compreendemos do caráter desses governos.

Singer (2012a) compreende que o governo Lula se caracterizou por um reformismo fraco, que ficou no meio do caminho entre neoliberalismo e o reformismo forte do PT até 2002. Para este autor, isso foi possível por conta de um fenômeno denominado lulismo que logrou êxito entre as massas - subproletariado, principalmente no nordeste do país e possibilitou a diminuição da pobreza com manutenção da ordem. Assim, houve um realinhamento da base eleitoral do presidente Lula, sendo que a classe média se desloca para a base social do PSDB. Isso faz o autor reconhecer uma característica bonapartista desse governo.

O conceito de bonapartismo e em especial do bonapartismo *sui generis* pode ser reconhecido nos escritos de Trotsky (2007) sobre a nacionalização da indústria no México. Para o autor, nos países de industrialmente atrasados, o capital estrangeiro joga um papel decisivo. Isso explica a debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional, criando condições especiais de poder estatal. Assim, o governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a debilidade relativa da burguesia e o poderoso proletariado. Esse governo possui um caráter bonapartista, de natureza particular, erguendo-se por cima das classes. Isso permite que possa governar ou tornar-se um instrumento do capital estrangeiro, submetendo o proletariado a uma ditadura policial ou manobrando-o, realizando concessões, conquistando assim certa autonomia frente aos capitalistas estrangeiros.

Isso não significa que esse governo ajapor vontade própria descolada do movimento das classes e partidos que as representam e nem que o Estado seja o órgão de conciliação de classes, mas sua existência é o resultado do grau de desenvolvimento da luta de classe. Sua relativa independência não o separa da classe que o ergueu e depositou suas esperanças e ilusões.

Como continuidade do projeto do governo Lula, temos o governo de Dilma.

Entretanto, o governo da presidenta tenha se deparado com condições diferentes do seu antecessor. Para Figueiredo (2013), o governo Dilma tem uma margem de negociação com a classe trabalhadora muito menor que Lula por conta da crise *subprime* no ano de 2011. É importante acrescentar que os laços de Dilma com movimento operário são mais frágeis,

devido a sua origem de militância política que não se localizar não no PT, mas no PDT. Ademais, afirma a autora, este governo teve a produção como centro da política, implicando uma reorientação, do ponto de vista da econômica política, para grandes setores do capital. Já o governo Lula colocou no centro o consumo.

Soma-se a isso um fator de fundamental importância para a conjuntura: a mobilização das massas nas ruas que o governo anterior não enfrentou. Essas massas estiveram nas ruas, principalmente, no ano de 2013. Essa presença de muitas pessoas nas ruas constituiu as *Jornadas de Junho*.

As Jornadas de Junho de 2013 constituíram-se de grandes manifestações, iniciadas na cidade de São Paulo, contra o aumento da tarifa do ônibus, que se espalhou rapidamente e mais ou menos espontaneamente pelo Brasil, centralmente tratando da necessidade de melhoria nos serviços públicos - transporte, educação, saúde e etc - assim como se viu um grande anseio por mudanças no sistema político. Esses anseios por transformações na política se expressaram pela tentativa de ocupação de uma massa de milhares do Congresso Nacional enquanto os deputados e senadores estavam em plena sessão

No esforço de captar as contradições desses governos enumeraremos algumas de suas ações: a) Lula: enviou tropas brasileiras ao Haiti, em 2004, para liderar as tropas da organização das Nações Unidas (ONU); criou um programa de transferência de renda - Bolsa Família; ampliou vagas nas universidades, mesmo que com aporte financeiro, de pessoal e de infraestrutura insuficiente nas universidades públicas, via o Reuni e nas particulares via Prouni; garantiu ganho real ao salário mínimo, 50% de acréscimo acima da inflação; enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 40 que acabou com a aposentadoria integral dos futuros servidores públicos; manteve a política de pagamento dos serviços da dívida pública; promoveu privatizações nos setores energético, bancário; instituiu a Lei do Piso Nacional dos Professores, realizou Conferências temáticas, dentre outras medidas; b) Dilma: manteve as tropas no Haiti; manteve o Bolsa Família; manteve a valorização do salário mínimo, alcançando um acréscimo de 70% acima da inflação; manteve o pagamento dos serviços da dívida; privatizou aeroportos e estradas; estendeu o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para a pós-graduação e educação técnica de nível médio; criou o Programa para suprir o déficit de médicos no Sistema Único de Saúde - Mais Médicos, instituiu a

desoneração da folha de pagamento das empresas em 2011, tornando-a permanente em 2014, dentre outras medidas.

Destacamos que pautas como a reforma urbana e agrária, por exemplo, foram praticamente abandonadas por esses governos. Dilma, em 2011, assentou menos famílias desde o governo de FHC. Enquanto que o programa Minha Casa Minha Vida não supre as necessidades de moradia dos grandes centros urbanos do país²².

Mesmo se esses governos atenderem algumas reivindicações da classe trabalhadora, em geral, eles privilegiaram os grandes grupos capitalistas com a política de isenções e desonerações fiscais e privatizações sorrateiramente chamada de concessões. O adiamento do atendimento das reivindicações, a política de incentivo ao consumo individual em detrimento da melhoria dos serviços públicos criou uma nova situação na política brasileira, cujo ponto de máxima evidência foi as Jornadas de Junho de 2013.

Essa pressão das massas apesar de não ter sido capaz de fazer o governo recuar no seu laço com o capital e com a burguesia colocou em questão os obstáculos promovido pelas instituições herdadas da ditadura e de épocas anteriores a república, como o senado, que os governos de Lula e Dilma, em 10 anos, deixaram de lado. Do outro lado, pôs-se em evidência também a necessidade de superar o modelo de desenvolvimento promovido pelo lulismo.

3.3.2.2 O caráter da política de esporte do governo Lula e Dilma (2003 - 2013)

No ano de 2003, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, PT, que é criado um Ministério exclusivo do Esporte, que segundo Oliveira (2013) e Espírito Santo (2013), surge assentado na perspectiva da inclusão social como fator que contribui para o desenvolvimento nacional e humano. A ampliação das ações no âmbito do esporte de rendimento, na perspectiva de transformar o país em potência esportiva, segundo Espírito Santo (2013) também seria uma dimensão que se aliaria a perspectiva de desenvolvimento.

²² Segundo informações contida na entrevista de Guilherme Boulos, líder do MTST ao Estúdio Fluxo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7Js-HfncJ_U

O Ministério do Esporte inicialmente se deparou com dois problemas essenciais: 1) contingenciamento de 88% das verbas; 2) constatação empírica e, posteriormente, via senso do IBGE em 2003, do grande déficit de infraestrutura e equipamentos esportivos. Como forma de superar essas condições, o então ministro Agnelo Queiroz, na época filiado ao PC do B, sinalizou a necessidade de adoção de parcerias público - privadas, notadamente com Confederação Brasileira de Clubes (CBC), o Sistema S e ONGs, e a aprovação de leis de incentivos fiscais a empresas dispostas a investir no esporte. (ESPÍRITO SANTO, 2013, f.78)

Inicialmente, o Ministério do Esporte dispunha das seguintes secretarias nacionais, fatiadas entre PC do B e PT, a saber: Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR) e Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE) dirigidas pelo PC do B e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) dirigida pelo PT. Este último partido representou, segundo Figueiredo (2013), um grupo contra hegemônico no interior do Ministério e possuía mais apropriação da temática que o grupo ligado ao PC do B. O grupo composto por militantes do PT possuía um acúmulo das discussões internas promovidas pelo seu Setorial de Esporte e Lazer, principalmente a partir das experiências dos círculos populares de esporte e lazer, os quais tiveram alguns princípios incorporados nos programas impulsionados pela SNDEL. Já o PC do B procurou se aliar ao que de mais conservador havia na área da Educação Física e Esporte CBF e COI, afirma a autora.

Entretanto, essas diferenças “programáticas” no interior do Ministério não permaneceram. Uma reestruturação em 2006 reorganizou as forças que o compunha com a substituição do grupo que representava o PT. Para Figueiredo (2013), mesmo esse grupo contra hegemônico que esteve à frente da SNDEL inscreveu sua marca em alguns documentos do Ministério, como a formulação da Política Nacional do Esporte em 2005, não é possível responsabilizar apenas o PC do B e o novo grupo petista pela guinada para o setor privado realizada pelo Ministério. Segundo a mesma, as propostas contra-hegemônicas vinham sendo derrotadas desde a aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte e a decisão de sediar megaeventos esportivos.

Essa guinada também pode ser evidenciada na própria reestruturação organizacional e política do Ministério do Esporte que direcionou suas ações para o futebol e para o esporte de rendimento. Dessa forma, a estrutura do Ministério até então é a seguinte: Secretaria Nacional

de Futebol e Direitos do Torcedor, Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), e a Secretaria Nacional de Esporte, lazer e Inclusão social (SNELIS)

O PC do B, por sua vez, concebe o esporte como fator de inclusão social e do desenvolvimento nacional e humano, alinhando-se com as orientações internacionais da ONU e Unesco (ESPÍRITO SANTO FILHO, 2013). Na acepção deste partido, os megaeventos esportivos possuem tanto um potencial econômico e social, como de inserção e projeção internacional do país²³.

Afim de melhor caracterizar a política nacional do esporte, no período de 2003 a 2013, trataremos de seus elementos constituintes, apreendendo seus pormenores e conexões, considerando que eles se inter-relacionam e alguns deles são transversais, expondo-os da seguinte forma: financiamento, programas, legislação, gestão e participação social, infraestrutura e megaeventos.

Programas

O Programa Segundo Tempo, inspirado em experiências desenvolvidas na FAMFS e da Vila Olímpica da Mangueira (VOM), foi o principal programa direcionado ao esporte educacional, ao lado do Programa Esporte e Lazer na Cidade (Pelc) tem e tinham como objetivo a democratização do esporte. Seus princípios: oferecer práticas corporais a crianças e adolescentes expostos ao chamado risco de vulnerabilidade social (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil), como forma de reverter o quadro de exclusão e injustiça; propiciar a qualidade de vida e o exercício da cidadania; universalização de suas atividades como meio de atingir a inclusão social; alternativa de ocupação do tempo ocioso dos estudantes, afirma Espírito Santo Filho (2013).

O estudo de Oliveira (2013) aponta que, durante o período de 2005 a 2010 (do fim do primeiro mandato até o fim do segundo mandato do governo Lula), as parcerias com os APH, especificamente ONGs, ocupou um lugar central na política de esporte, através do Programa Segundo Tempo (PST), cuja proposta inicial era realizá-lo no contra-turno das aulas escolares, descentralizou a maior parte de seus recursos para essas organizações o executarem. Além disso, foi atribuída às ONGs a função de formular e avaliar o programa, o

²³ Posição observada no artigo intitulado *O esporte no Brasil* de autoria do ex-ministro do esporte Orlando Silva, publicado na Revista Princípios, Nº 107 maio/junho de 2010, que é uma publicação do Pc do B.

que, para Espírito Santo (2013), caracteriza-se como uma intensificação da descentralização em todos os setores do Programa.

Oliveira (2013) indica que, com base na amostra do seu estudo (os quatro estados federativos que mais receberam recursos, revelando uma concentração de recursos em determinados estados), 75% dos recursos destinados ao PST, foram justamente para a ação 4377 - funcionamento dos núcleos de esporte - que prevê viabilização das ações de financiamento e capacitação de recursos humanos, aquisição e distribuição de material didático e didático-esportivo, reforço alimentar, transporte e outras ações. Conclui o autor que desses itens o recurso foi gasto majoritariamente em alimentação, faltando para os demais. Conclui ainda que: a infraestrutura das práticas eram inadequadas ou inexistentes, os recursos humanos eram desqualificados e constituídos principalmente por voluntário, a avaliação é limitada porque só considera o produto final (termos de cumprimento do objeto e auditorias fiscais); o acompanhamento, quando há, é realizado pelos pares, isto é , outras ONGs, dentre outras questões.

Além disso, o programa contém um problema que diz respeito à forma como se inseriu, mesmo que de forma tímida nas escolas, não respeitando seu Projeto Político Pedagógico e fragmentando o conhecimento acerca da cultura corporal e da Educação Física.

O Segundo Tempo também foi utilizado para fins de projeção internacional do Brasil. O governo brasileiro se aproximou de outros países, através deste programa, para angariar apoio e sustentação a conquista da sedes dos megaeventos. O Brasil realizou intercâmbios com países da África exportando estes e outros programas como o Programa Pitando a Liberdade. Foi recomendado pela ONU e Unesco como referência mundial, afirma Espírito Santo Filho (2013).

Esse mesmo autor afirma que há indícios de que este programa incorpora a perspectiva da pirâmide esporte:

No decorrer da constituição do Programa Segundo Tempo, o notório deslocamento de seu espaço de efetivação pedagógica – a escola pública – para os espaços não-escolares e, a ressignificação do conceito de esporte educacional, que em sua proposta inicial estava voltado para a prática de esporte não competitivo e de formação para a cidadania, vem dando indícios de sua contribuição para a consolidação futura de aproveitamento dos seus núcleos articulados ao modelo de pirâmide esportiva. Com isso, em última instância, a descoberta de talentos esportivos se coloca no horizonte do PST, conforme trecho da matéria supracitada. (ESPÍRITO SANTO, 2013, p.125)

Diante dessas características, o PST entra contradição com o objetivo da democratização, pelos seguintes aspectos: apropriação privada por meio da gestão de entidades privadas, sem nenhum controle social e político do Estado e da população; descolamento de um projeto de escolarização que socialize os conhecimentos da cultura corporal; ligação com o esporte de rendimento, servindo como um veículo de detecção de talentos; a concepção de esporte calçada na ocupação do tempo livre; oferece um acesso a prática esportiva precário (em todos os sentidos), assistencialista e focal.

O Pelc, por sua vez, conseguiu realizar dez milhões de atendimentos e se inseriu em mil de duzentos municípios brasileiros, pautava-se em três pilares: convivência comunitária, incentivo à pesquisa e à disseminação do saber; formação de agentes e gestores multiplicadores de esporte e lazer. Dentre as ações e projetos integrados temos: Rede Cedes - Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer; Centro de Documentação e Informação do Ministério de Esporte (Cedime); contribuição na formulação do Plano Nacional de Atividade Física em parceria com o Ministério da Saúde; Pelc Vida Saudável e Pronasci Pelc , caracterizados pela descentralização, repassando aos municípios a responsabilidade da continuidade das ações, através da transferência de tecnologia.

Este programa é qualificado por Espírito Santo Filho (2013) como contra-hegemônico no interior da política de esporte, já que carregou consigo, durante um tempo, os princípios de formação de cidadãos críticos, da auto-organização e emancipação humana legado dos círculos populares de esporte e lazer realizados em prefeituras petistas. Entretanto, este programa se esbarrou no limite da não clareza de projeto histórico e na identificação da auto-organização com transferência de responsabilidade.

A Rede Cedes que reúne instituições de ensino superior, apoia a produção e difusão de pesquisas na área do esporte e lazer. Constitui-se uma importante iniciativa, um incremento a pesquisa, mas pelos poucos recursos - de 2004 a 2010 investiu um pouco mais de três milhões de reais (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010), que ainda foram contingenciados, não consegue eliminar as disparidades históricas, entre as regionais, conforme aponta Figueiredo (2013).

Dentre os programas no âmbito do esporte de rendimento destacam-se: o Descoberta do Talento Esportivo: objetiva identificar entre os escolares de 06 a 16 anos aqueles que

apresentassem os melhores desempenhos ligados à especificidade técnica exigida pelas modalidades esportivas olímpicas, através da aplicação de testes de força, resistência, velocidade e flexibilidade; Bolsa Atleta e Bolsa Atleta Pódio: destinado a suplementar o pagamento dos competidores portadores de 20 melhores resultados no ranking mundial das modalidades de esporte olímpico e paraolímpico; O Projeto Cidade Esportiva, cujo objetivo era o de possibilitar que municípios se tornassem referencia no país em treinamento de atletas de alto rendimento de modalidades específicas. As ações deste programa seriam incluídas nas ações do PST, dos núcleos de esporte educacional desenvolvidos em escolas públicas e dos núcleos de esporte social, os quais serviriam de suporte para realização de testes de avaliação do potencial esportivo com crianças e jovens para o encaminhamento dos melhores desempenhos para a Rede Cenesp (Centro Nacional de Excelência Esportiva), afirmando assim a perspectiva da pirâmide esportiva, afirma Espírito Santo Filho (2013)

Financiamento

Quando tratamos do financiamento do esporte necessário destacar duas questões características identificadas por Veronez (2007): primeiro, nem todo dinheiro do esporte encontra-se no órgão responsável pela administração das políticas públicas, no caso atual o Ministério do Esporte. A Lei 10.265/01 - Lei Agnelo/Piva - fixa o repassa de 2% das receitas dos concursos de prognósticos federais para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Além disso, há repasses através de patrocínios das empresas estatais para esporte de rendimento; segundo, os recursos financeiros destinados ao esporte estão entre os 10% dos recursos fixados na Lei Orçamentária Anual (LOA)²⁴ que não possuem nenhuma vinculação

²⁴ O orçamento, previsto na LOA, é constituído pelos orçamentos da Seguridade social, Fiscal e o de investimento em empresas que a União direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto. O orçamento da Seguridade Social tem três fontes: 1) orçamento da União, Estados e DF; 2) contribuições sociais - contribuição do empregador sobre a folha de salário, a receita do faturamento e lucro e trabalhador e demais segurados; e 3) receita de concurso de prognóstico, segundo Behring e Boschetti(2011 , p. 171 – 172). Este tem seus recursos destinados para a Saúde, Previdência e Assistência Social. Orçamento Fiscal advém dos impostos e receitas financeiras como a emissão de títulos da dívida pública, por exemplo. Este destina - se as demais políticas sociais como o esporte e demais despesas do governo. Vale ressaltar que em ambos os orçamentos são desviados recursos para o pagamento do serviço da dívida pública: refinanciamento, juros e etc. Como as receitas são vinculadas utiliza - se o mecanismo de burla da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Veronez ressalta que as metas de superávit primário são calculadas a partir das receitas não vinculadas, onde está incluso o esporte.

constitucional e, portanto, podem ser alvo modificações, inclusive para o amortizar juros da dívida.

Espírito Santo Filho (2013) também traz contribuições no âmbito do financiamento do esporte. Segundo ele, o governo Lula: aprovou a Lei nº 11.438/06 - Lei de Incentivo ao Esporte; aprovou a Lei da Loteria Timemania; aprovou as Leis 10.451 e 12.649 - isenções voltadas à importação de equipamentos ao treinamento de atletas de alto rendimento e projetos esportivos destinado a crianças carentes e de combate as drogas; articulou - se com dirigentes de clubes e confederações, ex - atletas, representantes de ONGs, Clubes Sociais e empresários, gestores públicos junto ao Congresso Nacional no sentido de garantir que emendas parlamentares fossem destinadas ao financiamento de programas e construção de infraestrutura.

A Lei de Incentivo ao Esporte, sustentada no pressuposto da diversificação das fontes de financiamento, que possibilita dedução de 1% para pessoa jurídica e 6% de pessoa física do Imposto de Renda (IR) para quem investir nas manifestações do esporte. Enquanto que a Lei N ° 11.345/06- Timemania cujo objetivo seria de sanar a dívida dos clubes com o Estado, embora tenha apenas conseguido amortizá-la. Ambas surgem de discussões no Conselho Nacional do Esporte, não como uma demanda popular, afirma o autor acima referido.

Além disso, para o autor, a Lei de Incentivo ao Esporte, combina o ideário da Responsabilidade Social Empresarial com um importante mecanismo de isenção fiscal para o investimento no esporte de rendimento – esporte de base e profissional. Constata que, apesar do discurso em prol do esporte educacional e de participação, essa lei descentralizou parte considerável de recursos para o esporte de rendimento, concentrado na região sudeste.

Esses números, fornecidos pelo autor, indicam a quantidade de dinheiro público nas mãos do setor privado e para o esporte de alto rendimento: Lei de Incentivo ao esporte aprovou de 2007 a 2010 1.038 bilhões e teria captado 282 milhões e envolvido 590 empresas durante o período de dez anos; a Timemania entre 2008 a 2010 promoveu incremento cerca de 68 milhões aos clubes de futebol; os repasses ao COB através da Lei Agnelo/Piva chegaram a cifra de cerca de um bilhão em dez anos (2002 a 2012); os patrocínios entre os anos de 2009-2012 giraram em torno do valor de 550 milhões; o programa Bolsa Atleta Pódio destinou um bilhão de reais aos atletas com melhores resultados no ano de 2012.

Na tabela a seguir temos representada a quantidade de recursos destinados aos programas do ME, no período de 2003 a 2010.

Tabela 1 - Relação Investimentos/Atendimentos em Programas do Ministério do Esporte, 2003 a 2010.

PROGRAMAS	INVESTIMENTOS	ATENDIMENTO
Segundo Tempo	R\$ 850 milhões	4,3 milhões de atendimentos a crianças, adolescentes e jovens, de 2003 a 2010.
Esporte e Lazer da Cidade (PELC)	R\$ 152,5 milhões	10,6 milhões de atendimentos; 18.995 postos de trabalho; e 22.898 agentes sociais e gestores capacitados.
Pintando a Cidadania	R\$ 75,7 milhões	Absorve mão-de-obra de 3 mil pessoas de comunidades carentes, em 35 unidades de produção de materiais esportivos. Entre 2004 e 2010, foram produzidos 4,9 milhões de itens.
Pintando a Liberdade	R\$ 44,9 milhões	Geração de emprego direto para 13 mil detentos do sistema prisional brasileiro, em 73 unidades de produção de material esportivo em caráter de atividade continuada. De 2003 a 2010, foram produzidos *2,9 milhões de itens.
Bolsa Atleta	R\$ 212.230 milhões	13.178 atletas bolsistas entre 2005 e 2009.
Núcleos de Esporte de Base	R\$ 12,1 milhões	Desde 2004, 110 núcleos implantados.
Rede CENESP	R\$ 3,6 milhões	Desde 2003, houve mais de mil produções científicas publicadas.
Talento Esportivo	R\$ 1,2 milhões	Desde 2004, 150 mil atletas entre 7 a 14 anos avaliados e cerca de 7 mil talentos descobertos.
Centros Regionais de Treinamento	R\$ 11,3 milhões	De 2004 a 2010, cinco centros foram implantados; onde mais de mil atletas foram atendidos por ano.

Fonte: Extraída na íntegra de Espírito Santo Filho (2013, f.167)

Esses dados expressam que o financiamento do esporte destina-se predominantemente ao esporte de alto rendimento e ao setor privado.

Legislação

Além das leis relacionadas ao financiamento da política de esporte, segundo Espírito Santo Filho (2013), as iniciativas nesse período se propunham aperfeiçoar e continuar o processo de modernização, necessárias para atender exigências das organizações

internacionais esportivas, cuja aprovação da Lei 9615/98 é um marco. Assim, tivemos a aprovação da Lei Nº 10.672/03 - Lei de Moralização do Esporte e o Estatuto do Torcedor.

A Lei de Moralização do Esporte impunha às entidades clubistas a transparência financeira e responsabilidade social dos dirigentes, através da fiscalização dessas entidades por conselhos fiscais independentes e de sua submissão ao modelo de gestão profissional, apesar da facultatividade quanto a sua transformação em empresa. Já o Estatuto do Torcedor, por sua vez, tem o objetivo de ordenar e padronizar medidas relacionadas à torcida organizada, a divulgação de informações relacionadas à compra e venda de ingresso, regulamento da competição, escalação de árbitros, público e renda da partida, bem como padronizar comportamento e atitudes como, por exemplo, a proibição de porte de fogos de artifício nos jogos.

Participação social

A participação social se materializou com o Conselho Nacional do Esporte (CNE) Decreto 4.201, de 18 de abril de 2002, e com as Conferenciais Nacionais do Esporte instituídas pelo Decreto Presidencial de 21 de Janeiro de 2004. Portanto, constituem escolhas políticas realizadas no âmbito do governo.

O Conselho Nacional do Esporte é um órgão colegiado do Ministério do Esporte cujo objetivo é assessorar este Ministério na discussão e acompanhamento de pautas ligadas ao desenvolvimento da Política Nacional de Esporte e assegurar o controle e planejamento e normatização de principais pautas voltadas à definição de conceitos, ampliação ou supressão de reivindicações direcionadas à organização do esporte no país.

Este Conselho cujo viés e composição conservadora reúne, em sua maioria entidades privadas do esporte de rendimento ligadas a empresas nacionais e internacionais com interesses monopolistas e do próprio governo, atualmente é constituído por : representantes do governos - cinco membros; Representante do COB - um membro; representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro(CPB) - um membro; Representante da Comissão Nacional de Atletas (CNA) - um membro; Representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer - um membro; Representante dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer – um membro; Representante dos Clubes Sociais - um membro; Representante do

Confef - um membro; Representante do CBCE - um membro; Representante da Comissão Desportiva Militar Brasileira (CDMB) - um membro; Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto – ONED - um membro; Representante da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) - um membro; representante do desporto nacional - seis membros.

De acordo com Figueiredo (2013), as conferências surgiram no governo Vargas pela Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937 e tinham o caráter de assessoramento e consultivo, cujo objetivo era facilitar o conhecimento do Governo Federal acerca das atividades relativas à saúde e de orientá-lo na execução dos serviços locais de saúde.

Essa lei, segundo a autora supracitada, atribui ao presidente da república a convocação das conferências com a participação dos estados e municípios, representantes da sociedade civil que possuem relação com a área temática. Assim, essas reuniões têm sido convocadas por meio de decreto presidencial, cuja realização é de responsabilidade dos correspondentes conselhos, Ministérios ou secretarias.

As Conferências são consideradas, atualmente e oficialmente, “instâncias de deliberação e de participação destinadas para prover diretrizes para formulação e controle das políticas públicas em âmbito federal” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010, p. 386).

Para a autora, no governo Lula, as conferências se intensificam (74 realizadas) e ganham um novo caráter, constituindo - se em um espaço de debate, mas, sobretudo de dissimulação dos interesses da classe burguesa e formulação do consenso.

As Conferências Nacionais de Esporte ocorreram em três edições: 2004, 2006 e 2010. Reúne amplos setores e diversos antagônicos interesses ligados ao esporte, vem sendo apontada por pesquisadores como Figueiredo (2013), Espírito Santo Filho (2013), mecanismo de pouca influência na materialização da política de esporte. Além disso, os pesquisadores denunciam a não discussão da pauta dos megaeventos, que se tornou central, no interior desses espaços e na política de esporte.

Entretanto, isso não significa que as conferências não expressem a luta de classes que possuem interesses antagônicos. A autora acima citada identifica que os interesses do capital (CONFEEF, Sistema S, mercado) foram ganhando força ao longo das três edições, encontrado seu grau de desenvolvimento maior na III Conferência, cujo tema foi “Plano Decenal de

Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. Além disso, segundo esta autora, a referida edição foi montada em cima dos interesses privados, mesmo se habitavam nas suas deliberações os slogans os slogans democratização, inclusão social, participação e controle social.

Esse extrato abaixo resume o significado das conferências de esporte:

O histórico da realização dessas conferências demonstra a enorme distância entre o deliberado em favor da classe trabalhadora, no caso do esporte, no que diz respeito à socialização dos meios de produção da cultura corporal e a política de fato materializada. Os dados apresentados, principalmente, os referentes ao financiamento não nos deixam mentir, a política de esporte implementada hoje no país serve aos interesses do capital. (FIGUEIREDO, 2013, f. 93)

Frente a este caráter das conferências, para a autora, os intelectuais desempenharam um papel cômodo e nada crítico. Estes apostaram todas as suas esperanças nesse espaço, minimizando as críticas a política de esporte, principalmente no primeiro mandato do governo Lula ou até enquanto estiveram inseridos no ME.

Diante de tais constatações acerca do caráter que a participação assumiu na política de esporte destes governos, cujas conferências são ilustrativas, afirmamos que os intelectuais e militantes, que pautam suas intervenções a partir da defesa do esporte como prática democrática e universal, legitimaram a crescente hegemonia de setores privatistas no interior da política de esporte.

Infraestrutura

A deficiência de infraestrutura esportiva foi diagnosticada em 2003 pelo governo. Constatou - se com um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Esporte (2003) que 88% das escolas municipais não possuíam instalações esportivas.

De acordo com Espírito Santo Filho (2013) esse déficit respondido pelo governo, com as seguintes medidas: construção de Praças da Juventude, com recursos provenientes do PAC; criação de Centros de Treinamento Esportivos; reformas e modernização de instalações direta e indiretamente ligadas a estrutura dos megaeventos.

Atualmente, por demanda das Conferências, segue em andamento a realização de um Diagnóstico Nacional do Esporte, que dentre outras questões apontará a realidade da infraestrutura esportiva.

Megaeventos esportivos

No momento que escrevemos, acontece a Copa do Mundo da FIFA, por isso ainda não é possível apresentar números definitivos acerca desta. Nossa intenção é reunir elementos que se contraponha a tese pró-legado e pró-impactos positivos dos megaeventos e, sobretudo, questionar a perspectiva de desenvolvimento no qual os megaeventos se inserem.

Tanto o Ministério do Esporte e seus dirigentes, como os intelectuais e militantes do PC do B, sua principal força, vêm sustentando a tese que os megaeventos são indutores do desenvolvimento social e econômico, bem como mecanismo de inserção e projeção internacional do país, além do promotor de um legado em infraestrutura. Para eles, todo o dinheiro público aplicado retornaria aos cofres públicos na forma de impostos. Assim, sustentam-se na tese de que os megaeventos trarão impactos e legados positivos ao país. O estudo que essa fração política pró-megaeventos tem se sustentado é o realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a consultoria Ernst & Young Brasil. Como vimos no capítulo anterior, os estudos na literatura internacional não comprovam essa tese (PRONI, 2014).

Além disso, esse autor demonstra nesse estudo, em especial, que a fração pró-megaevento foi questionada por outro estudo. O autor traz dados de um estudo realizado pelo Cedeplar - UFMG que estimou impactos econômicos modestos. Esse estudo, segundo o autor, chega à conclusão de que o impacto da Copa, por exemplo, no PIB e no nível de emprego seria próxima a uma situação em que este megaevento não ocorresse. Teríamos um aumento em 0,7% no PIB e 0,5% no nível de emprego. (PRONI, 2014, p.104).

A pauta dos megaeventos não surge com o governo Lula, nem com o Ministério do Esporte em 2003, embora sejam estes que a materializa. O Brasil é escolhido como sede dos Jogos Pan-Americanos e Parapan - americanos 2007 ainda no governo do presidente FHC. Esse mesmo governo já acena para a combinação da pauta da inclusão social com a promoção de grandes eventos, afirma Espírito Santo Filho (2013).

A articulação política para garantir ou sedimentar as condições de realização desses eventos, envolveu, segundo o autor: a presença da CBF, representante da FIFA no Brasil para

a Copa de 2014 de futebol; o apoio de empresários do Rio de Janeiro através da assinatura de um Termo de Compromisso da Rede de Hotelaria em outubro de 2008 e a doação do grupo EBX, de Eike Batista, de 10 milhões de reais em 2009, para viabilizar a candidatura do Rio como sede das Olimpíadas de 2016.

Além disso, foi exigido pelas organizações esportivas que o Brasil oferecesse garantias, materializadas na Lei Geral da Copa - 11 garantias, no Ato Olímpico - 64 garantias, dentre outras ações. O governo criou uma Matriz de Responsabilidade que define as atribuições financeiras e orçamentárias de cada ente federado com os eventos.

Espírito Santo Filho (2013) nos possibilita reconhecer algumas implicações dos megaeventos esportivos, compreendendo-os como um processo, em nosso país, a saber: desregulamentação fiscal, privatização, militarização das comunidades.

A *desregulamentação econômica* pode ser reconhecida no monopólio que a FIFA e a COI possuem para comercializar a mercadoria que mais se valorizou nos últimos trinta anos - os grandes eventos, exigindo modificações e criação de legislação nos países sede para atender estes interesses, afirma o autor. Assim, ultrapassando as fronteiras nacionais, estas entidades privadas, a exemplo da FIFA, suas parceiras e patrocinadoras buscam meios e facilidades com o apoio estatal para valorizar cada vez mais valor.

Essa desregulamentação pode ser reconhecida na Lei geral da Copa que determina, segundo o autor: a) proteção de direitos comerciais no uso exclusivo do emblema e produtos das entidades que estejam associadas aos eventos sem custos e/ou solicitações de autorização ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); b) critérios de transmissão e retransmissão para os meios de comunicação no Brasil. A FIFA tem exclusividade das imagens; c) garantia de agilidade na liberação alfandegária de entradas e saídas do país, vistos de entrada de pessoas e permissões de trabalho; d) garantia de isenções fiscais (IPI, IR e sobre circulação) à FIFA, parceiros e patrocinadores e estabelecimento de restrições comerciais e de vias de acesso aos locais oficiais das competições; e) garantia à FIFA e parceiras do monopólio da venda de produtos no dia dos jogos.

Além dessas questões ligadas ao comercio, essa lei garante: a) indenização pelo Estado à FIFA a todo e qualquer dano causado; b) disponibilidade de segurança com recursos públicos, sem custos; c) determinação de feriados nos dias de jogos da Seleção Brasileira e

possibilidade de feriado em dias de jogos de outras seleções a critério da cidade; d) permissão de venda e ingestão de bebidas alcoólicas no interior dos estádios.

A *privatização* de aeroportos e estádios, na forma de Arenas Esportivas, beneficiou grandes empreiteiras e corporações.

A partir da construção/reforma das Arenas Esportivas identifica-se duas modalidades de transferência de dinheiro público na iniciativa privada. Uma modalidade caracterizada pelo financiamento Estatal da maior parte da reforma e construção de estádios privados. Receberam apoio governamental os seguintes estádios privados aos clubes esportivos: Estádio Beira Rio, do Internacional de Porto Alegre; Arena da Baixada, do Atlético; e Arena Itaquerão do Corinthians.

Outra modalidade caracteriza-se pela construção e/ou reforma de equipamentos públicos pelo Estado em parceria com o setor privado. Nessa forma a administração do equipamento é realizada pela iniciativa privada em regime de concessão. Encontram-se sob o regime concessão as demais Arenas, dentre elas a Arena Fonte Nova, Arena Pernambuco.

A realização dessas obras está concentrada em duas empresas: Andrade Gutierrez e Odebrecht, conforme constata Cottle, Capela e Meirinho (2014, p.219):

A Andrade Gutierrez está envolvida na construção do Estádio Nacional Mané Garrincha (Brasília), da Arena Amazonas (Manaus), do Estádio Beira Rio (Porto Alegre) e Estádio do Maracanã (Rio de Janeiro). A Odebrecht está envolvida na construção do Estádio do Maracanã, do Estádio da Fonte Nova (Salvador), da Arena Pernambuco (Recife) e do Itaquerão (São Paulo). As duas empresas são responsáveis por 7 dos 12 estádios da Copa do mundo.

Nesse bojo de privatizações encontram-se os aeroportos de Guarulhos, Campinas, Brasília,

No ano de 2012, sob o argumento da necessidade de modernização dos aeroportos internacionais como forma de preparação da infraestrutura nacional para atender às necessidades da Copa do Mundo, e diante da dificuldade de dar continuidade à manutenção de equipamentos operacionais, a Infraero realizou leilões de concessões dos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Campinas, que representam 30% do fluxo de passageiros do país. O valor da soma dos leilões ultrapassou R\$ 24 bilhões, sendo arrematado por empresas de capital nacional e internacional. No maior valor dos leilões - Aeroporto de Viracopos, com R\$ 16 bilhões – as empresas Triunfo Participações e Investimentos (45%), UTC Participações (45%) e EgisAirportOperation (10%)⁷⁰ ganharam o direito de utilizar por 20 anos o aeroporto. Até então, destaca-se o negócio lucrativo para empresas, uma vez que, entre 2004 e 2011, o movimento neste aeroporto teve um crescimento de 1.025%. (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 143)

A privatização de setores estratégicos como o de mobilidade e de equipamentos esportivos, bem como de setores produtivo como os leilões dos campos de petróleo, resultando na sua entrega, na maioria das vezes, às multinacionais, expressa a rota de desenvolvimento do governo Lula e Dilma.

Os megaeventos que integram esse desenvolvimento sustentado na privatização também expressa a prioridade do governo de investir em equipamentos voltados para grandes eventos em geral e esportivos. Estes últimos voltados para a competição e a o alto rendimento.

Os Jogos Pan e Para Pan-Americanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2007 expressam algumas tendências semelhantes já evidenciadas na Copa do Mundo de Futebol. Verificamos um criminoso desperdício de dinheiro público e assalto ao Estado, considerando que toda a infraestrutura esportiva, exceto Complexos do Maracanã²⁵, de Deodoro e Miécimo da Silva, foram privatizadas (BENKHEN, 2011), e algumas delas, após seis anos, já se encontram defasadas e obsoletas, de acordo com as necessidades da COI (ESPÍRITO SANTO FILHO, 2013).

Para tratar da militarização das comunidades, Espírito Santo (2013) traz o exemplo a cidade do Rio de Janeiro que será sede dos Jogos Olímpicos e Copa do Mundo FIFA. Essa militarização ocorre através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), como forma de proteger o corredor viário dos jogos para a expansão dos negócios.

A violência do Estado para garantir a realização desses eventos também se expressa na violação dos direitos humanos com despejos e desapropriações, legalizadas, em locais valorizados nas cidades brasileiras (150 a 170 mil famílias removidas), resultando em um processo de exclusão do direito a cidade, afirma Espírito Santo (2013).

Segundo o autor, a recorrência de recursos humanos na forma de semi-voluntariado, possível a partir da pacificação das favelas, e voluntariado é uma tendência nos megaeventos que, longe de ser uma ação pontual do Ministério do Esporte, integrou meios para viabilização de uma rede de voluntariado a sua disposição para eventos futuros. O que significa que no mínimo a capacidade de gerar empregos desses eventos é limitada, sustentando-se em formas precárias e semiescravas de trabalho.

²⁵ Em processo de privatização.

Enquanto que o desenvolvimento econômico parece distante, ao menos em terras baianas. A experiência da Copa das Confederações 2013, ocorrida em meio a protestos populares, demonstrou, que em cidades sedes como Salvador - BA, o saldo de vendas para o comércio local, principal atividade econômica da cidade, foi negativo²⁶. Como desenvolver um país economicamente realizando um evento que prejudica suas atividades econômicas principais?

No fundo, os megaeventos, como negócio lucrativo, são realizados com total apoio do Estado, têm beneficiado muito mais às multinacionais parceiras e patrocinadores desses eventos, considerando que gozam de monopólio de venda dentro dos locais e áreas de interesse/exclusão do comitê organizador e entidades esportivas, isenções fiscais e outros inúmeros benefícios.

No contexto de crise do capital, na época imperialista, caracterizada pela predominância do capital financeiro, das guerras, da dívida pública, do monopólio, os megaeventos aparecem como possibilidade de expandir mercado, criando necessidades desnecessárias como, por exemplo, a construção e reconstrução da infraestrutura esportiva imposta pelo padrão FIFA e COI.

Esses indicadores da política de esporte no governo Lula e Dilma nos permitem afirmar que há uma tentativa de conciliar ou arbitrar os interesses de democratização do esporte com as forças do capital - empresas, COI, FIFA, ONU, ONGs, clubes, confederações. Esta política, sustentada no discurso da inclusão social, encontra na apropriação privada, através das parcerias, de quase todos os programas deste Ministério, limites para socializar o esporte. Estes interesses privados que não são homogêneos, mas se apresentam em graus de desenvolvimento que vão desde interesses particulares até interesses de acumulação monopolista de capital. Nenhum destes, objetivamente, possui identidade com a elevação do padrão cultural esportivo da classe trabalhadora.

Considerando o período histórico de transição que nos encontramos, é necessário que o governo (e o ME) reveja suas prioridades e com isso seus aliados. No âmbito da política de esporte, é necessário, além de romper com interesses privatistas e monopolistas, que o Estado retome sua função de provedor do direito do esporte na perspectiva consolidar um legado,

²⁶ Segundo matéria veiculada no Estadão, disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/selecao-universitaria/comercio-de-salvador-nao-se-beneficia-com-copa-das-confederacoes/>

papel que as ações atuais não cumprem. Assim, a política de esporte deve contribuir para o desenvolvimento econômico e social, voltando-se para o atendimento dos interesses da classe trabalhadora.

Com isso, não desconsideramos as condições em que o esporte se desenvolve determinadas pelo modo de produção e pela organização do poder político na forma de Estado burguês. Entretanto, não é possível se apoiar no modelo de inclusão social. A situação pede que o governo, protagonizado pelo PT, impulsione ou promova reformas que melhorem tanto as condições de vida da classe trabalhadora como as que permitam uma real e decisiva participação da classe trabalhadora através de uma real reforma do Estado.

4. O CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE DO CBCE (2003-2013): CONTRADIÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO/UNIVERSALIZAÇÃO E A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO

4.1 O COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E O GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) é uma entidade científica que reúne pesquisadores do Brasil, criada em 1978. A entidade é organizada em secretárias estaduais e Grupo de Trabalhos Temático (GTT) e uma direção nacional que lidera as ações. O evento principal da entidade é o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), que se reúne a cada dois anos e desde 2003, passou a ser realizado concomitantemente com o Congresso Internacional de Ciências do Esporte (Conice).

De acordo com o CBCE (2014), os GTTs são instâncias organizativas por: constituírem-se pólos aglutinadores de pesquisadores com interesses em temas comuns; pólos de reflexão e difusão do conhecimento; pólos sistematizadores do processo de produção do conhecimento, com o objetivo de parametrização das ações políticas das instâncias executivas do CBCE.

Atualmente, a entidade possui treze GTTs, a saber: Atividade Física e Saúde, Comunicação e Mídia, Corpo e Cultura, GTT – Epistemologia, Escola, Formação Profissional e Mundo do Trabalho, Gênero, Inclusão e Diferença, Lazer e Sociedade, Memórias da Educação Física e Esporte, Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Treinamento Esportivo. Cada um destes grupos é constituído de comitês científicos que integra pesquisadores com no mínimo a titulação de mestre. São estruturados a partir de uma Coordenação Nacional e estão vinculados à Diretoria Científica da entidade.

O GTT de políticas públicas, onde se localiza nosso objeto de investigação, do CBCE é responsável pelos

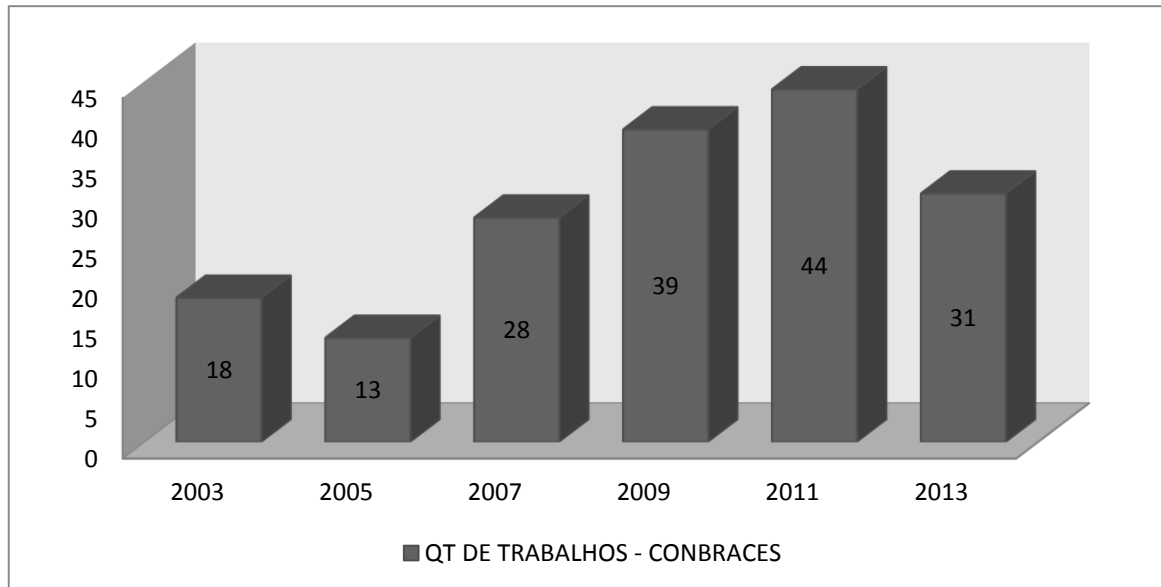
Estudos dos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de Educação Física, Esporte e lazer. Estudos das concepções, princípios e metodologias de investigação adotados na consecução de políticas públicas, voltados para a apreensão da produção de bens e serviços públicos relativos à Educação Física, Esporte e Lazer. (CBCE, 2014)

Esse GTT funciona basicamente em torno da realização dos Congressos Nacionais e Regionais da entidade que divulga chamadas de submissão de trabalhos e posteriores apresentações. Assim, nossas fontes de pesquisa encontram-se nos anais dos Conbraces e Conices, realizados no período de 2003 a 2013, e em especial, nas secções reservadas ao GTT de Políticas Públicas. Os anais são constituídos de trabalhos apresentados nos congressos, cujas regras de submissão, avaliação, apresentação e difusão são estabelecidas pelo CBCE.

Nesse período destacado, encontramos um total de 173 de trabalhos, conforme podemos ver no Gráfico 1, apresentados nos Conbraces e Conices. Foram objeto de nossa investigação apenas os trabalhos que tratam da política pública de esporte. Tal recorte justifica-se pela amplitude que os temas relacionados à Educação Física e Lazer nos remeteria. Com isso, não estamos desconsiderando que os três fenômenos, lazer, esporte e Educação Física tenham relações diretas e influências recíprocas. Essas relações se evidenciam quando muitos dos trabalhos procuram compreender estes fenômenos de maneira conjunta, o que nos levou a considerar também os trabalhos que tratam do tema do esporte associado a outros temas como ao lazer e a Educação Física. Assim, foram considerados todos os trabalhos que possuíam a discussão do esporte, associada ou não a outros temas.

O gráfico abaixo demonstra a quantidade de trabalhos apresentados no GTT de Políticas no período nas seis edições dos Conbrace e Conice, de 2003 a 2013.

Gráfico 1 – Quantidade de trabalhos apresentados nas seis edições dos Conbraces e Conices do CBCE - 2003 a 2013 - Por ano



Fonte: Anais dos Conbraces e Conices do CBCE realizados no período de 2003 a 2013

Elaborado pela autora

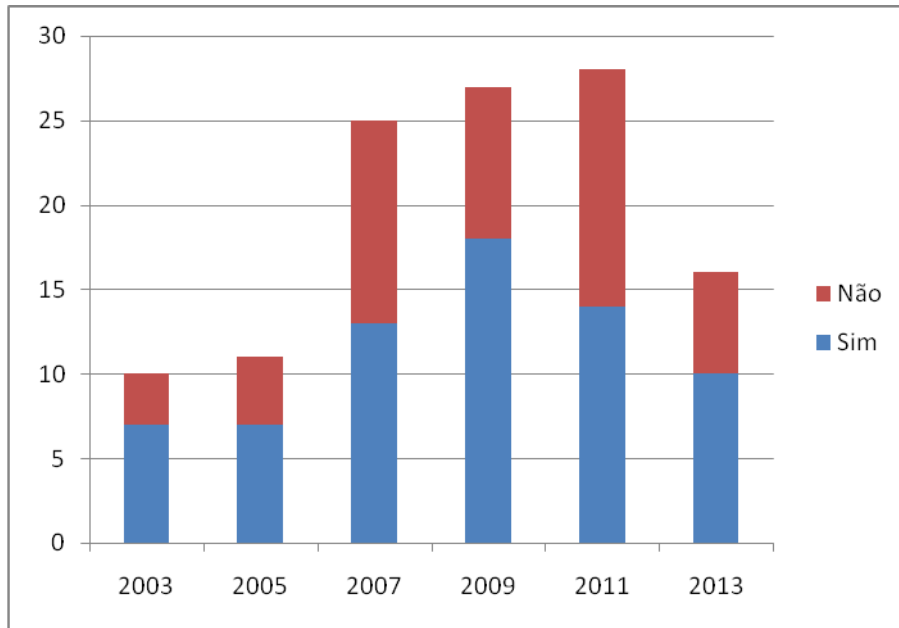
Observa-se um aumento da quantidade de trabalhos apresentados no GTT no período entre os anos de 2005 a 2011, enquanto que de 2003 para 2005 houve uma queda. Em 2013, a quantidade de trabalhos também diminuiu com relação à edição anterior. Comparando o ano de 2003, no ponto inicial, em que o GTT contou a apresentação de 18 trabalhos, com o ano de 2013, nosso ponto de chegada, com 31 trabalhos apresentados houve um aumento de quase 100% na produção.

Desse total de 173, retiramos uma amostra de 114 trabalhos, excluindo os trabalhos que tratam da Ed. Física, Lazer, Atividade Física e outros sem relação com o esporte, dos quais tivemos acesso apenas a 109 (cinco trabalhos dos anais do Conbrace e Conice de 2013, seção reservada ao GTT de políticas públicas, não foram disponibilizados quando estávamos coletando dados).

Desse total de trabalhos, realizamos um segundo recorte utilizando como critério os trabalhos que explicam a categoria esporte. Para extrair as explicações dos trabalhos sobre o esporte fizemos uma leitura completa dos artigos, destacando-as em quadros organizados por ano.

Abaixo, no gráfico 2, podemos ver, ano a ano, a quantidade de trabalhos que explicam e que não explicam o esporte:

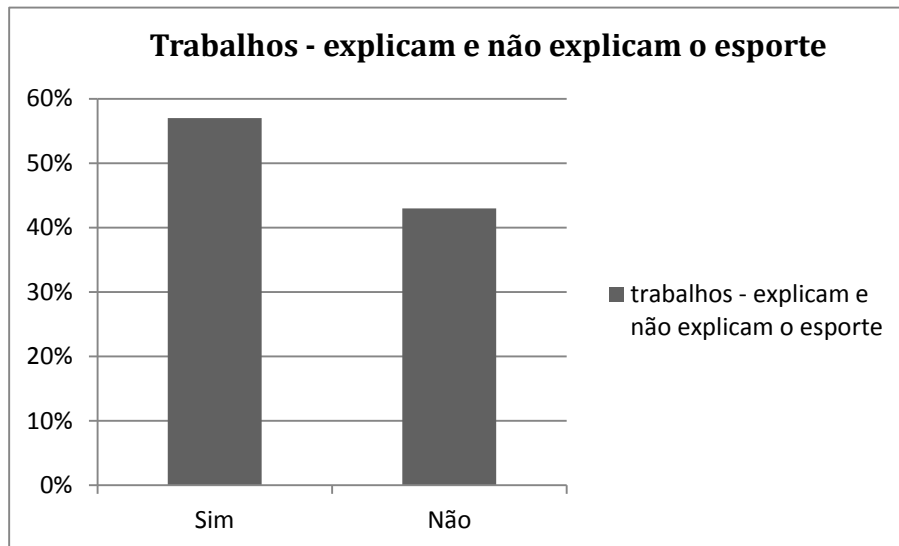
Gráfico 2 - Quantidade de trabalhos que explicam e que não explicam o esporte - Conbrace e Conice - 2003 a 2013 - Por ano



Fonte: Anais do Conbrace e Conice - GTT de Políticas públicas do - CBCE - 2003 a 2013. Elaborado pela autora

O gráfico abaixo expressa o quantitativo total dos trabalhos que explicaram e que não explicaram o esporte no período da nossa investigação:

Gráfico 3 - Quantidade total de trabalhos que explicam e que não explicam o esporte - Conbrace e Conice - 2003 a 2013



Fonte: Anais do Conbrace e Conice - GTT de Políticas públicas do CBCE - 2003 a 2013. Elaborado pela autora.

Esses dados apontam a ausência de categorias no conhecimento em políticas de esporte do GTT. Em geral, 43% trabalhos não explicam o esporte. Assim, expressa a pobreza categorial e pragmatismo do GTT ou falta de aprofundamento das análises em teses e dissertações sobre políticas públicas de esporte, conforme indica, respectivamente, Húngaro et al(2008) e Figueiredo(2013).

Demonstrado isso, nossa atenção se voltou aos trabalhos que explicaram o que é o esporte a fim de identificar um núcleo de trabalhos críticos do esporte.

4.2 O NÚCLEO DOS CRÍTICOS DO ESPORTE DO GTT EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO CBCE

A busca pelos trabalhos críticos do esporte inspirou-se no procedimento de organização, classificação e análise adotado no livro *Escola e Democracia*, capítulo *As teorias da Educação e o problema da marginalidade*, de Saviani (2009). Particularmente, nossa forma de proceder considerou a relação do esporte com a sociedade - os condicionantes objetivos do esporte - e em especial os condicionantes objetivos para a democratização/universalização do esporte.

A concepção de condicionantes objetivos é proveniente de uma leitura materialista histórica e dialética da realidade. Por isso, nem sempre iremos encontrá-lo nos trabalhos tal como nós marxistas cunhamos. Entende-se que todo fenômeno social é condicionado objetivamente pela formação social e econômica que se move a partir da luta de classes antagônicas e inconciliáveis, que os determina, em última instância. Por isso, que afirmamos a incidência sobre os fenômenos de múltiplas determinações. Assim, outras tradições teóricas não vão perceber os condicionantes objetivos ou vão percebê-los de outra maneira.

Estamos considerando condições objetivas para democratização /universalização do esporte: recursos humanos, infraestrutura, materiais e equipamentos, espaços, orçamento e financiamento, ordenamento legal, administração/gestão e sistemas que estabeleça responsabilidades e atribuições dos entes estatais responsáveis, programas e projetos.

Assim, nesse núcleo encontramos diversos níveis de apropriação e expressão da realidade que estamos investigando. Por identificação com as características apresentadas por

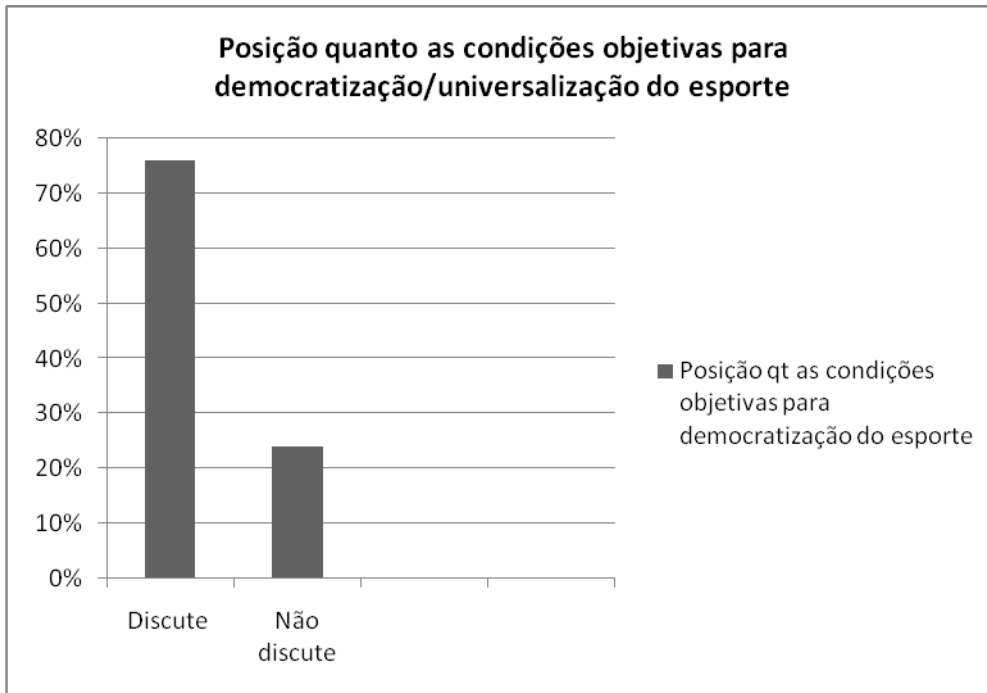
Saviani (2009), APÊNDICE A, classificamos como *críticas* as formulações dos trabalhos sobre esporte a partir de aproximações. Isso não significa que todos os trabalhos apresentem todas as características que nosso autor indica. Na exposição detalhada veremos que essas diferenças de aproximação se dão por diferenças teóricas, portanto, de concepção de mundo.

Os críticos, de uma maneira geral, consideram que o esporte não possui autonomia para resolver/corriger os problemas sociais, diferentemente do que propõem a perspectiva não-crítica. De um lado, há formulações que avançam um pouco mais considerando que o esporte é condicionado pela formação social, seja como veículo das características e valores do capitalismo, seja subordinado à indústria cultural, cuja referência é a espetacularização e mercantilização, seja vinculado ao trabalho, seja como expressão dos interesses dominantes (imperialistas e da masculinidade). Essa condição coloca o esporte, na visão destes trabalhos, como uma atividade: a) funcional, instrumental e que possui funções de integração na sociedade - como de correção dos problemas sociais, ocupando o tempo livre de jovens e crianças pela via da internalização de comportamentos e valores como a disciplina e hábitos saudáveis, como meio de recuperar a força de trabalho através do alívio das tensões, como meio de educar para os valores econômicos da racionalidade técnica e disciplina requerida ou como instrumento de viabilizar outros direitos, garantir a cidadania; b) que exclui os indivíduos já que assenta-se na comparação, rendimento, sobrepujança, seleção, no máximo rendimento competitivo, especialização, consumismo; c) que passa por um processo de filantropização; d) reconhecido pelo Estado como direito individual; e) que através de suas instituições tenta se legitimar socialmente.

Do outro lado, há formulações que apesar de direcionar a crítica a esses mesmos pontos citados acima, vinculam os condicionantes do esporte a pluralidade de interesses e arranjos institucionais que permeiam o Estado encarnado nas ações de sujeitos e grupos que o constituem. Essa perspectiva concebe uma autonomia relativa do esporte. Entretanto, superando os críticos reprodutivistas, discutem o esporte do ponto de vista dos interesses de democratização/universalização, passível de ser acessado por todos, um direito social, problematizando em que condições objetivas [o termo é nosso] estes últimos interesses podem se realizar. Essa postura dá conta que esses autores confrontam a perspectiva de esporte instrumentalista funcionalista e individualista burguesa alicerçada na meritocracia e seletividade e no bem estar a ser adquirido através da compra.

Seguindo esses critérios chegamos a um grupo *de trinta trabalhos*. Desses *trinta* que consideram a democratização/universalização apenas *vinte e dois*, que correspondem a 76%, a fazem assinalando as condições objetivas para a democratização e universalização do esporte, enquanto que *sete*, que corresponde a 24%, não a assinalam, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Críticos - Percentual de trabalhos que discutem e não discutem as condições objetivas para a democratização/universalização do esporte

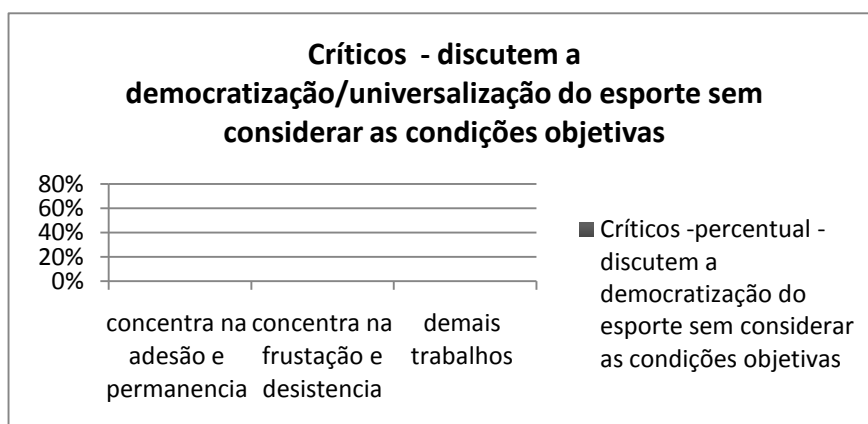


Fonte: Anais do Conbrace e Conice - GTT de Políticas públicas do CBCE - 2003 a 2013. Elaborado pela autora

No grupo de trabalhos críticos que **não** discutem as condições objetivas, compreendendo 24% dos trabalhos, encontramos uma **tendência** que discute o esporte como direito social, mas a maior preocupação é com *adesão e permanência e a frustração e desistência* de homens e mulheres nas práticas de esporte e lazer, cujos percentuais de abrangência podemos identificar a seguir.

4.2.1 As políticas de esporte, as questões de gênero e o distanciamento das discussões sobre a democratização e universalização

Gráfico 5 - Tendências dos trabalhos críticos que discutem a democratização do esporte sem assinalar as condições objetivas



Fonte: Anais do Conbrace e Conice - GTT de Políticas públicas do CBCE - 2003 a 2013. Elaborado pela autora

Essa tendência, emergente, conforme demonstra o gráfico 6 e no APÊNDICE B, apesar de concentrar esforços na discussão das *diferenças individuais e igualdade de gênero* não chega, ainda, a encerrar uma contradição com os interesses de democratização e universalização do esporte.

Essa ênfase conferida a estas questões acima mencionadas se dá porque estes trabalhos *identificam o esporte de rendimento como um símbolo e expressão da masculinidade*. Dessa forma, é possível encontrar neles a problematização, principalmente, dos fatores que excluem a mulher das práticas, como por exemplo, a questão do tempo livre.

Para nós, a igualdade entre gêneros na sociedade capitalista é uma questão democrática que, no seu conjunto, não foi resolvida em países como o Brasil. Entretanto, na nossa avaliação, é necessário abordar a questão de forma que não a oponha aos direitos que todos os indivíduos possuem, nesse caso, independente do gênero, de acessar democraticamente as práticas esportivas. É necessário, da mesma forma, que as *reivindicações e aspirações democráticas* sejam levantadas, de forma consciente, considerando as condições objetivas de sua realização e sua ligação com uma perspectiva revolucionária, na medida em que se chocam com as características degradantes e destrutivas do capitalismo, cujos padrões de civilidade têm sido reduzidos.

Por isso, a discussão do esporte a partir de categorias como frustração e desistência, adesão e permanência, por si só, dificilmente contribuirá com proposições superadoras para o esporte. Por esse viés, corre-se o risco de cair na armadilha individualista liberal burguesa.

Os demais trabalhos que discutem a democratização do esporte sem mencionar as condições objetivas não serão objeto de análise porque as discussões que realizam se apresentam de forma mais desenvolvida no grupo dos trabalhos que consideram a democratização/universalização do esporte assinalando as condições objetivas para tal.

4.2.2 As políticas de esporte, a apropriação privada do fundo público e a participação: condições e contradições para a democratização e universalização

No grupo dos trabalhos que assinalam tais condições objetivas, 22, aparece hegemonicamente a discussão da **gestão e administração e do financiamento**, sendo que cada uma destas condições está presente respectivamente 73% e 68% dos trabalhos conforme demonstra a tabela abaixo. (APENDICE C)

Tabela 2 - Núcleo críticos -percentual e quantidade de trabalhos que discute cada condição objetiva para democratização e universalização do esporte

CONDIÇÃO OBJETIVA	PERCENTUAL	QT
Espaços, Equipamentos, Infraestrutura e Materiais	23%	5
Financiamento/orçamento	Aprox.73%	16
Programase Projetos	18%	4
Recursos humanos	23%	5
Administraçãoe Gestão	68%	15
Tempo Livre	9%	2
Outras julgadas pelos autores (consciência do esporte como direito, não hierarquização das necessidades básicas do ser humano, luta constante dos cidadãos)	Aprox. 14%	3

Fonte: Anais do Conbrace e Conice - GTT de Políticas públicas do CBCE - 2003 a 2013. Elaborado pela autora

Ater-nos-emos apenas nos trabalhos que tratam das condições objetivas financiamento/orçamento e gestão e administração. Nossa opção por discutir essas condições

e não outra se dá pela sua recorrência e regularidade no conjunto da produção. Ademais, nessas duas categorias estão em relevo os interesses contraditórios com a democratização e universalização do esporte que objetivamos explicitar.

No interior do financiamento e da gestão temos diversos aspectos e assuntos a serem abordados. Concentraremos nossa análise na privatização (apropriação privada do fundo público) e na participação/integração como aspectos que tencionam e contradizem os aspectos de democratização/universalização no interior da política de esporte.

Nesses trabalhos, que discutem a gestão e o financiamento encontramos *dois tipos de formulações* sobre as políticas de esporte e o problema da democratização e universalização do esporte, a saber: *um que a concebe a partir das contradições; um que não a concebe a partir das contradições*. Esta última forma discute as políticas públicas de esporte a partir das *diferenças e pontos fortes e pontos fracos* (vantagens e desvantagens).

Quadro 1 - Críticos - gestão e financiamento - contradições e diferenças para a democratização e universalização do esporte - autores e quantidade de trabalhos

TIPO DE FORMULAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS DE ESPORTE	AUTORES / QT.
<i>As políticas de esporte são concebidas a partir das diferenças e os pontos fortes e pontos fracos (vantagens e desvantagens)</i>	Linhales e Vago (2003); Guimaraes e Valadares (2009). Total – 2
<i>As políticas de esporte são concebidas a partir das contradições</i>	Húngaro e Oliveira (2005); Carneiro, Mascarenhas (2013); Sousa, Correia, Vieira (2011); Silveira (2011); Terra et al(2009); Bonalume (2009); Veronez (2007); Moraes e Gomes (2009); Araújo (2013); Cunha et al(2009); Leonildio et al (2011B); Lião Júnior, Sampaio, Behmoiras (2009); Oliveira, Suassuna, Trompieri filho (2013), Araújo, Dominici e Cardoso (2009). Total - 14
NÚCLEO APROX. CRÍTICOS - DISCUTEM FINANCIAMENTO E GESTÃO - 16 TRABALHOS	

O grupo de trabalho que concebe *as políticas de esporte a partir das diferenças e os pontos fortes e pontos fracos (vantagens e desvantagens) como podemos ver é menos numeroso*. Esses trabalhos possuem relação com nosso problema, mas tratam do que buscamos a partir de **outras perspectivas** teóricas, estamos considerando- os a fim de apontar suas contradições e contribuições. Essa consideração se fará tendo em conta, de uma só vez, tanto a discussão sobre o financiamento/orçamento quanto da gestão e administração com destaque para a posição sobre a **privatização, a seletividade e a participação**.

A formulação que considera as *diferentes* perspectivas de conceber as políticas públicas de esporte e dentre elas a que trata o esporte como um direito social é encontrada no estudo de Linhales e Vago (2003). Esses autores tratam em especial da relação entre duas *instituições*: Esporte e Escola.

De maneira geral, os autores consideram que é possível perceber em diferentes períodos da história a centralidade do Estado no processo de organização do esporte no Brasil. Essa presença forte *não deve ser alvo de macro explicações*, pois, encontra-se permeada por uma *pluralidade de interesses e arranjos institucionais* de natureza cultural, ideológica, econômica e política, exigindo *estudos específicos* das praticas mobilizadas em torno do esporte em suas diversas manifestações. (LINHALES E VAGO, 2003, p.1, grifos nossos).

No que diz respeito às *políticas públicas de esporte* na instituição escolar, estes autores indicam a existência de duas perspectivas impostas pelo Estado: uma que afirma a escola como um *celeiro de atletas* para o esporte de rendimento e outra que concebe o esporte como *panaceia dos males sociais* (instrumento de combate à violência, ao consumo e tráfico de drogas, à gravidez na adolescência, ao fracasso escolar e etc). Segundo os autores, ambas instrumentalizam a escola, por sua característica educativa, e o esporte, usando-os para fins externos a si próprios. Entretanto, para os autores, é justamente nesse ponto que se *empobrece a seu aspecto educativo*: o esporte não se configura para a escola como *objeto de uma aprendizagem cultural em si mesma significativa*, mas como *recurso no combate às mazelas*

da sociedade. Dito de outro modo: questões que não se relacionam com o esporte acabam conformando a necessidade de seu ensino. (LINHALES E VAGO, 2003, p.5, grifos nossos).

A escola, por sua vez, de acordo com os autores, adere às políticas públicas para resolver suas deficiências e problemas: precariedade de materiais e equipamentos; problemas disciplinares; necessidade de visibilidade e legitimidade na sociedade; demarcação de tempos e espaços escolares; mercado das escolinhas, dentre outros. (LINHALES E VAGO, 2003, p.4)

Refutando essas duas concepções, os autores partem de um princípio fundamental: *o esporte e a escola são práticas culturais compreendidas como direitos sociais universais*. Portanto, não devem ser praticados em razão do *poder de compra* das pessoas e *nem da participação meritocracia e seletiva que privilegia os talentos e destaques*. Assim, o eixo norteador da inclusão do esporte na escola, deve estar baseado *princípios democráticos e inclusivos* (LINHALES E VAGO, 2003, p. 5).

Para os autores, a escola produtora de cultura e direito de todos que inclui o esporte, como direito de todos, deve organizar-se em torno de *outros códigos, sensíveis às diferenças*:

Uma escola como *direto de todos*, que inclui um esporte como direito de todos, organiza-se em torno de outros códigos, sensíveis *às diferenças* que se expressam nos corpos, nos ritmos, nos interesses, nas habilidades, nas relações de gênero, de etnia. *Diferenças* que não devem permitir hierarquias ou classificações. Este princípio chega a soar estranho quando consideramos os primados da *eficiência e da produtividade* que vêm predominando na consolidação social tanto da escola como do esporte. Por vezes, parece-nos quase impossível *fazer diferente*. Pensar no aluno como criança, como jovem ou como adulto, e não como atleta; pensar como educador, e não como técnico esportivo; pensar a *reconstrução permanente das técnicas e das regras, e não na sua padronização e imutabilidade*; pensar que os tempos e espaços escolares são diferentes dos tempos e espaços próprios ao modelo esportivo de alto rendimento. (LINHALES E VAGO, 2003, p.5, grifos nossos)

Estes princípios democráticos e inclusivos revelam a intenção dos autores de conceber a *convivência pacífica com interesses contraditórios* no interior das políticas públicas de esporte, como se possível fosse. Propõem a abertura de linhas de financiamento público para os projetos de esporte escolar elaborados com autonomia pela escola, justificando-as pela destinação de recursos públicos às Federações e Confederações:

[...] Abrir linhas de financiamento para projetos de esporte gestados na escola torna-se inovação necessária. *Se recursos públicos são destinados às*

Federações e Confederações, por que não também para as Escolas? Mas, aqui, inverte-se o procedimento que vem sendo adotado: o propósito é o incentivo às Escolas a elaborarem seus próprios projetos de esporte, a serem financiados em caso de aprovação (certamente que por comissão idônea). Legitima-se com isso a Escola como lócus de produção de uma cultura escolar de esporte, com autonomia na aplicação de recursos em suas necessidades e interesses. (LINHALES E VAGO, 2003, p.6, grifos nossos)

Além disso, propõem a construção de *órgãos de deliberação partilhada* de composição democrática e igualitária para *ouvir todas as vozes*:

[...] Constituir ou (re) construir organismos de deliberação partilhada é um imperativo. No plano federal, uma *Câmara Setorial de Esporte*, e Conselhos de Esporte nos âmbitos estaduais e municipais. O desafio aqui não se expressa na formalidade de sua existência, já que órgãos dessa natureza já são até comuns. Ele está em garantir sua composição democrática e igualitária, nunca experimentada. Ainda que não reduzam sua intervenção ao esporte escolar, é ele muitas vezes o alvo de políticas aí traçadas. É então que *diferentes interlocutores* devem ser *protagonistas* desses organismos, especialmente aqueles historicamente silenciados, entre os quais entidades acadêmicas e científicas, estudiosos e, particularmente, os sujeitos da escola. *Ouvir todas as vozes*, superando a voz predominante de entidades tradicionalmente reguladoras do esporte (Federações, Confederações...) e dos próprios governos. Eleição democrática de seus membros é exigência. (LINHALES E VAGO, 2003, p.6, grifos nossos)

Do ponto de vista de uma formulação crítica, os autores corretamente direcionam sua crítica a *seleção, a meritocracia e o bem estar buscado pelo individualmente através da compra* presente no interior das políticas públicas de esporte, mas lançam uma formulação *conciliatória* de política pública de esporte porque *não questionam os interesses dominantes* das Entidades de Administração do Esporte (federações e confederações), interesses privados animados justamente pela seleção que caminham na direção contrária a universalização e democratização.

Além disso, essa formulação conciliatória advinda de uma perspectiva pautada na *pluralidade de interesses e arranjos institucionais* mesmo que avance na descoberta de alguns deles, o que lhe confere um caráter parcialmente crítico, não chega às causas últimas da política pública de esporte: os interesses materiais. Ao contrário, os rejeita deliberadamente, retendo uma saída que supere os interesses privados e seletivos na política pública de esporte.

Outro trabalho que se diferencia das formulações que levam em conta as contradições é o de Guimarães e Valadares (2009). Estes autores trabalham com os “pontos fracos e pontos fortes” presentes na legislação do Estado de Goiás para o aumento da participação de alunos nas práticas desportivas escolares. Partem de uma perspectiva de política pública com

componentes idealistas e funcionalistas, pois sustentam-se na *convivência, no interesse comum, nos costumes, na tradição*:

Las sociedades antiguas se organizaron a partir de la aproximación de personas que formaban parte de un mismo grupo, que vivían en las mismas regiones, que tenían los mismos intereses y que hablaban el mismo idioma y que fueron el embrión de lo que hoy llamamos países. Cada país, a partir de sus gobiernos, establece normas *generales de convivencia para toda la gente que constituyen los orígenes de las políticas públicas*.

Em el contexto de esta investigación, llamaremos políticas públicas al conjunto de normas generales y específicas que fueron creadas por el gobierno para el bien estar de la gente del país. Las políticas públicas de un país suelen representar las síntesis de las costumbres, intereses comunes y tradiciones de la gente de ese país. Si esto no ES así, las políticas públicas deben ser, como mínimo, cuestionadas. (GUIMARAES E VALADARES, 2009, p.1 - 2, grifos nossos)

Os autores indicam que a existência de diretrizes e princípios gerais com base na *democratização do acesso e liberdade de participação* para todas as pessoas constitui uma *vantagem* para ampliação da participação de escolares em práticas esportivas. No que diz respeito aos pontos relacionados à administração, gestão e financiamento os autores indicam:

a) *pontos fortes*: a indicação da alocação prioritária de orçamentos públicos em normas nacionais e estaduais para esporte educacional; a indicação da criação e funcionamento de estruturas e órgãos a nível estadual para o desenvolvimento do esporte e esporte educacional;

b) *pontos fracos*: abertura para a alocação de orçamentos públicos para o esporte de rendimento em casos específicos, sem esclarecer que casos são estes; falta de fiscalização do governo central com o funcionamento de estruturas estaduais, instituições e órgãos determinados por legislação nacional; falta de clarificação das responsabilidades e poderes de cada um das repartições (órgãos) da administração estadual e desenvolvimento do desporto e do desporto educação. (GUIMARAES E VALADARES, 2009, p. 13 - 14, tradução nossa).

Assim, podemos concluir que as contribuições destes autores consistem na constatação do caráter contraditório ou diferente do esporte seletivo e alto rendimento com o esporte de acesso democrático garantido por políticas públicas. De certa forma, essa maneira de ver, se choca com uma visão individualista e seletiva. Entretanto, verifica-se na formulação dos autores a intenção de conciliar interesses; uma saída um tanto **idealista** quando atribuem à escola o papel de produzir uma **cultura escolar de esporte** já que tanto a escola como o esporte possui determinações que lhe são exteriores, não possuindo assim uma **autonomia relativa**.

Embora consideremos a forma de ver destes autores a nossa apreciação principal e prioritária será dos demais trabalhos que expressam contradições.

4.2.1.1 O financiamento das políticas públicas sociais e a democratização/universalização de esporte: entrave da apropriação privada do fundo público

Pelo prisma do financiamento, as contradições da política pública e social de esporte, na maioria dos trabalhos, emergem da discussão das *contradições entre o público e o privado* notadamente em Araújo, Dominici e Cardoso (2009), Bonalume (2009), Carneiro e Mascarenhas (2013), Húngaro e Oliveira (2005), Moraes e Gomes (2009), Silveira (2011), Sousa, Correia, Vieira (2011), Terra et al(2009), Veronez (2007), Araújo (2013). Em uma minoria de trabalhos, precisamente em Oliveira, Suassuna, Trompieri Filho (2013), Cunha et al (2009) aparece uma discussão sobre o *orçamento participativo* como um elemento de democratização das políticas públicas sociais de esporte e mecanismo de participação.

Não trataremos do orçamento participativo nesse estudo. Concentraremos nossa análise na apropriação privada do fundo público porque o **orçamento participativo** não representa de uma maneira mais completa as contradições originadas na luta pela apropriação do fundo público. Os outros motivos que nos distancia da discussão desse viés do orçamento diz respeito a pouca recorrência com que aparece e a falta de profundidade com que é tratado. Ademais, a discussão sobre o orçamento participativo esta contemplada nas análises que realizamos sobre a participação na política de esporte.

Na produção, o público e o privado se relacionam a partir da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada *através de leis de incentivos e isenções fiscais ou o repasse direto ao setor privado*. Dessa forma, ganha destaque a discussão sobre a apropriação do *fundo público* pela iniciativa privada. Aparecem também, de forma menos recorrente, o que estamos denominando de *formas de apropriação particular de recursos públicos* que aparentemente estariam servindo a interesses públicos e coletivos, mas uma observação mais apurada descortina toda essa aparência.

Os autores explicam a contradição entre o público e o privado, com os interesses deste último predominando, no interior das políticas públicas sociais de esporte, a partir da adoção de *traços neoliberais pelo Estado* que repassa a responsabilidade de suas funções para a sociedade (iniciativa privada, mercado) e para o indivíduo. Isso porque essa *nova agenda neoliberal impactou as políticas sociais reduzindo seus custos*. Particularmente, alguns trabalhos sinalizam, sem aprofundar, que a relação entre a esfera pública e privada na política de esporte é histórica, com o predomínio da presença das Entidades de Administração do Esporte.

Diante do que expomos anteriormente, é possível identificar que os traços contraditórios mais comuns, com a democratização e universalização do esporte, expressos na produção do conhecimento sobre políticas públicas de esporte são a *privatização, o instrumentalismo (salvacionismo) e a hierarquização das manifestações do esporte com predominância do esporte de alto rendimento*. Verifica-se também menção às características como a *seletividade, o assistencialismo, a localização e a focalização, a filantropização, o funcionalismo e a perspectiva da negação da política (integração)*.

É importante salientar que esses traços característicos, dentre os quais a privatização ganha relevo e importância fundamental, se relacionam entre si, sendo que é impossível compreender a política de esporte sem compreendê-los em seu conjunto. Assim, não é possível analisá-los separadamente. Estes traços ganham materialidade e cor em uma série de iniciativas que nós estamos denominando de *formas de apropriação privada e particular do fundo público do esporte* nas quais é possível enxergar quem são os sujeitos, grupos e classes privilegiadas.

Essas formas não aparecem em relevo em todos os trabalhos. Muitos trabalhos as mencionam apenas na sua acepção mais genérica. Isso ocorre não só, mas também, por conta da diferença temporal entre os trabalhos. Algumas dessas formas ainda não existiam quando certos estudos foram publicados. Assim, estamos considerando aqueles que apresentam as formas de apropriação privada [na política de esporte] genéricas como o menos desenvolvido da preocupação dos intelectuais como a *apropriação privada do fundo público*.

Dessa forma, é possível identificar no conhecimento as seguintes formas de apropriação privada do fundo público:

- 1) Lei Agnelo/Piva - que destina 2% do valor arrecadado com as loterias esportivas federais ao COB e CPB;
- 2) Patrocínios de empresas estatais ao esporte de alto rendimento;
- 3) Financiamento de megaeventos esportivos que relaciona o esporte ao desenvolvimento econômico;
- 4) Isenções, incentivos e renúncias fiscais, e em particular a Lei de Incentivo ao Esporte - Lei Nº 11.438/06: esta lei prevê a busca de *patrocínios e doações de empresas* para a realização de projetos esportivos e paradesportivos. No entanto, essas doações, devem ser abatidas no Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas. Essa lei teve forte apelo nas Conferências Nacionais de Esporte, conforme nos indicou Terra et al(2009). O debate sobre as isenções e incentivos no conjunto de trabalhos não é homogêneo. Autores como Veronez (2007) os tratam como uma forma de ampliar os recursos para o esporte, tendo o mesmo efeito que retirar recursos de outras fontes.
- 5) Composição do superávit primário: como o orçamento do esporte está entre os 10% dos recursos não vinculados constitucionalmente. Por isso, as dimensões do *esporte educacional e participação* sofrem com oscilações decorrentes da pressão do mercado financeiro. Isso porque é desse percentual que direciona-se recursos para compor o superávit primário que é a fonte do pagamento dos juros da dívida do Estado.

Dessa forma, parte dos recursos destinados a estas duas dimensões é facilmente apropriado pelos *capitalistas* que integra a fração rentista e parasitaria. Este debate aparece de forma mais demorada e aberta apenas em Veronez (2007).

Verificamos também no conhecimento uma forma de apropriação do fundo público para atender *interesses particulares* a partir do acréscimo de recursos ao orçamento do esporte através de Emendas Parlamentares de bancada e da aprovação da Lei do Bolsa Atleta. O programa Bolsa-atleta visa à destinação de recursos financeiros a **atletas** que não possuem condições de se manterem no cenário esportivo.

Na nossa avaliação, as efêmeras e imprevisíveis emendas de bancada têm sua aplicação dependente da vontade e interesse, que muitas vezes não tem identidade nenhuma com a

democratização e universalização do esporte, dos representantes do povo no Congresso Nacional.

Diante desse cenário de apropriação particular e privada do esporte, é de extrema relevância destacar e evidenciar a crítica de alguns autores as tendências na política de esporte.

Essa crítica apareceu em 2005 com Húngaro e Oliveira (2005) afirmando que há uma *elevação do orçamento voltado ao esporte de alto nível* enquanto que o direito social ao esporte e lazer como possibilidade contra hegemônica vem sendo atacado pelos ajustes neoliberais. “Trata-se de uma *contradição aparente*, pois os *ajustes neoliberais* têm por foco os direitos que representam possibilidades contra hegemônicas e, certamente, não é este o caso do esporte de alto nível.” (HÚNGARO E OLIVEIRA, 2005, p. 3273, grifos nossos).

No mesmo sentido, a crítica é expressa também por Veronez (2007, p. 5) que indica que apesar das dificuldades impostas pela lógica do orçamento, a desvinculação constitucional, por exemplo, *os setores vinculados às elites esportivas sempre encontraram formas de subsidiar suas atividades com os fundos públicos*.

Terra et AL (2009), por sua vez, corrobora com as afirmações anteriores constatando que o *esporte de rendimento, historicamente, parece estar melhor protegido e caracterizado pelos aparatos legais construídos ao longo da história* e também ao longo das Conferências Nacionais de Esporte. Além disso, para estes autores, mesmo se o programa Bolsa Atleta representa um avanço relação ao *financiamento público do esporte* no Brasil, em sua essência *hierarquiza as manifestações*, privilegiando o esporte de rendimento em detrimento à carência de recursos destinados ao esporte participativo e ao esporte educacional.

No mesmo sentido, Sousa, Correia, Vieira (2011, p. 11) afirmam que em geral, as contradições entre o público e o privado, em certa medida, *dão continuidade às formas e padrões estabelecidos historicamente* entre o *Estado* e a *sociedade esportiva organizada* apontando para a subordinação das políticas públicas ao mercado. Na mesma direção, há uma inflexão quanto aos objetivos de universalização, sendo mais presente o discurso da democratização, porém com orientações claramente voltadas para a legitimação e legalização do uso do fundo público para o financiamento do esporte de rendimento e espetáculo.

Por fim, Araújo (2013, p. 5), identifica uma supremacia dos megaeventos esportivos em relação ao “maior programa sócio-esportivo do mundo”, o Programa Segundo Tempo. A decisão de sediar estes eventos é uma demonstração da convergência entre a política de esporte e a política econômica, na perspectiva do que alguns autores estão denominando de neodesenvolvimentismo. Ainda segundo esta autora, essa orientação da política de esporte coloca em xeque o discurso em torno da valorização dos aspectos sociais do fenômeno esportivo e de sua garantia como direito social.

Há um sentido de continuidade na crítica que os autores realizam as tendências na política de esporte. Esta crítica nos fornece elementos para concluir que há na política de esporte a seguinte tendência: de um lado, de *legalizar e institucionalizar* o uso do fundo público para dimensão do esporte de alto rendimento e de *privatizar e filantropizar* as demais dimensões ou que expressam características tão hegemônicas. Essa tendência compõe outra tendência mais abrangente que é a *hierarquização das manifestações do esporte que privilegia o esporte de rendimento em detrimento à carência de recursos destinados ao esporte participativo e ao esporte educacional*. Essas tendências que são contraditórias com a democratização do esporte têm como substrato principal a privatização.

Essa privatização e filantropização, segundo os autores, têm consequências para a perspectiva de esporte no interior das políticas públicas sociais. Essa relação é mediada pela focalização, localização e pontualidade determinadas pela destinação insuficiente de recursos, fruto dos ajustes fiscais, a estas ações que devem tendencialmente ser realizadas em parcerias com o setor privado.

Em geral, é possível identificar que os autores fazem uma relação entre a política focal e a concepção do *esporte como remédio das mazelas sociais*. Isso por que, segundo eles, a concepção *focal, localizada e pontual de intervenção social*, isto é, a política de esporte, como a política que pode resolver os problemas, os quais requerem uma ampla intervenção constituída de um conjunto de políticas, reside também nos projetos sociais realizados tanto pelo setor privado - ONGs e empresas - quanto pelo Estado. Uma forma mais elaborada e completa dessa crítica a forma e concepção de esporte animada nas políticas públicas e sociais pode ser apreendida na crítica ao *esporte social*. Dessa forma, é possível concluir que estes aspectos que compõem o esporte social pode ser encontrado conhecimento de forma mais desenvolvida e menos desenvolvida.

Em suma, os autores, notadamente Veronez (2007) e Silveira (2011), denunciam que a perspectiva do *esporte social*, comum nos projetos sociais desenvolvidos em comunidades pobres ou carentes, pauta a resolução de problemas sociais, através da ocupação do tempo livre, como afastar crianças e jovens da criminalidade, drogas e violência, além de promover sua ascensão e inclusão social. Eles explicam que todo esse poder que o esporte supostamente teria se dá pela internalização de valores como disciplina e hábitos saudáveis e pela possibilidade de profissionalização de jovens pobres na área do esporte. Para os autores, longe de resolver os problemas sociais, que são inerentes ao modo de produção, esse discurso, na verdade, esconde e mistifica a realidade e retoma os princípios da pirâmide esportiva na qual as demais dimensões servem de base para o topo que representa a dimensão do alto rendimento.

Dessa forma, é interessante destacar a tese de que o esporte social se coloca em contraposição ao esporte como direito social garantido pelo Estado defendida por Silveira (2011). Este autor afirma que a perspectiva de esporte social, ao sustentar-se na co - atuação *dos três setores*, implica na *negação* da *lutapolítica* pelos direitos sociais, refletindo uma perspectiva funcionalista e de integração social e constituindo-se uma perspectiva *reacionária*.

Veronez (2007), por sua vez, no mesmo sentido, atribui ao esporte social um caráter conciliatório e reacionário.

Crítica ao conhecimento do GTT de políticas públicas

O debate sobre a apropriação privada e particular do fundo público nos propiciou explicitar os aspectos contraditórios com a universalização e democratização na política de esporte que, a partir de nossa visão de mundo, refletem as contradições mais gerais do modo de produção capitalista entre as forças produtivas e as relações de produção, isto é produção coletiva e apropriação privada.

Essa apropriação privada do fundo público serve a sujeitos que desenvolvem o esporte na perspectiva seletiva, do alto rendimento, como um bem a ser oferecido pelo mercado, cujo valor de troca se sobressai, de um lado. Enquanto que do outro lado, essa mesma apropriação privada permite que setores privados ofereçam o chamado esporte social em uma perspectiva focal e que se articula com a dimensão do alto rendimento como local de detecção de talentos, isto é, como a base da pirâmide esportiva.

Considerando o fato de que a seletividade é um aspecto interno e hegemônico do esporte e que é também um traço das políticas sociais atualmente na forma de focalização da intervenção (BEHRING E BOCHETTI, 2011), podemos concluir que o esporte social é duplamente seletivo. Assim, pelo modo que é realizado, pelo que ele representa, concordando com Silveira (2011) ele se contrapõem a uma perspectiva de universalização e democratização.

Ainda em relação à apropriação privada do fundo público, foi possível verificar que o orçamento do esporte possui determinações *estruturais do Estado brasileiro* que demarca e determina previamente *a amplitude do espaço de disputa de interesses, ínfimo por sinal*. Dessa forma, se determina e se garante previamente o atendimento de certos interesses do esporte de alto rendimento na legislação, aparente estatização, enquanto que as demais dimensões/manifestações do esporte seguem desprotegidas e sujeitas ao humor do mercado especulativo e da “boa vontade” de certas empresas e parlamentares. Essa apreciação dos aspectos estruturais do orçamento é pouco recorrida na produção, somente vistas de maneira mais viva no estudo de Veronez (2007).

Entretanto, há diferentes e contraditórias posições dos autores acerca das formas de apropriação privada do fundo público. Contraditoriamente com os demais autores verifica-se que Veronez (2007) trata com naturalidade a privatização dada através dos *incentivos e isenções fiscais a entes privados*. Essa naturalidade pôde ser observada na afirmação de que criar leis de incentivo tem o mesmo efeito de relocar recursos de outras fontes já que no primeiro caso o governo deixa de arrecadar.

Não podemos tratar os *incentivos e isenções fiscais a entes privados* com naturalidade porque não seguem a lógica democrática e nem republicana. Os projetos desses entes não possuem legitimidade, não foram apreciados e eleitos pela maioria da população, integrando projetos privados e particulares, mesmo se realizam funções que são do Estado (como é o caso das organizações públicas não estatais) não podem assumir um caráter universalizante. A perspectiva de política e de esporte que estes animam, produzem e reproduzem é limitada, focal e localizada.

Diante do exposto, o conhecimento evidencia as contradições do fundo público apontada, a seguir, por Bering e Boschetti (2011). Segundo as autoras o fundo público sofre pressões e funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e da força

de trabalho, ou seja, existe uma tensão desigual na repartição do fundo público. Assim, o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes em que a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso das verbas públicas para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Enquanto que o capital busca, com sua força hegemônica, assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, participação no mercado financeiro, com destaque para rolagem da dívida pública.

Nesse contexto, a aparente estatização do esporte de alto rendimento, a ausência de leis que garantam e fixem o financiamento, a privatização e a precarização e filantropização das dimensões não hegemônicas é uma expressão da contradição entre a socialização da produção e de seus custos e a apropriação privada dos resultados da produção social (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Assim, na medida em que a classe trabalhadora constitui a maioria da população e que os tributos recaem mais sobre o consumo e a renda do que sobre a propriedade, e, portanto, sobre esta classe, podemos afirmar que com o fundo público e os recursos financeiros direcionados ao esporte são constituídos de contribuição coletiva, mas apropriados privadamente, atendendo, de uma forma ou de outra, uma espécie de esporte, o seletivo.

4.2.1.2 A gestão das políticas públicas sociais e a democratização/universalização do esporte: crítica a concepção de participação no conhecimento (tal qual defendida é voltada a integração e antidemocrática)

Há uma discussão predominando no núcleo dos críticos que diz respeito à gestão participativa do Estado e das políticas públicas sociais. Aparece em segundo plano uma discussão sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, sobre o aparato administrativo estatal, sobre o Terceiro Setor e sobre a descentralização. Nossa atenção *será voltada a questão da participação e seu papel na democracia do ponto de vista material e político* porque queremos romper com esta ideia de participação em voga na política de esporte e no conhecimento. Ver APÊNDICE D.

É possível apreender que todos os autores são aderentes de uma perspectiva participativa da gestão das políticas públicas e do Estado, entretanto tratando-a em tons

diferentes. A gestão participativa para os autores consiste na participação da sociedade, da população nas decisões e na elaboração das políticas públicas e sociais. Entretanto, há uma linha muito tênue separando essa perspectiva participativa de uma perspectiva que responsabiliza a sociedade na execução/implementação dessas políticas. Essa linha divisória desaparece notadamente em Moraes e Gomes (2009) e Oliveira, Trompiere Filho e Suassuna (2013). Assim, estes dois trabalhos põem em relevo a contradição dos autores que concebem a participação nas supostas decisões, mas não concebe na execução/implementação das políticas públicas.

Os meios/mecanismos de participação que mais aparecem nos textos são as Conferências. Em segundo plano, emergem as reuniões, conselhos, assembleias, orçamento participativo, comissões, planejamento. A gestão participativa no conhecimento é considerada necessária para garantir o processo democrático no interior das políticas públicas e na sociedade.

Nosso núcleo pode ser dividido em dois grupos. Existe um grupo, grupo 1, em que essa perspectiva de integração está mais viva e exuberante (atinge o ponto mais alto) já que conferem ao Estado o papel de organizar, mobilizar e, portanto, conscientizar a sociedade civil dos seus direitos e da sua participação política. Evidenciando, de certa forma, uma posição tutelar do Estado frente à sociedade (as classes dominadas, para nós). Enquanto que no outro grupo, grupo 2, verifica-se a ênfase a uma pretensa perspectiva de controle da sociedade sobre as políticas públicas tencionando *levemente* a visão peculiar ao primeiro grupo e ligando-se a uma perspectiva de integração por outros aspectos, mais dissimulados, que iremos explicitar. Assim, o grupo inteiro se alinha a perspectiva da integração e adaptação ao Estado e as políticas públicas de esporte.

Assim, nota-se também que os autores se encontram em níveis e graus diferentes de formulação em relação ao posicionamento sobre a gestão participativa e seu lastro real, isto é suas formas concretas de aparição, explicada pelo contexto histórico quanto pelo referencial teórico que adotam.

1) *Grupo 1* - A participação como elemento organizador, mobilizador e conscientizador

Uma visão geral da conta que esse grupo, ao considerar que a gestão participativa do Estado e das políticas públicas, onde Estado e sociedade são parceiros nas decisões (variação:

alguns consideram a participação na implementação/execução), gera posições reivindicatórias, críticas e comprometidas por parte da população (HÚNGARO E OLIVEIRA, 2005); potencializa a organização comunitária (CUNHA et al , 2009); se faz necessária para garantir o processo democrático e despertar o sentimento de coautoria das ações objetos das políticas públicas (ARAÚJO ,2013); devem possibilitar a reflexão de construção da cidadania, de conscientização do Esporte e Lazer como direitos sociais e de exercício da liberdade (MORAES E GOMES , 2009); muda a consciência das pessoas, cujos canais são expressões da democracia direta (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO , 2013), conferem-na um caráter político, ideológico e educativo, cujos componentes principais são o controle do Estado sobre a população e o atrelamento desta última às instâncias estatais, ainda que os autores não assumam essa posição subjetivamente.

Nesses autores acima citados é possível ver tanto uma menção mais geral a gestão participativa quanto um debate mais rico e detalhado. É possível também verificar formas particulares de concebê-la, o que coloca os textos de maneira mais e menos próxima de uma perspectiva de integração.

A formulação que se encontra **em um grau mais elevado de integração**, até aqui encontrado, cuja abordagem da gestão participativa se apresenta sob o véu da **referência social**, pode ser vista em Moraes e Gomes (2009).

Para estas autoras, acima citadas o resultado socialmente referenciado das políticas públicas é fruto de uma dependência mútua entre agentes, comunidades, professores, instituições, clubes, organizações governamentais e não governamentais. Vejamos:

Entendemos que a gestão participativa e interativa na elaboração, implantação e execução das políticas públicas efetivas e permanentes, possui uma dependência mútua de agentes sociais, comunidades, professores, instituições, clubes, organizações governamentais e não governamentais, por apresentar uma variedade de possibilidades que implica em um resultado socialmente referenciado [...] (MORAES e GOMES, 2009, p.4)

Essa forma de conceber a gestão participativa das políticas públicas esconde a defesa da privatização, unanimemente criticada na produção quando o assunto foi o financiamento, através das parcerias público-privadas, inclusive por estas mesmas autoras, expressando uma posição eclética que confunde o leitor no primeiro momento. Diante disso, depreende-se que as autoras não consideram ONGs e clubes como setor privado.

Dessa forma, a perspectiva de integração é diferenciada porque em prol de uma gestão socialmente referenciada visam absorver e conciliar todos os grupos e espécie de interesses. Aqui a relação entre a privatização e a integração ganha cores mais fortes. Isso porque não aparece em Moraes e Gomes (2009) a contradição encontrada na maioria dos trabalhos entre conceber a participação da sociedade nas decisões e não concebê-la na execução e implementação. Os demais autores de todo o núcleo consideram que a segunda forma de participação significa atribuir à sociedade uma responsabilidade que é do Estado, uma perspectiva de *negação da política* e da democracia, de coesão, de co-atuação dos setores, domesticação. Enquanto que contrário, a primeira forma é um fator de democratização.

Os demais autores seguem uma linha de integração menos evidente. Ademais, é possível na leitura que realizam ver um debate a partir das *formas de gestão participativa*, a exemplo das Conferências de Esporte e as expressões de participação em programas esportivos. Araújo (2013), Cunha et al (2009) e em Oliveira, Suassuna, Trompieri Filho(2013) são os representantes.

Tomemos como peça demonstrativa da discussão sobre as Conferências o trabalho de Araújo (2013) já que no grupo¹ é o único texto que aprofunda a questão. Este trabalho tem como objetivo identificar se as Conferências Nacionais de Esporte foram, de fato, definidoras da agenda política desenvolvida na área, e se as suas deliberações tiveram influência na definição de políticas para universalizar o direito ao esporte.

Para a autora, a realização das conferências é uma iniciativa pioneira do governo federal que, em tese, demonstra o interesse de consolidação de uma *gestão pública de esporte e lazer com participação efetiva da população*. Além disso, estas criam possibilidades reais de participação popular e controle social das políticas públicas de esporte e lazer, que podem favorecer avanços na democracia participativa. Contudo, as evidências indicam *a falta de vontade política para fazer valer a maioria das deliberações tomadas nesses espaços participativos*. O governo priorizou os megaeventos esportivos (cujo local de aprovação é controverso) como principal política pública ao invés de consolidar um Sistema Nacional de Esporte e lazer - SNELE, uma recomendação das Conferências Nacionais de Esporte, para garantir a universalização do direito ao esporte. Por isso, a autora conclui que as Conferências serviram mais para legitimar as políticas executadas pelo governo, criando uma falsa aparência de democracia participativa, do que de fato para influenciar o processo de mudança

que garanta o esporte como direito a todos os brasileiros. (ARAÚJO, 2013, p. 12, grifos nossos)

Diante de tal constatação a autora propõe a seguinte saída para materialização das pautas aprovadas nesses espaços de participação:

Para tanto, é evidente a necessidade de *fortalecer os mecanismos de mobilização da sociedade civil para que as deliberações tomadas transformem-se efetivamente em políticas públicas* configurando a construção de uma *nova cultura política* (ARAÚJO, 2013, p.13, grifos nossos)

No raciocínio da autora verifica-se que a vontade adquire uma importância fundamental nos rumos da política. Sua explicação sobre predominância de determinadas agendas na política de esporte em detrimento de outras, nesse caso dos megaeventos em detrimento da consolidação e criação de um SNEL, é idealista - falta de vontade política, embora o passo seguinte caminhe para uma parcial ruptura - mobilização da sociedade civil como elemento definidor da agenda.

Com essa posição, fica evidente que a autora, mesmo identificando a pouca influência das Conferências de Esporte na construção de políticas públicas sociais de esporte voltadas a garantia do esporte como direito social, não rompe com esse modelo de participação. Para não reconhecer o caráter de integração, controle, contenção e atrelamento da “sociedade civil” à máquina estatal que as conferências impõem, autora lança mão do idealismo, apela à vontade governamental. O próprio desenrolar das Conferências prova que os rumos da política de esporte não dependem da vontade do governo.

Enquanto que o debate sobre as expressões particulares de gestão participativa em projetos pode ser vista em Cunha et al (2009) e em Oliveira, Suassuna, Trompieri Filho (2013). Esses autores, respectivamente, problematizam as ferramentas de participação e o princípio da democratização do *Programa Esporte na Comunidade PENC- município de Fortaleza/CE*. Entretanto, nos primeiros autores prevalece uma exposição diagnóstica do programa que não nos interessa nesse momento.

Em Oliveira, Suassuna, Trompieri Filho (2013), nesse momento, destacamos a posição dos autores sobre os canais de participação no referido programa de esporte. O que para os autores consiste em *expressões da democracia direta*, para nós trata-se de uma *expressão de*

integração, que, por sinal, está escarada no extrato que segue, *elevada ao grau de transferir responsabilidades do Estado para a sociedade*.

Observa-se que o PEnC contempla em suas diretrizes a *garantia e democratização do acesso ao esporte e ao lazer, por meio do acervo de conhecimento da cultura corporal* que atrelado a uma *práxis pedagógica crítica* permita a leitura da dimensão social da realidade pelos atores sociais. E compreenda a construção participativa como elemento *integrador governo-comunidade, respeitando a soberania popular nas decisões pertinentes ao esporte e lazer nas comunidades atendidas*.

[...] Completa-se ainda, apoiado em Macpherson (1978), que os canais de diálogo em diferentes instâncias da vida social poderá suscitar na comunidade atendida uma mudança de consciência ao passo que ela se *sente responsável pela execução das ações do PEnC*. Sobre os *canais de participação*, as *assembleias comunitárias* são utilizadas como estratégia para aproximação, reconhecimento e identificação das lideranças locais. Estas *são expressões da democracia direta* à luz de Bobbio (1986) (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p.9 - 10, grifos nossos).

No que diz respeito aos *canais de participação*, os autores afirmam que o orçamento participativo tem destaque na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT):

A construção de canais de diálogo seria um aspecto inovador no cenário da gestão municipal de esporte e lazer do Partido dos Trabalhadores diante do contexto político que esteve em vigor nos governos anteriores. Fato que pode encontrar um fundamento em Vieira (1992) ao mostrar que a política social atende a determinado Estado, classe social e ação política. Destaca-se o orçamento participativo com um dos mecanismos de participação popular implementado pela gestão petista (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p.11)

Apesar do discurso participacionista com respeito à soberania popular, os autores evidenciam o *quão é limitada a democracia (participação) no interior desse programa*. Esse elemento limitante pode ser observado nas decisões que cabem à comunidade sobre o programa:

“[...] Essas reuniões comunitárias são necessárias para implantação do núcleo. A principal estratégia são essas reuniões que acontecem antes e depois da assembleia, é nela que nós colocamos os horários, *definimos as modalidades e outras questões relacionadas ao núcleo*. E eu coloco isso como sendo nosso limite. Porque nós só colocamos para discutir o horário, o local e as modalidades. Então, nós precisamos expandir essa assembleia para coisas mais amplas. Por outro lado, nós sabemos a nossa carência diante do fato de *não poder dar esse poder de deliberação, uma vez que não temos como atendê-las*” (Gestor 4). (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p. 11 -12, grifos dos autores)

a) *Relação entre democracia e participação*

Para entender a fundo a perspectiva de participação dos autores, é necessário entender com que perspectiva de *democracia* eles dialogam, como vimos recorrida nos trabalhos que demonstramos detalhadamente acima.

A participação, para os autores desse grupo, além de incidir na consciência, ganha status de necessária ao processo democrático. Dessa forma, surge em alguns trabalhos, notadamente em Araújo (2013) e Oliveira, Suassuna, Trompieri Filho (2013), a demarcação de uma perspectiva *democrática participativa* nas políticas públicas de esporte. Os demais autores não desenvolvem uma perspectiva de democracia.

Para Araújo (2013, p. 3), há diferenças de abordagens acadêmicas sobre a democracia quando a questão é *reconhecer o processo de ampliação e consolidação da democracia na América Latina*, assim como a necessidade de *chamar a atenção para os limites da democracia liberal*, a partir da crítica do projeto do PT e da sua *estratégia democrática popular*. Ela também aponta que no Brasil houve melhorias no regime político. Vejam:

O debate contemporâneo sobre a questão democrática tem sido preocupação de muitos estudiosos brasileiros, que partem de abordagens acadêmicas diferenciadas, quando se trata, por um lado, de *reconhecer o processo de ampliação e consolidação da democracia na América Latina*, e particularmente no Brasil, destacando seus avanços na última década e, por outro, a necessidade de chamar a atenção para *os limites da democracia liberal brasileira*, a partir da análise crítica do projeto do PT e da sua *estratégia democrática popular*. O *projeto democrático - participativo*, de um lado, e o *projeto neoliberal* de outro, “acompanhado por um discurso participacionista e de revalorização simbólica da sociedade civil (entendida como Terceiro Setor)” (Dagnino, Olvera e Panfichi 2006 p.15 apud ARAUJO, p. 3), sendo *a centralidade do primeiro a participação da sociedade nos processos decisórios*. É dentro desse panorama que cabe entender a criação do PT e as conquistas eleitorais em âmbito municipal e estadual em meados dos anos 80, e, posteriormente, a ascensão de Lula à Presidência da República e “seu projeto de levar adiante uma profunda transformação democrática da sociedade brasileira”. (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p.77). Mesmo autores críticos ao governo Lula reconhecem avanços democráticos no país. Almeida (2009) destaca melhorias no regime político: Neste quase final do segundo governo Lula, já tivemos cinco eleições diretas para presidente da República, os analfabetos podem votar e ser votados, vigora um amplo pluripartidarismo e o Congresso possui grande margem de iniciativa política. Mesmo que isto acabasse agora, já seria a mais profunda experiência de democracia no Brasil. (ALMEIDA, 2009, p.13). No entanto, vários autores advertem sobre as mudanças de práticas do PT ao *assumir o poder*, buscando *identificar os limites da democracia liberal brasileira*. Iasi (2012) apresenta criticamente aspectos da história de criação do PT e sua *estratégia democrática popular*, demonstrando como sua identidade original de independência de classe sofreu uma inflexão significativa, como parte da tática para vencer as

eleições e chegar ao governo federal, o que implicou a ampliação das alianças e moderação programática. O autor afirma que a vitória eleitoral de Lula consagra essa inflexão, a qual denomina “*democracia de cooptação*” que adveio do desenvolvimento da *estratégia popular madura para resolver os problemas de hegemonia que faltavam à consolidação do poder burguês no Brasil*.(p.3, grifos nossos)

A concepção de democracia da autora não toca nem se quer questões relativas à necessidade de *democratização ou reforma do aparelho do Estado* no sentido de diminuir os atuais obstáculos à representação e *participação* da classe trabalhadora. A autora se contenta com as questionáveis “melhorias no regime político” - a exemplo da “grande margem de iniciativa política do Congresso” e “o amplo pluripartidarismo”.

Além disso, a autora inverte o ponto inicial da crítica à democracia liberal que não deve ser o projeto do PT, de um partido, mas as instituições do Estado e seus modos de operar. A crítica ao PT deve ser realizada, mas não como o ponto inicial para a crítica à democracia liberal. Não é a *vontade* política de um partido que determina, em última instância, mudanças na correlação de forças na sociedade e nas políticas públicas, ainda mais em um contexto de democracia burguesa, de domínio burguês. Essa mudança ocorre a partir de transformações que se operam no modo de produção que muda a correlação de forças entre as classes que tem seus interesses representados por partidos.

Oliveira, Suassuna, Trompieri filho (2013) apontam, no extrato a seguir, que a democracia participativa possui limites, localizados na totalidade do governo (Lula como principal referência) e no Estado, e possibilidades observadas nos princípios de democratização da gestão e da participação da Política Nacional do Esporte que a legitima nas diferentes instancias de consulta e deliberação popular sobre as ações de esporte e lazer no Brasil. Vejamos:

Não obstante, a possibilidade de concretização da democracia participativa nos governos democráticos e populares dos quais o governo Lula da Silva (2003 - 2007) é a principal referência, é limitada ao analisar o governo em sua totalidade e o Estado materializado no aparato legal, bem como nos serviços públicos garantidores dos direitos sociais, dentre eles: o direito ao esporte e ao lazer. Apesar disto, sugere-se que a Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2005), a partir do princípio democratização da gestão e da participação, *propiciou a inserção de mecanismos* que permitem a legitimação da democracia participativa nas diferentes instancias de *consulta e deliberação popular* sobre as ações na área do esporte e lazer no país. (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p.2, grifos nossos)

Compara a *democracia participativa* à *democracia representativa*:

Neste íterim, há dois modelos de democracia: a democracia representativa e a democracia direta. A expressão democracia representativa dá significado de modo genérico as deliberações que alude à coletividade inteira, estas são tomadas por seus representantes eleitos para este fim e não diretamente pelos que a compõem. Enquanto na democracia direta o ator social participa diretamente nas deliberações que lhe dizem respeito, então não existe nenhum intermediário entre os deliberantes e a deliberação (BOBBIO, 1986).

Nestes termos, ao comparar-se a teoria da democracia representativa, na qual a participação limita-se à escolha de representantes no âmbito do governo e à regulação do sistema eleitoral, com a teoria da democracia participativa, é possível inferir que esta *possui funções bem mais abrangentes e decisivas no sentido de promover uma educação política e consolidar processos e/ou mecanismos participativos para o estabelecimento de um Estado democrático*. Ratifica-se que a participação do povo não deve ser restrita apenas à escolha dos líderes no governo, devendo ser expandida para outras esferas da vida social e política (BRANDÃO, 1997). (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p.4, grifos nossos)

Além disso, afirma que dois requisitos são necessários a democracia participativa:

[...] (i) *uma mudança na consciência do povo, de maneira que este deixe de ver e agir como consumidor e passe a ver e agir como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua própria capacidade; e, (ii) uma sensível diminuição da atual desigualdade socioeconômica*. Não se pode diminuir a desigualdade sócio - econômica e mudar a consciência do povo, sem uma maior participação da cidadania (MACPHERSON, 1978). [...] (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p. 3- 4, grifos nossos)

Os autores concluem:

Sumariamente, em vista dos movimentos elucidados ao levar-se em consideração a existência da democracia participativa no âmbito do Programa Esporte na Comunidade com base no princípio “democratização”, que foram: (1) garantir a participação do coletivo que compõe a esfera comunitária e (2) ampliação dos espaços de participação de cada ator social no conjunto das ações desenvolvidas, constata-se a construção de canais de diálogo importantes com a comunidade algo que na política anterior e no início da gestão do governo em xeque não fora identificado. Estes apesar de assumirem uma configuração diminuta e limitada no tocante ao atendimento das demandas de esporte e lazer das comunidades apontam para uma nova perspectiva de configuração das intervenções governamentais no setor do esporte e lazer, de modo determinante no município de Fortaleza/CE. Evidencia-se aqui, *a importância do protagonismo dos diferentes atores sociais das comunidades nas ações que afetam diretamente o programa em cada localidade seja com ações de apoio e/ou resistência ao governo. Também se reconhece como relevante o fato do conhecimento inerente à cultura corporal ser garantido às comunidades atendidas*. (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p. 13 - 14)

Os autores defendem que a democracia participativa se faz necessariamente quando há mudanças na consciência das pessoas no sentido em que elas deixem de agir como

consumidores e passem agir como executores e quando há uma sensível diminuição das desigualdades socioeconômicas. Vejam que na democracia participativa dos autores não há ligação ao pressuposto da igualdade econômica e política, da abolição da propriedade privada e do princípio “de cada um conforme sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades”, conforme nos indicou Lênin (2007).

Apesar de considerarem que o programa de esporte expressa a democracia direta, os autores reconhecem sua “configuração diminuta”. Vimos esse limite à participação e a democracia no programa quando os próprios autores nos dizem o que cabe a comunidade alvo decidir. Então, não se trata de democracia direta, mas formal de caráter integrador.

Ademais, o caráter formal da democracia participativa se manifesta quando os próprios autores, Oliveira, Suassuna, Trompieri Filho (2013), consideram como possibilidade a sua legitimação nas instâncias de consulta e deliberação popular sobre as ações na área do esporte e lazer no país a partir das orientações da Política Nacional de Esporte.

Em geral, para nós, os limites e as contradições desse modo de ver a participação em ambos os autores, representado pelos seus mecanismos, evidenciados na diminuta influência que possuem na garantia da democracia do ponto de vista político (abertura de espaço nas instâncias de poder para influência real da classe trabalhadora) e econômico (o acesso ao esporte como direito social) reforça a tese de que a democracia não pode ser determinada pela vontade, por mudanças na consciência e diminuição das desigualdades. Essa democracia em que vivemos “é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista; no fundo se constitui como uma democracia da minoria, das classes possuidoras, dos ricos” (LÊNIN, 2007, p.104). Entretanto, não concebemos a tese de quanto pior melhor. É necessário considerar o papel da luta pela democracia para a revolução socialista.

Além disso, é necessário considerar que a participação da maioria do povo, da classe trabalhadora, na vida social e política, deve se realizar de forma independente, ainda mais quando se trata de um regime burguês e de órgão de dominação de classe que é o Estado. A organização independente é o melhor meio de educação e conscientização política da classe trabalhadora para conquistar direitos e o poder, isto é, a participação.

É puro idealismo acreditar que o próprio Estado, um órgão criado para dominação, educará as massas, a população, a classe trabalhadora no sentido de garantir o amplo acesso à riqueza e a real participação nas suas instâncias de decisão. Tudo que a classe dominada

conquista e conquistou foi arrancado, mesmo em governos progressistas, porque não é vontade de um governo, de um partido que determina em última instância a direção política do Estado, mas a luta de classes.

Entretanto, não se trata de negar o papel ideológico e político da política pública como direitos sociais conquistados em árduas batalhas. Certamente, o papel que essa perspectiva integradora de política pública social cumpre é o de frear o ímpeto revolucionário e progressista democrático da classe trabalhadora. Na área do esporte vê-se que as Conferências “*serviram mais para legitimar as políticas executadas pelo governo, criando uma falsa aparência de democracia participativa (sic)*, do que de fato para influenciar o processo de mudança que garanta o esporte como direito a todos os brasileiros” (ARAÚJO, 2013, p. 12, grifos nossos)

2) Grupo 2 : a participação como controle social

Esse grupo tem a particularidade de conceber a participação como um mecanismo de controle social, isto é, de controle da sociedade sobre Estado/governo. Veremos que ocorre justo o contrário: um controle do Estado sobre um setor da sociedade, da classe trabalhadora.

Examinemos o que dizem os autores sobre as expressões de participação e suas implicações na política. Uma discussão mais profunda sobre essas expressões pode ser vista em Lião Júnior, Sampaio, Behmoiras (2009), Sousa, Correia, Vieira (2011), Terra et al (2009), Araújo, Dominici e Cardoso (2009). Por sua vez, Carneiro e Mascarenhas (2013), Leonidio et al (2011B) discutem a participação e a gestão com ênfase no **terceiro setor** que não será objeto de análise do nosso trabalho.

Em geral, os autores que apresentam uma apreciação das formas de participação chegam à conclusão que elas não têm influenciado no avanço de políticas públicas que garantam o esporte como um direito social acessível a todos. Ao contrário, o que se vê são políticas públicas que favorecem o esporte como negócio, o setor privado.

Particularmente, é possível apreender no conjunto dos autores tons levemente diferenciados na compreensão do caráter das formas de participação como as Conferências de Esporte e o Conselho Nacional de Esporte. Em Terra et al (2009), as Conferências são concebidas como expressão das *relações de hegemonia*, *interesses e das tendências* em

evidência no âmbito da política de esporte e lazer. Já para Sousa, Correia, Vieira (2011) as conferências são *espaços privilegiados de disputa e inauguram o processo de participação decisória*. Para Lião Júnior, Sampaio, Behmoiras (2009) a instituição de conselhos políticas públicas e de defesa de direitos como *grandes inovações políticas e institucionais* no modelo das políticas públicas brasileiras, vislumbra uma *perspectiva nítida de reforma*, num país em que a *democracia* sempre foi mais exceção do que regra. Araújo, Dominici e Cardoso (2009) concebem os conselhos como mecanismos de participação popular.

Terra et al (2009) evidenciam que as Conferências de Esporte se configuraram aparentemente como forma de descentralizar as discussões sobre as políticas públicas. Ademais, evidenciam também que este espaço legitimou as políticas de esporte em benefício do setor privado em detrimento do público. Afirmam ainda, que o esporte e lazer não devem ser compreendidos como fenômenos isolados. Vejamos essa afirmação com as próprias letras dos autores na ocasião das conclusões do trabalho:

Na tentativa de responder ao problema central deste estudo, de entender como se dão as contradições e tensões que envolvem as políticas de esporte e lazer no 1º Governo Lula, tendo como referência as relações estabelecidas durante a realização das Conferências, identificamos questões relevantes para alcançarmos tal compreensão.

Sendo uma delas a de que o esporte e o lazer não podem ser compreendidos enquanto fenômenos isolados, nem tampouco, enquanto esferas indissociáveis do contexto socioeconômico atual, *sendo que é de suma importância que a sociedade exerça sobre o poder público o controle social, efetivando a sua participação*, buscando que essas políticas públicas sejam pautadas não apenas no âmbito da universalização como também da qualidade social.

Podemos concluir que a realização das “Conferências” se configurou *aparentemente* como forma de descentralizar as discussões acerca das políticas públicas de esporte e lazer. No entanto, a despeito dos debates que ocorreram em âmbito municipal, estadual e nacional, as tomadas de decisão foram centralizadas. Embora os debates tenham apontado para a universalização do esporte e lazer como direitos sociais e com qualidade social, as resoluções das “Conferências”, sobretudo da 2ª, apontaram para a desobrigação por parte do Estado na garantia do direito ao esporte e ao lazer, transferindo essa responsabilidade para a sociedade e para o indivíduo, tendo como articulador e promotor de tais direitos *a esfera privada*, ou seja, ocorre uma legitimação das políticas públicas de esporte e lazer em benefício dos setores privados e em detrimento do público. (TERRA et al, 2009, p. 9 - 10, grifos nossos)

Os autores sinalizam que nas Conferências não há o respeito à soberania dos cidadãos, portanto não há nesse espaço uma democracia completa.

Na dinâmica das “Conferências” percebe-se que os cidadãos possuem direitos sociais, onde é dever do Estado efetivá-los independente da classe social na qual pertencem, tais como os deveres - dos cidadãos - como concretizar o *controle social*.

Porém, não se nota uma soberania dos cidadãos nesse processo, assim *a democracia não é completa* no contexto das “Conferências”, sendo comprovada no discurso que se apresenta nos documentos (BRASIL, 2004d; BRASIL, 2004e.).

Para que haja um desenvolvimento no esporte e lazer é colocado como primordial *a participação da população na definição e no controle social das políticas públicas*. No entanto, *o Estado também precisa efetivar suas funções, ações e articulações nesse setor de esporte e lazer [...]*(TERRA et al, 2009, p. 4, grifos nossos)

Sousa, Correia, Vieira (2011), por sua vez, afirmam que as Conferências, como *espaço privilegiado de disputa*, no contexto de *hegemonia das ideias neoliberais*, permite o encaminhamento de pautas que ganham *força normatizadora*, como a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Entretanto, nas linhas que seguem os autores detectam que o processo de *participação decisória*, aberto pelas Conferências, não tem influenciado no avanço das políticas públicas asseguradoras do direito ao esporte e lazer com qualidade social. Vejamos essa afirmação com as palavras dos próprios autores:

Tendo em vista a *hegemonia das ideias neoliberais* não foi difícil para o Estado brasileiro adotar uma postura de desobrigação no que se refere à garantia dos direitos sociais. Transmutando-os em serviços sociais competitivos, promoveu o recuo das ações governamentais e as experiências em torno do esporte e do lazer passaram a ser oferecidas, cada vez mais, segundo a lógica do consumo subordinando-se, portanto, à sua forma mercadoria.

Nesse contexto as Conferências Nacionais se constituem como um lugar de *disputa privilegiado*, no qual a tensão entre *interesses privatistas e públicos*, próprios do setor, são expressos. O espaço permite, ainda, *deliberações e encaminhamentos* que ganham *força normatizadora e estabelecem princípios e diretrizes* para a orientação política e para a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Ainda que se percebam tais orientações o discurso em torno do esporte e lazer como direitos sociais e como prática promotora de inclusão e cidadania se faça muito presente no discurso sobre o tema, as ações têm se desdobrado em marcos legais para o setor que são favorecedoras do desenvolvimento do esporte como negócio, *na medida em que o processo de participação decisória aberto pelas Conferências não tem, concretamente, influenciado no avanço das políticas públicas asseguradoras do direito ao esporte e lazer com qualidade social*(SOUSA, CORREIA, VIEIRA, 2011, p.11)

Para completar a apreciação dos autores sobre as *formas de participação* temos o trabalho de Lião Júnior, Sampaio, Behmoiras (2009), cujo objetivo é estabelecer nexos que

articulem Controle Social ao processo de construção e materialização das ações do Programa Esporte e Lazer na Cidade do Ministério do Esporte.

Os autores trazem como exemplo do processo de participação no âmbito do esporte e lazer o Conselho Nacional de Esporte (CNE). Este espaço é considerado disputável, cuja hegemonia é da dimensão do alto rendimento, do esporte como um negócio, enquanto que a construção de políticas públicas que o atendam como direito constitucional está em um plano secundário. Vejamos:

No âmbito do Conselho Nacional do Esporte (CNE), identifica-se a hegemonia *da dimensão do alto rendimento*, do espetáculo esportivo, qual seja, aquela que investe preponderantemente sobre *questões negociais*, dando um caráter secundário à *construção de políticas públicas que atendam a tese do direito constitucional*. Constata-se que a *correlação de forças* é ainda desfavorável àqueles que batalham pela garantia e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, enfim, que lutam pela emancipação humana. (LIÃO JÚNIOR, SAMPAIO, BEHMOIRAS, 2009, p.6)

Segundo Araújo, Dominici e Cardoso (2009, p. 11), cujo trabalho tem o objetivo de identificar a existência de políticas públicas voltadas para esporte e lazer no Município de São Luís - MA, a constatação mais grave obtida pelo estudo diz respeito à contradição entre um mandato político alinhado ao campo democrático-popular, mas que, ao criar o mecanismo de participação popular na gestão, como o Conselho Municipal de Esporte, o faz de forma antidemocrática. Ou seja, em vez de incentivar um modelo de administração participativo, transforma-o em ferramenta política de legitimação da gestão e o distancia do processo de fiscalização e controle social. Nesse sentido, é preciso rever com urgência a relação política com a população para que se possa falar em gestão democrática e participativa.

As autoras lançam a crítica ao caráter que o Conselho de Esporte assume no município. Vejamos:

Diferentemente das recomendações do Ministério do Esporte, o COMESP:

- a) foi regulamentado quase sem referência ao lazer, ausente, inclusive, de sua denominação;
- B) *apresenta-se vinculado à estrutura da fundação, o que contradiz o seu caráter fiscalizador e controlador;*
- C) não possui em sua composição a maioria de representantes da sociedade civil e estes não representam os diferentes segmentos que compõem o sistema nacional de esporte e lazer;
- D) tem como o representante das instituições de ensino superior necessariamente oriundo da área esportiva;

E) *tem como presidente o titular da FUMDEL, o qual, além de acumular as duas funções, exerce o direito de dois votos.*

Questiona-se então: *Um Conselho vinculado à estrutura da Fundação e com maioria do poder público poderá exercer a função de fiscalização e controle social da própria gestão?* Um Conselho que não representa os diferentes segmentos do Sistema Nacional de Esporte e Lazer pode avaliar adequadamente a política municipal de esporte e lazer? Que consequência poderá advir em função de o COMESP privilegiar o esporte em detrimento do lazer? (ARAÚJO, DOMINICI E CARDOSO, 2009, p.11, grifos nossos)

Para nós, longe de uma posição que visa disputar esses espaços, vale assinalar, este conselho possui um caráter exuberantemente tutelar que fere a autonomia e independência dos setores da “sociedade”, principalmente os oprimidos e explorados, que o compõem.

Em suma, a expressão dos mecanismos de participação na realidade prova nossa hipótese de que não passam de uma proposta de controle do Estado sobre a sociedade - setores interessados em universalizar o esporte. Legitimam os interesses privados (esporte de alto rendimento), interesses do governo porque não mudaram a correlação de forças.

a) Relação participação, controle, democracia

A participação da sociedade civil nas políticas sociais públicas é um componente de democratização e de controle social, de acordo com os autores. A democracia, por sua vez, é considerada um sistema sócio-político, no qual se procura negociar conflitos e divergências (TERRA et al, 2009), além de estar relacionada com estabelecimento de possíveis consensos em meio a processos sociais complexos e contraditórios (LIÃO JÚNIOR, SAMPAIO, BEHMOIRAS , 2009). Defende-se também a necessidade do seu aperfeiçoamento (LIÃO JÚNIOR, SAMPAIO, BEHMOIRAS, 2009) e Sousa, Correia, Vieira (2011), considerando que a democracia representativa é insuficiente.

Nesse sentido, nesse grupo encontramos o debate sobre o controle democrático, isto é a participação como forma de controle da sociedade sobre as ações do Estado. Isso significa que os autores, notadamente Lião Júnior, Sampaio, Behmoiras (2009), Terra et al (2009), Sousa, Correia, Vieira (2011), separam-se de forma evidente daqueles outros - no grupo 1 - que procuram aproximar a participação como um recurso de minimização estatal e responsabilização da sociedade em viabilizar os direitos sociais, conforme já, explicitamos uma perspectiva de integração mais desenvolvida.

Lião Júnior, Sampaio, Behmoiras (2009), por exemplo, diferenciam a perspectiva de controle e participação da sociedade civil com *recurso gerencial*, como uma “organização

subalternizada, domesticada, concebida de modo ‘técnico’” da perspectiva que considera *protagonismo dos sujeitos na sua própria história*, assim como pela consideração dos complexos e contraditórios processos societários no estabelecimento de possíveis consensos. Na primeira perspectiva a sociedade seria parceira e cooperativa, não um campo de lutas ou oposições:

Nogueira (2005, p.59), aproxima-se de Behring quando atesta a tentativa de esvaziamento de uma maior radicalidade democrática no processo e participação da sociedade civil, como *recurso gerencial* (grifo do autor), como uma “organização subalternizada, domesticada, concebida de modo ‘técnico’”. A sociedade civil seria cooperativa, parceira: não um campo de lutas ou oposições, mas um espaço de colaboração e de ação construtiva (voluntariado). (LIÃO JÚNIOR, SAMPAIO, BEHMOIRAS, 2009, p.6, grifos de Nogueira)

Também em Lião Júnior, Sampaio, Behmoiras (2009) observa-se uma rápida, mas, não menos importante, discussão sobre as *determinações estruturais da participação* política. Assim, como se vê nesses autores uma reportagem, inédita no grupo, à experiência histórica da classe trabalhadora de democracia direta expressa na Comuna de Paris.

Também Araújo, Dominici e Cardoso (2009) coadunam com acrítica que os autores citados acima fazem a forma de conceber a participação como forma de domesticar a “sociedade” ao Estado, conforme vimos na discussão sobre o caráter do Conselho Municipal de Esporte.

3) *Crítica à concepção de participação no conhecimento em política de esporte*

No segundo grupo aparece a crítica à perspectiva de participação como um recurso de domesticação e subalternização da sociedade frente ao Estado, isto é a sociedade como parceira do Estado, portanto, de legitimação das políticas públicas de esporte governamentais que privilegia os interesses privados. Em contraposição a esta perspectiva, os autores trazem a ideia da participação como forma de controle da sociedade sobre as ações estatais, como vimos. Assim, é necessário explicitar até que ponto essa segunda perspectiva de participação é diferente de uma perspectiva de integração social.

Para explicitar até que ponto esse controle da sociedade sobre o Estado acontece, como nos apoiamos na concepção materialista e dialética da história para entender o real, não

podemos prescindir da realidade tal como ela é. A realidade para nós consiste em considerar a ideia que os autores fazem dela, isto é a produção de ideias sobre as políticas públicas de esporte, assim como a realidade em si mesma: as políticas públicas de esporte realmente existente.

O primeiro elemento a ser considerado aqui é o caráter que as formas de participação assumiram na sua relação com a agenda da democratização em especial da democratização e universalização do esporte. Os autores em sua maioria, concentrados no grupo 2, reconhecem que esses mecanismos participativos não contribuíram para que esta pauta se tornasse real. Com alguns autores indicando abertamente o seu caráter antidemocrático (ARAÚJO, DOMINICI E CARDOSO, 2009) e de desrespeito a soberania da população, no qual não se tem a democracia completa (TERRA et al, 2009). Particularmente, alguns autores como esta última citada, avançam ainda mais ao afirmar que os mecanismos de participação, ao contrário, legitimaram setores privados no interior da política de esporte, isto é, o esporte como um negócio porque criou uma falsa aparência de democracia e participação ou mesmo de descentralização das decisões. Há, do outro lado, aqueles, a exemplo de Oliveira, Suassuna, Trompieri Filho (2013), que exaltam a mera legitimação dos princípios de “democratização” presentes no documento da Política Nacional de Esporte nas instâncias de consulta e deliberação popular, evidenciando, para nós, o caráter formal e retórico da participação.

O segundo elemento encontra-se no terreno mais abstrato. Refere-se à forma como os autores encaram teoricamente a democracia e a participação. O que justifica a aposta mesmo após a constatação empírica que as esses mecanismos não estão contribuindo com a realização do esporte como direito social, isto é a democracia.

Para os autores, a participação é necessária ao processo democrático. Mas, o que eles estão entendendo como democracia?

No grupo 1 vê-se a adoção da democracia participativa. Mesmo que haja um reconhecimento dos limites impostos pelo aparato estatal, pela configuração de governos (no caso do governo Lula) a democracia participativa constitui-se uma estratégia nos limites da democracia burguesa. Essa assertiva pode ser observada: a) empiricamente em nosso estudo pelos resultados que os mecanismos participativos vêm apresentando. Na nossa avaliação, se as conferências, os conselhos e demais formas de participação não têm influenciado a garantia

do esporte como direito social, não resulta, portanto em democracia; b) teoricamente, pelo nosso estudo, na medida em que observamos a ausência de uma referência à democracia nos termos do materialismo histórico e dialético que concebe a democracia a partir do princípio da igualdade real entre os indivíduos, não a formal. Diferentemente, vimos uma referência a diminuição das desigualdades e não seu fim.

Se não há democracia de fato, o que sobra da experiência da democracia participativa - Conferências, Conselhos e outras formas - é o apelo ao seu papel ideológico. Não é fortuita a ênfase dos autores na defesa da participação em seu caráter educativo. Educação essa, que na nossa avaliação, se não visa transformar e/ou democratizar a sociedade, visa integrar as massas ao aparato estatal.

Verifica - se que o debate da participação dos autores aproxima-se das ideias de Rousseau, haja vista a identidade com os componentes de educação política e integração social.

Enquanto que no grupo 2 a participação, particularmente é tida como elemento de controle social. Encontramos aqui a tese da democracia como um regime em que é possível o consenso e a negociação de conflitos. Isso explica o porquê da crença nos mecanismos de participação mesmo quando eles não mudam a correlação de forças no sentido de democratização do esporte. Assim, essa perspectiva de democracia e participação, mesmo crítica da anterior, liga-se a uma perspectiva integradora da classe trabalhadora ao Estado porque quer conciliar interesses que são inconciliáveis.

No intuito de realizar uma síntese, estamos identificando três formas de manifestação da perspectiva de integração nas políticas públicas de esporte que se expressa a partir da forma de conceber a participação. Ressalte-se que para os intelectuais a apreciação é que a participação conduz a democracia. Para nós, mesmo as perspectivas mais críticas da participação, aqui refletidas, ligam-se pelo fio de uma perspectiva integradora/ possui os seguintes graus de desenvolvimento:

- 1) Considera a sociedade como parceira do Estado na implementação e decisão das políticas públicas. O Estado é mobilizador, educador e conscientizador. A privatização e a integração aparecem ligadas, observada a defesa de uma política de esporte com referência social que encobre uma forma privatização ao incorporar as ONGs e clubes e todos os

sujeitos, considerados como iguais. Assim, transfere responsabilidades do Estado para a sociedade em geral e para o setor privado em particular.

2) Considera a sociedade parceira do Estado nas decisões das políticas públicas. A sociedade deve participar das decisões. O Estado é concebido como mobilizador, educador e conscientizador. A sociedade é tutelada pelo Estado. A questão da responsabilização da sociedade por tarefas que é do Estado aparece de forma mais dissimulada na medida em que trabalham a apenas no terreno conscientização, cujo fim é fazer com a comunidade se sinta responsável pela execução das políticas de esporte.

3) Considera a sociedade parceira nas decisões. A participação é uma forma de controle da sociedade sobre as ações do Estado - controle democrático. Condena a primeira e a segunda perspectiva, mas expressam a integração na medida em que defendem a negociação de conflitos e divergências.

4.2.1.3 Crítica a tese da construção do Estado democrático e participativo, público, comum, geral e plural e a democratização/universalização do esporte

Esse tópico tem o objetivo de evidenciar a concepção de Estado, políticas públicas e políticas sociais dos autores e sua relação com a participação, a democracia e o fundo público (financiamento).

Dessa forma, o texto está dividido em duas partes. A primeira parte visa expor com detalhes o ecletismo teórico quanto à forma de conceber o Estado e as políticas públicas sociais dos autores e sua relação com a democracia e participação. A segunda parte expõe a relação entre o Estado e as políticas sociais e públicas com o fundo público.

1) Relação Estado, participação e democracia - A participação e a construção do Estado democrático possuidor de uma esfera pública, comum, geral e plural

O primeiro fato a se constatar é que as categorias *Estado, políticas públicas e políticas sociais* observadas de modo isolado ou relacionadas expressam o ecletismo teórico dos autores. Individualmente, verifica-se uma vertente liberal inspirada em Rousseau e Keynes. O marxismo também aparece. Assim, quanto à concepção de Estado e políticas sociais e

públicas podemos inserir o núcleo em dois agrupamentos: a) Liberal-idealista e funcionalista; b) Eclética. Ver indicadores de classificação no APÊNDICE E.

a) *Liberal inspirada em Rousseau- idealista e funcionalista*

A perspectiva liberal Rousseniana e Kenesiana é caracterizada por conceber que o Estado é portador de um interesse geral. As políticas públicas são consideradas *ações do e de Estado* voltadas a atendê-lo cuja implicação é solução das desigualdades e a exclusão social. Como vimos anteriormente, a gestão participativa do Estado e das políticas públicas está ligada à referência social que busca conciliar amplos segmentos da área do esporte como ONGs, agentes, comunidades, professores, instituições, clubes, organizações governamentais, isto é, busca a privatização e integração. Essa perspectiva pode ser vista em Moraes e Gomes (2009).

Encontramos também uma posição liberal/idealista que afirma o Estado como um conjunto de *instituições permanentes* como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente - que possibilitam a ação do governo. As políticas públicas como o Estado em ação, ou seja, “[...] é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.” (HÖFLING, 2001, p. 31, SOUSA, CORREIA, VIEIRA, 2011, p. 4). As políticas sociais como *ações* que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à *diminuição das desigualdades estruturais produzidas* pelo desenvolvimento socioeconômico”. (HÖFLING, 2001, p. 31 apud SOUSA, CORREIA, VIEIRA, 2011, p. 4)

É possível verificar nestes autores também a ideia de Estado social, como mediador civilizador. Este Estado “assegurava os direitos às condições básicas da vida e minimizava a força do mercado, que poderia excluir membros da sociedade anteriormente incorporados.” (Cf. DRAIBE, 1997 apud SOUSA, CORREIA, VIEIRA, 2011, p.5, grifos nossos). Diferentemente do *Estado neoliberal* que :

[...] Segundo Yamamoto (2004, p.01) o caráter conservador da “política neoliberal” se tornaria manifesto na *naturalização da organização capitalista e das desigualdades sociais*, a ela inerentes, e *apontadas como inevitáveis*; outro aspecto importante a ser considerado diz respeito à *negação da importância dos sujeitos sociais coletivos, e de suas lutas, na construção da história*. Outra faceta do “projeto neoliberal”, apontada por Yamamoto (2004), *refere-se ao retrocesso, histórico, condensado no desmonte dos chamados direitos sociais*, resultantes de embates das classes

trabalhadoras, e tidos como direitos universais de cidadania, tendo no Estado *uma* mediação fundamental. Na lógica do projeto em curso, esses *direitos são entendidos como problemas, como dificuldades, ou melhor, como causa das dificuldades econômicas do Estado, sendo a raiz de sua crise fiscal.* (SOUSA, CORREIA, VIEIRA, 2011, p.5)

Segundo os autores, nesse contexto de ataque aos direitos universais de cidadania que a participação, via as Conferências, se constituem espaço de disputa privilegiado entre interesses públicos e privado como vimos no item anterior. (SOUSA, CORREIA, VIEIRA, 2011, p.11)

Em Araújo, Dominici e Cardoso (2009) verifica-se também uma posição liberal Kenesiana de Estado e idealista de política social. Observada no entendimento do papel fundamental do Estado na proposição de políticas sociais, cabendo a esta instituição promover a democratização do esporte e lazer, colaborando para a construção da cidadania. Bem como na consideração das políticas sociais como promotoras de ações voltadas para a valorização do esporte e do lazer na perspectiva dos direitos humanos e, portanto, da valorização do indivíduo e de sua vivencia.

b) Eclética

Araújo (2013, p. 12) possui uma concepção de Estado próxima ao marxismo. Para a autora, o Estado possui diferentes papéis e está imbricado com o capital, se articulando contraditoriamente com a sociedade. Por isso, a participação é tida como necessidade para garantir o processo democrático e despertar o sentimento de coautoria das ações objetos de política pública.

Entretanto verifica-se na formulação da autora acima citada componentes idealistas. Observados nos motivos pelos quais os interesses de democratização e universalização do esporte não se realizaram no governo: falta de vontade política. Em suma, se aproxima da ideia do Estado por cima das classes, do interesse geral e comum.

Em Oliveira, Suassuna e Trompieri Filho (2013) há uma mistura entre uma perspectiva materialista e uma perspectiva idealista de Estado, de políticas sociais e de políticas públicas. Ora os autores afirmam a existência um *interesse social geral*, ora afirmam a existência de *interesses de classe enraizados no mundo da produção*. Essas ideias sobre os interesses, que são contraditórias, encontram-se juntas na concepção de Estado, aparecendo também, cada uma em sua vez, na concepção de política social e concepção de política pública. Dessa

forma, verifica-se uma concepção de Estado internamente contraditória; uma concepção de política social que entra em contradição com a concepção de política pública.

Na acepção dos autores o Estado:

Registra-se que a *cidadania* perpassa a dinâmica social - suas relações e contradições - e se manifesta na ação dos sujeitos em seu cotidiano e em sua prática política. Deste modo, *a participação* dos atores sociais com vistas ao atendimento de suas necessidades e de seus interesses individuais e coletivos é essencial para a *existência da cidadania*, como também para o estabelecimento de um Estado democrático. Por isso, ao reconhecer a importância da cidadania para os direitos humanos, sublinha-se que “uma sociedade deveras cidadã atina para a necessidade de constituir uma instância pública comum, à qual delega uma série de serviços e funções, que somente têm razão de ser frente aos desafios do *bem-estar comum*” (DEMO, 1995, p.3).

O desafio do *Estado legítimo ou de direito* é, primeiro, que seja *público* de maneira a servir aos *interesses comuns* e, segundo, de serviço no sentido de promover o *bem comum* (DEMO, 1995). Cabe lembrar que o *Estado é mutável*, pois é uma instituição permeada por relações sociais nas quais circulam *conflitos e interesses de classe*. Não é um fenômeno dado “a histórico”, neutro e pacífico, mas um conjunto de relações criado e recriado num processo histórico tenso e conflituoso em que grupos, classes ou frações de classe se confrontam e se digladiam em defesa de seus interesses particulares, por isso é *uma arena de conflitos de interesses*, na qual *estão presentes determinações e processos associados aos diferentes modos de produção dos quais o Estado foi e é parte integrante*, os quais, conseqüentemente, *foram e são determinados por mudanças na estrutura da sociedade e nas relações sociais correspondentes*. Diante do exposto, é possível constatar que o Estado representado pelo governo é capaz de exercer *funções contraditórias*, com vistas à *acumulação* e a *legitimação* com finalidade de *criar consenso* por meio da ação de suas instituições, função assumida pela SECEL. (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p. 6, grifos nossos)

Embora possua uma concepção marxista de política social, a concepção de política pública segue *princípios idealistas*:

[...] as políticas sociais como *ação do Estado*, além de garantir os direitos sociais, tornaram-se possibilidades concretas de exercício da cidadania a qual é constituída de direitos e instituições (BORON, 1994). A política social atende a determinado Estado, classe social e ação política; consiste em uma estratégia de governo que, normalmente, se apresenta sob a forma de relações jurídicas e políticas, não contendo em si uma definição, bem como não resulta apenas do despertar do espírito humano. É uma forma de expressão das relações sociais cujas raízes se situam *no mundo da produção*, o que remete à compreensão de que os projetos, os programas e outros documentos referentes em certo momento a uma política - setorial ou

social/econômica - não se colocam como totalidade absoluta (VIEIRA, 1992).

[...] a política pública consiste em um consiste em um “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação e quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. No entanto, considera-se a noção de *Estado em ação limitada uma vez que não permite diferenciar política de Estado de política de governo, logo se define de modo focal* e não contempla a necessidade de *continuidade das políticas*. A política de Estado assume um caráter de continuidade, assim não pertence a nenhum governo, mas ao Estado. Nesta configuração, ela incorpora uma *dimensão mais ampla* que se vincula aos interesses sociais gerais (SOUSA, 2003, p. 3 - 4). Convém acrescentar que para o desenvolvimento de políticas (ações e programas) que tenham a continuidade como característica se torna necessário estabelecer políticas de Estado (SUASSUNA et al., 2007). (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p. 7, grifos nossos)

Assim, a democracia participativa deve educar politicamente e estabelecer um Estado democrático dotado de uma instância pública comum. Os autores defendem a transformação do Estado.

Em Húngaro e Oliveira (2005) observa-se que, de um lado, os autores defendem a construção de um Estado democrático, poroso, flexível, capaz de se apresentar como expressão institucional da pluralidade de interesses e necessidades existentes na sociedade (LINHALES, 1998, p. 77 apud HÚNGARO E OLIVEIRA, 2005, p. 3274). Do outro lado, concebem as políticas sociais, do ponto de vista materialista dialético, como resultado das relações resultado das relações jurídicas e políticas, cujas raízes se localizam no mundo da produção. E ainda, constitui-se um fenômeno que possui papel na reprodução da força de trabalho e acumulação capitalista (sendo concedida pela classe dominante), expressando a perspectiva da integração social. É também o resultado de contradições, constituindo-se uma conquista da classe trabalhadora.

Isso porque, para os autores, há uma contradição entre Sociedade civil, cidadã como parceria do Estado e a sociedade civil como cliente do Estado. O Estado que não dá chance à população de participar é considerado burocrático e se encontra acima da sociedade, impondo suas decisões que possui como critérios principais os determinantes técnicos e interesses políticos localizados. Essa linha, segundo os autores, concorre com o conformismo, a dependência e o descomprometimento da população (cliente do Estado, distanciada do processo decisório tende a se despreocupar com o público, considerando o um problema do

Estado) . Ao contrário, o Estado que vê a sociedade como parceira tende a gerar posições reivindicatórias, críticas e comprometidas por parte da população. Vejamos:

Acompanhando a maneira como a maioria dos governos elabora suas políticas nestes setores – seja no âmbito municipal, estadual ou federal –, Stigger (1998:72) nota que as decisões ficam restritas ao poder instituído, representado pelos políticos e/ou profissionais técnicos, ficando a população fora do processo decisório. Dessa forma:

“[...] caracterizam-se as políticas desenvolvidas *para* a população, diferente das desenvolvidas *com* a população. As primeiras, *colocando* o Estado numa posição acima da sociedade civil, relacionam-se com a população através do modelo burocrático de gestão, onde as decisões são tomadas de cima para baixo, tendo como critérios principais os determinantes técnicos e os interesses políticos localizados. Nessa linha de ação, contribuem para uma postura conformista, dependente e descomprometida da população: ao invés de serem incentivadas suas iniciativas próprias reivindicatórias, ela é tratada como cliente do Estado; distanciada do processo decisório; a população tende a deixar de se preocupar com aquilo que é *público*, tratando-o como se fosse *um problema de Estado*”

De modo diferente, numa perspectiva de desenvolvimento, uma política social que vê a sociedade civil *como parceira do Estado* tende a gerar *posições reivindicatórias, críticas e comprometidas por parte da população*. Diferencia-se aí o *cliente do cidadão* onde os problemas *do Estado* passam a ser vistos como *um problema de todos*.

Poderíamos citar a *Conferência Nacional de Esporte* como um bom exemplo de como o esses setores historicamente não contaram com ações que prezem pela participação da sociedade civil. Ressalvadas os inúmeros contratemplos que envolveram todo o processo de elaboração e efetivação, é importante destacar que foram precisos mais de 10 anos da promulgação da Constituição de 1988 para acompanharmos uma iniciativa do governo federal nesse sentido. (HÚNGARO E OLIVEIRA, 2005, p. 3272, grifos nossos)

No estudo de Cunha et al(2009) aparece também a perspectiva eclética, mais dissimulada, de política pública que reconhece as contradições da sociedade de classes , deve ser participativa voltada a organização dos indivíduos, a organização comunitária.Essa perspectiva possui componentes funcionalistas e idealistas observados na defesa de uma integração e parceria comunidade - Estado. Valoriza a necessidade de organização comunitária para a definição das ações de esporte e lazer alinha-se com a valorização do componente sujeito, grupos e classes como determinantes das políticas sociais. Os autores não esclarecem o que entendem por *Estado*.

Em Liáo Jr, Sampaio, Behmoiras (2009) verificamos uma vertente marxista combinada com o idealismo. Os autores reconhecem as determinações do modo de produção, bem como

das contradições resultantes da luta de classe com claros componentes idealistas/liberais, observados na intenção de estabelecer consensos, no interior das políticas públicas.

As políticas públicas são consideradas:

[...] *objeto de luta entre diferentes forças sociais*, em cada conjuntura, não constituindo, pois, o resultado mecânico da acumulação nem a manifestação exclusiva do poder das classes dominantes ou do Estado. Essas políticas não caem do céu, nem são um presente ou uma outorga do bloco do poder. Elas *são ganhos conquistados* em duras lutas e resultados de processos complexos de relação de forças. (LIÁO JUNIOR, SAMPAIO, BEHMOIRAS, 2009 apud FALEIROS, 2004 p.62, grifos nossos)

Os autores afirmam a necessidade de aperfeiçoar o Estado democrático de direito. Nesse momento histórico é notória a insuficiência da democracia representativa, faz-se necessária a presença de amplos setores da sociedade civil, com vistas a garantir o exercício do controle social e a ampliação do acesso à riqueza, a cultura e a participação política pelas maiorias (LIÁO JUNIOR, SAMPAIO, BEHMOIRAS, 2009, p.6)

Em Terra et al (2009) temos uma formulação que se aproxima da formulação de Liáo Jr, Sampaio, Behmoiras (2009) na aceitação do consenso e negociação e dos conflitos, entretanto sem reconhecer as determinações do modo de produção, apontando a contradição entre o público e o privado, público e o lucro.

Para estes autores, a participação, como controle da sociedade sobre as ações estatais, integrou um período de democratização do Estado brasileiro resultando em mudanças na relação entre Estado e sociedade. (TERRA et al, 2009, p.3)

Carneiro e Mascarenhas (apud PEREIRA, 2008, p. 102), ao expor a visão de políticas públicas também manifestam um ecletismo quando não reconhece as determinações do modo de produção, mas considera as políticas públicas como conquistas das classes subalternas (sic) que se guiam pelos princípios de igualdade embora tenham no seu horizonte os direitos individuais - que se guiam pelo princípio da liberdade.

Ademais, para Carneiro e Mascarenhas (2013, p.3) a política pública é:

[...] a ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo. (PEREIRA, 2009, p. 94). A “Política pública expressa, assim, a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem a todos.” (PEREIRA, 2008, p. 174). Por esse viés, não é apenas o Estado que realiza políticas públicas, por isso é importante o controle democrático.

Uma posição que se aproxima do marxismo pode ser encontrada em Leonidio et al (2011b). Este autor busca estreitar laços entre a política de esporte e os interesses do capital através do componente de adaptação e tranquilização aliada a uma pretensa inclusão social, considerado como um discurso ingênuo, via perspectiva do esporte social. Esse autor considera que a inclusão social depende de um conjunto de políticas sociais, “articulação das comunidades, dos movimentos sociais, resistência e luta política, ou seja, uma ressignificação das relações humanas” (LEONIDIO et al, 2011b, p.7).

Neste autor, embora não discuta a participação, verifica-se a relação entre o crescimento do terceiro setor e o papel do Estado na reprodução do capital. Para ele, o crescimento do Terceiro Setor no campo do esporte e lazer não deve ser entendido como agente democratizador das relações sociais, e sim entendido como o fortalecimento da lógica neoliberal no enfrentamento da questão social. Constitui-se uma estratégia *minimização estatal na execução* das políticas sociais em detrimento das demandas sociais. O Estado que, por sua vez, *direciona suas intervenções na sua capacidade de investimento na reprodução do capital imbuí a sociedade a assumir ações no campo social* (LEONIDIO et al , 2011b, p. 5, grifos nosso)

Aparece em Bonalume (2009), a perspectiva marxista de Estado na variação gramsciana do Estado ampliado - sustentada no conceito sociedade política e sociedade civil constituída de aparelhos privados de hegemonia. Entretanto, essa autora mesmo reconhece que as políticas são determinadas por relações de poder e a considera uma arena de conflito de interesses, é possível identificar em suas ideais a adoção de componentes idealistas quando: a concebe como “arranjos adotados pelos homens para coexistirem em sociedade; e possibilidade de resolver conflitos sem destituir os conflitantes e garantindo ganhos expressivos em termos de convivência.” (ARISTOTÉLIS apud BONALUME, 2009, p.3, grifos nossos); a considera como meio de integração entre Estado e sociedade civil; a concebe como escolhas. Ademais, concomitantemente a isso e paradoxalmente percebe-se uma crítica a perspectiva racional e sistêmica.

Silveira (2011), por sua vez, em uma ligeira aproximação com o marxismo considera que as políticas sociais são conquistas resultantes da luta de classe e que os problemas sociais são inerentes ao modo de produção capitalista e, portanto a política de esporte não pode resolvê-los. O Estado é o ente social responsável pela implementação de programas que visem

proporcionar aos cidadãos o acesso universal ao esporte na categoria de direito social, inclusive, garantido pela Constituição. Dessa forma, verifica-se aqui a ideia de mediador civilizador presente nas formulações dos liberais Rousseau e Keynes.

Nesse autor acima citado, é possível perceber uma sutil diferença quanto à abordagem do Estado. Mesmo se não aprofunda a questão, o autor apresenta a tese do Estado dotado de um aparato administrativo suficientemente forte, juntamente com uma dotação orçamentaria, como uma necessidade para concretização dos direitos sociais.

Crítica ao conhecimento do GTT de políticas públicas

Em resumo, em suas diferentes formas de se expressar, o ecletismo é o que mais tem adeptos nesse núcleo de críticos do esporte. Embora os autores reconheçam as contradições dos interesses de classes e às vezes as determinações do modo de produção, o que se verifica hegemonicamente é adoção das teses de um Estado dotado um interesse geral, público, comum e, portanto, por cima das classes sociais. Além disso, nota-se a ideia de um Estado que comporta a pluralidade de interesses e capaz de estabelecer consensos e negociações, assim como realizar arranjos. Um caráter pacífico e idealista das políticas públicas sociais, muito recorrido no conhecimento, se manifesta através da ideia de que esse fenômeno pode ser simplificado a ações estatais para garantir direitos e da ideia aristotélica de convivência.

Pelo conjunto da obra verifica-se que os autores no fundo defendem o aperfeiçoamento ou a transformação do Estado pela via da democracia garantida pela ampla participação de setores da sociedade, cujos mecanismos são as Conferências, Conselhos e etc. A participação, assim, é voltada a integração social, cujo grau mais elevado responsabiliza a sociedade por tarefas - a execução e implementação de políticas públicas sociais - que são do Estado e da incorporação do setor privado em pé de igualdade com a classe trabalhadora.

A exposição demorada reúne e esmiúça os elementos que revelam no conhecimento uma perspectiva que concebe uma *autonomia relativa do Estado frente a interesses privados*. Nesse ponto, o nosso principal questionamento é sobre a possibilidade de construção dessa instância pública comum, no capitalismo, no Estado burguês e na democracia, não esqueçamos, burguesa. Questionamos se essa é, para aqueles que defendem a construção de outro modo de produção, a melhor estratégia.

As teses sobre o Estado democrático, participativo, comum, público, portador de um interesse geral, não são novas e já haviam sido superadas por Marx desde suas primeiras

formulações. Além disso, Marx, Engels, Lênin e Trotsky afirmaram reiteradas vezes que o socialismo se dará pela tomada do poder político pelos trabalhadores, os trabalhadores como classe dominante, para expropriar a burguesa e, portanto, que o Estado é um órgão de dominação de classe e não de conciliação.

Como vimos, a participação tal qual se apresenta, ao contrário, tem servido para legitimar os interesses privados e não contribuiu com a construção de uma suposta esfera pública [sic]. Estes interesses privados, conforme os autores criticaram, são hegemônicos e se encontram em diversos graus de desenvolvimento, como já vimos. Assim, a participação tal qual aparece se relaciona com a política de esporte não a influenciando diretamente, mas como um mecanismo de contenção, atenuação das contradições entre democratização/universalização e apropriação privada, e, portanto, de integração e conciliação.

Diante do exposto, a luta e a organização da classe trabalhadora por democracia tanto do ponto de vista político - ampliação da participação, como por exemplo, remover os obstáculos à participação política dos trabalhadores onde as coisas são realmente decididas, quanto econômico - ampliação de direitos sociais, e pelo socialismo, deve ser sempre independente do Estado e da classe dominante que detém o seu poder.

2) Relação Estado e fundo público - o fundo público e a tese da construção do Estado democrático possuidor de uma esfera pública , comum , geral e plural

Vimos, ao analisar a posição dos autores acerca da apropriação do fundo do esporte pelo setor privado, todo o caráter antidemocrático, isto é seletivo e fundamentalmente, da privatista da política de esporte. Dessa forma, cabe-nos aqui aprofundar o caráter contraditório destes aspectos, isto é, explicitar as formas particulares de manifestação, confrontando-os com a tese da construção do Estado democrático possuidor de uma esfera pública, retomando os elementos centrais da crítica que os próprios autores realizam à política de esporte.

Nosso desafio e esforço, até aqui, foi tratar da questão da democratização do esporte considerando o contexto mais geral de democratização das relações políticas, que na nossa avaliação é uma via de aproximação entre as pautas políticas e econômicas. Por isso, é importante tratar do tema da democratização do Estado e de sua relação com o atendimento das reivindicações dos trabalhadores.

Como já evidenciamos, os autores criticam a tendência de apropriação do fundo público pelo esporte de alto rendimento em detrimento das demais dimensões, refletindo uma hierarquização das manifestações. Na mesma direção, temos outra tendência que compõe a primeira, também evidenciada pela produção, que consiste na legalização e institucionalização (aparente estatização) do uso do fundo público para dimensão do esporte de alto rendimento e de privatização e filantropização as demais dimensões. Em geral, na nossa acepção, essas tendências refletem uma característica central da política de esporte que é a privatização.

Além disso, foi explicitado na nossa análise do conhecimento que os recursos financeiros para as demais dimensões de esporte, que não são protegidos pela legislação, estão sujeitos a serem apropriados privadamente por setores do capital financeiro através da formação de superávit primário para pagamentos dos juros da dívida do Estado com seus credores.

Para nós, essas tendências contraditórias com a democratização e universalização, fundamentalmente a privatização de caráter estrutural em especial, isto é, a encarnada pela legislação, na política de esporte reúne elementos que contribui para a criticada tese da *autonomia relativa do Estado*, da *esfera pública comum*, da possibilidade de *negociação*, *consensos*, da *convivência*, da *pluralidade de interesses* e necessidades e dos *arranjos* presente na formulação dos autores, pelo menos na área do esporte. Então, as políticas estatais não se vinculam necessariamente aos *interesses gerais*. Estas políticas de Estado são o resultado da luta de classes que possui interesses antagônicos que implica em dominação e hegemonia. No caso do esporte, ao contrário de um suposto interesse geral, o que verificamos é que *a estrutura legal e institucional assegura exclusivamente recursos financeiros a entidades de administração do esporte, setores rentistas, empresas, ONGs, fundações e clubes* e etc.

Ademais, na nossa avaliação, os autores se equivocam quando acreditam na possibilidade de conciliar interesses com esses sujeitos acima citados no interior do Estado e das políticas de esporte. O tipo de prática de esporte que entidades de administração, clubes, fundações, empresas e etc., impulsionam, produzem e reproduzem é seletivo, excludente, na forma de esporte de alto rendimento e que visa o lucro. Quando não é assim, realizam o esporte equivocadamente chamado de social que se articula dimensão do alto rendimento de

forma subordinada, a partir da perspectiva da pirâmide esportiva. Nesse contexto, o esporte social, que também carrega o traço da focalização e funcionalismo, conseqüentemente entra em contradição com a perspectiva de esporte democrática e universal.

Para nós, ainda está em voga a tese da tomada do poder do Estado pelos trabalhadores pela via da revolução - os trabalhadores como classe dominante - como uma forma de transição ao comunismo e, portanto, de extinção do Estado formulada por Marx e Engels e atualizada por Lênin (2007). E como tarefa democrática, cabe a luta pela ampliação dos direitos políticos, sociais e civis. Não há uma separação entre lutar pelo socialismo e lutar pela democracia.

Na política de esporte, a democracia requer remoção dos obstáculos impostos pela lógica do orçamento e da política econômica. Para tanto, algumas medidas são necessárias: a) Por fim ao superávit fiscal primário; b) fixar percentuais destinados ao esporte na Constituição Federal. Esse percentual destinado ao esporte deve ser adotado a partir de estudos que apontem as reais necessidades; c) romper com setor privado que recebe dinheiro público para realizar o esporte de alto rendimento direta ou indiretamente. Isso significa revogar as leis (Lei Agnelo Piva, Lei de Incentivo ao Esporte, Lei da Timemania) que repassam dinheiro, por diversos meios, para a iniciativa privada e rever os contratos entre o Estado e entes privados através da realização de projetos, programas e patrocínios.

Essas medidas podem se tornar realidade a partir do enfrentamento da classe trabalhadora reivindicando que o Estado assumira seu dever e não sendo integrada e tutelada na execução/implementação e/ou através “discussão” pela via das Conferências, Conselhos, orçamento participativo.

4.2.2 Crítica a negação do componente fundamental da política: o projeto histórico

Freitas (1987) é uma das referências teóricas que orienta nossa análise, no quesito projeto histórico. Assim, estamos compreendendo como projeto histórico “a delimitação do tipo de sociedade que se quer criar (já que todos defendemos a “transformação social”) e as formas de luta para a concretização desta concepção, a partir das condições presentes.” (p. 122, grifos nossos).

Esse mesmo autor afirma a *impossibilidade de neutralidade no capitalismo*, mesmo se há indiferença a luta política entre as classes, a luta entre os partidos:

A luta entre os partidos é a expressão integral, completa e acabada da luta política entre as classes. O apartidarismo significa indiferença perante a luta dos partidos. Mas, esta indiferença não equivale à neutralidade, à abstenção na luta, pois na luta de classe não pode haver neutro; na sociedade capitalista não é possível “abster-se” de participar no intercâmbio de produtos ou forças de trabalho. (...) A indiferença é o apoio tático ao forte, ao que domina (LENIN, 1975, p.187 apud FREITAS, 1987, p.130, grifos nossos)

De modo explícito, apenas um dos *dezesseis trabalhos* assume claramente um projeto histórico, a saber, o projeto socialista democrático. Assim, esse item tem o objetivo de cumprir três tarefas: criticar o caráter conservador do projeto socialista democrático; reunir os elementos que comprovam o alinhamento dos autores a um projeto histórico de reforma ou conservação da sociedade capitalista; verificar se há relação entre o projeto histórico e a política de esporte.

Em que pese à ausência de um conteúdo explicitado de projeto histórico, vemos a defesa do esporte como integrante do processo civilizador vista nos trabalhos de Linhales e Vago (2003) e Guimaraes e Valadares (2009), de um lado. E do outro lado, encontramos a defesa de transformação e melhoria do modo de produção, bem como o lugar que a política de esporte ocupa nesse processo. Assim, identificamos perspectivas como as afirmações: a) da revolução; b) da superação as contradições do capitalismo; c) de um mundo mais justo potencializando uma nova significação de modo a atender aos anseios da classe trabalhadora; d) da emancipação humana; e) de um projeto de melhorias das condições gerais de vida; f) do projeto socialista democrático.

a) A afirmação da revolução

A afirmação da revolução é encontrada em Húngaro e Oliveira (2005). Para estes autores, *os direitos sociais no neoliberalismo assumem um caráter revolucionário*:

Considerado todos estes aspectos, faz-se ainda mais importante a organização de representações que tematizem e difundam tais atividades como direitos sociais, pois em tempos de neoliberalismo a luta pela defesa dos direitos sociais assume um caráter revolucionário (Cf. Behring, 2002 apud HÚNGARO E OLIVEIRA, 2005, p. 3271 - 3274, grifos nossos)

Para entendermos o leque de possibilidades dessa afirmação, tomemos como exemplo a questão da revolução democrática. Quando os autores falam de revolução, sem dizer que tipo e para construir o quê, podem estar se referindo ao aperfeiçoamento da democracia capitalista e, portanto, da consolidação do poder da burguesia.

Em fases anteriores, esse processo revolucionário democrático, pelo qual alguns países desenvolvidos já passaram, consolidou conquistas para a classe trabalhadora. No entanto, na fase atual, a imperialista, essas conquistas democráticas se chocam cada vez mais com as tendências destrutivas do capitalismo porque a burguesia não é mais capaz de conduzir reformas democráticas. Dessa apreciação temos a tese que liga a revolução democrática à revolução socialista formulada por Trotsky (2009) - o sistema de reivindicações transitórias como uma ponte que liga estes processos revolucionários - que não aparece na formulação dos autores sobre a política social de esporte. Outra possibilidade de interpretação seria atribuir aos autores uma defesa de uma revolução democrática, rejeitando a revolução socialista, isto é a perspectiva da reforma do capitalismo. Teríamos ainda, uma terceira possibilidade de interpretar essa formulação: atribuindo identidade com a tese da revolução por etapas: primeiro faz a revolução democrática e só depois que esta for concluída realiza-se a revolução socialista.

Assim, explicitamos aqui nossa concordância com a tese dos autores que afirma o caráter revolucionário das conquistas sociais (programa mínimo), mas na perspectiva em que Trotsky (2009) formulou, isto é, em uma perspectiva que conduza o programa mínimo ao programa máximo - tomada do poder do Estado pelos trabalhadores (socialismo). Em que pese os limites programáticos e teóricos (ecletismo) estes autores são um ponto de apoio para a compreensão do significado das políticas sociais no contexto atual de retirada de direitos.

b) A afirmação da superação as contradições do capitalismo

Os defensores da tese da superação das contradições do capitalismo, Sousa, Correia, Vieira (2011) dão um passo a mais que Húngaro e Oliveira (2005). Estamos considerando que os autores sejam pelo fim do capitalismo, tendo em vista que é um modo de produção movido por contradições. Assim, acabar com as contradições é decretar seu fim. No entanto, os autores não dizem o que deve substituir o modo de produção atual.

Em Sousa, Correia, Vieira (2011) as políticas sociais de caráter desmercantilizante não são suficientes para superar as contradições do capitalismo, mas para que a esperança seja mantida viva:

A história tem demonstrado que o *equilíbrio do poder político* está diretamente relacionado aos limites da expansão da cidadania social. As políticas de *caráter desmercantilizante*, instituídas no âmbito do Estado, que reforçam os direitos de cidadania e desenvolvem laços de solidariedade, na sociedade, e contribuem para o aperfeiçoamento democrático devem ser enfatizadas. *Identifica-se que elas sejam insuficientes para promover a superação das contradições do capitalismo*, mas, pelo momento, *julga-se que são fundamentais para que a esperança se mantenha viva*. (SOUSA, CORREIA e VIEIRA, 2011, p.12, grifos nossos)

Além disso, o extrato acima explicita que não expressam **meios** para a superação das contradições do capitalismo, bem como apostam no *equilíbrio do poder político* e na sua relação direta com os limites da *cidadania social*. Dessa forma, evidencia-se, mais uma vez, uma perspectiva de política desconectada com os interesses materiais das classes sociais.

c) A afirmação da emancipação humana

Localizamos a tese da emancipação humana em dois estudos, a saber: Bonalume (2009); Lião Júnior, Sampaio, Behmoiras (2009). Nestes autores, a emancipação humana está ligada ao acesso aos direitos sociais, políticos e civis, ao enfrentamento da lógica da desigualdade, exclusão e desrespeito a diversidade. Os autores opõem a perspectiva da emancipação humana ao trato funcionalista dado ao esporte e lazer na Constituição Federal (BONALUME, 2009) e a prática do universo de negócios, cujo marco é a ganância e o lucro, que desconsidera as condições materiais de vida da população e, portanto os preceitos democráticos (LIÃO JÚNIOR, SAMPAIO, BEHMOIRAS, 2009).

d) A afirmação da transformação da comunidade na direção de um mundo mais justo, potencializando uma nova significação de modo a atender aos anseios da classe trabalhadora

A defesa da transformação da comunidade na direção de um mundo mais justo, potencializando uma nova significação de modo a atender aos anseios da classe trabalhadora, possível pela reflexão dos valores sociais e das práticas corporais e da “superação da sociedade pautada nas injustiças sociais” pode ser vista em Cunha et al(2009).

Compreender a cultura corporal significa problematizar as diversas manifestações corporais, *contribuindo para reflexão crítica dos sujeitos*,

entendendo este amplo acervo de práticas corporais, através de sua historicidade e da leitura da realidade social e econômica na qual vivemos. Essa compreensão também perpassa a reflexão acerca dos valores da sociedade e das práticas corporais que possibilitem a transformação da comunidade na direção de um *mundo mais justo, potencializando uma nova significação de modo a atender aos anseios da classe trabalhadora*.

Tratar desse sentido/significado abrange a compreensão das relações de interdependência que o jogo, esporte, ginástica e dança, ou outros temas (...), têm com os grandes problemas sócio-políticos atuais como: ecologia, papéis sexuais, saúde pública, relações sociais do trabalho, preconceitos sociais, raciais, da deficiência, da velhice, distribuição do solo urbano, distribuição de renda, dívida externa e outros. A reflexão sobre esses problemas é necessária se existe a pretensão de possibilitar ao aluno (...) entender a realidade social interpretando-a e explicando a partir dos seus interesses de classe social (SOARES et al, 1992, p. 63). A compreensão das manifestações corporais como cultura corporal difere do entendimento de práticas para a aptidão física. Este último conceito favorece aos interesses da estrutura da sociedade capitalista, pois pretende “adaptar o homem à sociedade alienando-o de sua condição de sujeito histórico, capaz de interferir na transformação da mesma (SOARES et al, 1992, p.36 apud CUNHA ET AL, 2009, p. 3, grifos nossos).

O Programa Esporte na Comunidade procura perceber o conceito de cultura corporal enquanto foco da implantação de políticas públicas voltadas para a *organização dos indivíduos*, diferindo das propostas de políticas públicas de esporte e lazer, certamente hegemônicas, preocupadas apenas em *revelar talentos esportivos através de escolinhas esportivas, cuja base pedagógica se manifesta no adestramento e exclusão dos indivíduos*.

Compreende também que esta cultura é uma construção humana, que está em constante processo de transformação pelos sujeitos históricos, *não se fechando em finalidades utilitaristas para a reprodução do status quo*, mas abrindo-se para o movimento histórico de transformação social direcionada a *superação da sociedade pautada nas injustiças sociais* (CUNHA et al, 2009, p.3 - 4, grifos nossos).

Vê-se acima uma hesitação marcante na posição dos autores. Os autores, assim como os demais não delimitam o projeto que supere a sociedade pautada nas injustiças sociais. Além disso, uma incógnita se faz premente: se o objetivo é construir um mundo mais justo, então temos um mundo justo?

Fica evidente também a relação entre a pretensa transformação da comunidade através do Programa Esporte na Comunidade que possibilita a organização dos indivíduos e a construção de um mundo mais justo. Segundo os autores, essa política que estaria voltada para a organização dos indivíduos e na concepção de cultura corporal que difere de propostas amparadas na aptidão física. Afirmam ainda que, esta última proposta favorece aos interesses da estrutura da sociedade capitalista, cuja pretensão é a adaptação do homem à sociedade,

alienando-o de sua condição de sujeito histórico, capaz se interferir na transformação da mesma.

Entretanto, observa-se também um caráter idealista conferido às políticas de esporte e lazer na sua relação com a transformação manifesta em dois momentos. No momento em que os autores conferem à reflexão “dos valores sociais e das práticas corporais”, viabilizada pelas políticas públicas, mesmo se consideram as “contradições da sociedade de classes” (CUNHA et al, 2009, p. 4), a possibilidade de transformação da comunidade. O idealismo também se expressa no desejo dos autores de que políticas públicas de esporte e lazer de viés organizativo, patrocinada pelo Estado, contribuam e/ou possibilite alguma transformação da comunidade, da sociedade com vistas à superação das injustiças.

Na nossa avaliação, sob a tutela e patrocínio do Estado, fica difícil defender a posição de que um programa, mesmo sustentado na perspectiva da cultura corporal, a mais avançada até então na área da Educação Física, contribua, no que lhe cabe na explicação do real, com a reflexão crítica dos indivíduos. É impossível refletir criticamente quando não se tem autonomia. E essa proposta de organizar os indivíduos através das políticas públicas de esporte e lazer consiste, no fundo, em defender que o Estado a cumpra esta tarefa. Além do que, a ausência de clareza sobre onde se quer chegar quando se pauta a transformação, a superação da sociedade, contribui ainda mais para a construção de uma mentalidade adaptada, acomodada a sociedade capitalista.

e) *Afirmção do “projeto de melhorias das condições gerais de vida”*

A identificação das políticas públicas de esporte e lazer como parte integrante de um “projeto de melhorias das condições gerais de vida” pode ser observado em Carneiro, Mascarenhas (2013) e em Araújo, Dominici e Cardoso (2009).

Carneiro, Mascarenhas (2013) afirmam também que a luta pela existência destas políticas se apresentam como uma importante bandeira democrática. Isso porque o esporte e o lazer possibilitam formas novas de relação com o mundo:

“[...] a luta pela existência de políticas públicas de esportes e lazer com acesso universal a toda produção cultural da humanidade se apresenta como *importante bandeira democrática.*” (MELO 2004, p. 120). Pois, “Inegavelmente, os esportes e as artes *possibilitam novas formas de relação com o mundo*, sendo tais manifestações parte *integrante de um projeto de*

melhorias das condições gerais de vida” (MELO, 2005, p. 80). Assim, Castellani Filho (2007, p. 4) enriquece esse argumento dizendo que identifica o esporte como “[...] parte integrante do patrimônio cultural da humanidade e, como tal, passível - por direito - de ser por ela apreendido”. (CARNEIRO, MASCARENHAS, 2013, p.5)

Concordamos com os autores, mas eles param por aí. Assim, podemos concluir que eles se ligam, mesmo que implicitamente, a uma perspectiva reformista da sociedade capitalista, considerando que para nós revolucionários a “democracia não é um limite que não possa ser ultrapassado”.

Em uma rota parecida, Araújo, Dominici e Cardoso (2009) não expõem com clareza o projeto histórico. Dão a entender que as políticas de esporte e lazer devem encerrar seu papel social integrando a melhoria da qualidade de vida da população, na construção da cidadania. Essa postura fica evidente quando as autoras afirmam a relevância desse papel social atribuído ao esporte e lazer que equivale ao papel conferido aos demais direitos sociais como saúde e educação.

Essa posição reformista pode ser observada também na apreciação das autoras de que as políticas públicas de esporte (direitos sociais) devem estar voltadas para a valorização do esporte e do lazer na perspectiva dos direitos humanos e, portanto, da valorização do indivíduo e de sua vivência. (ARAÚJO, DOMINICI E CARDOSO, 2009, p. 1 - 2). Complementar a isso, verifica-se que concebem os direitos sociais como fenômeno indivisível que se sustentam na integridade dos sujeitos, sua complexidade e suas potencialidades sociais, através do esporte e do lazer, espaços propícios ao seu desenvolvimento, constituindo-se em espaços de ação educativa, onde são afirmados e vivenciados valores positivos para o indivíduo e para a vida em sociedade.

Concordamos com Freitas (1987) que a negligência e a minimização das questões programáticas, isto é, a não delimitação de que tipo de sociedade se quer construir, e chamamos a atenção sobre a sua importância nos estudos sobre as políticas sociais de esporte, coloca o conhecimento produzido em uma posição de colaboração com a situação tal como ela se apresenta. A indiferença à luta política não significa neutralidade.

E nesse caso, o conhecimento sobre política de esporte, como foi possível apreender, esse alinhamento da forma de conceber as políticas sociais, a conservação da sociedade se materializa em níveis de aproximação distintos, mas o traço comum, geral é que nenhum dos trabalhos defende claramente um projeto. Ademais, nossa exposição demorada demonstrou

que essa forma de proceder dos autores pode, em alguns casos, não ser um descuido, um vacilo, mas uma posição bem definida em relação à sociedade e o lugar das políticas públicas sociais de esporte.

f) O projeto socialista democrático

O projeto socialista democrático pode ser visto apenas em Oliveira, Suassuna, Trompieri Filho (2013).

Para estes autores a construção de um modelo socialista democrático que congregue a transformação do Estado e a uma ampla participação da sociedade nos processos decisórios da vida social para redefinir a correlação de forças e romper com a ideia de apatia social da social democracia. Assim, segundo os mesmos, é necessária uma ampla articulação que difunda a democracia em todas as instâncias de poder para gerar um amplo movimento das massas populares em todos os setores sociais - estudantes, trabalhadores, dentre outros. (POULANTZAS, 2000 apud OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p. 3 -4)

Os autores fazem a seguinte relação entre a política de esporte e projeto socialista democrático: “A institucionalização do esporte e do lazer como direitos sociais ocupa papel central na consolidação da democracia participativa que tem o cidadão como sujeito das ações e decisões pertinentes à coletividade” (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p.3).

Assim, apreende-se que para estes autores a política de esporte tem o lugar não só na garantia do acesso aos direitos sociais, mas também na reflexão da realidade na qual ele se insere, isto é, tem um papel educativo:

Outro aspecto interessante diz respeito à formulação, à implementação ou aos resultados da ação política que devem contemplar a *análise de situações concretas*, com fundamento em problemas empíricos para possível (des) legitimação da escolha definida (REIS, 2003). Este pressuposto permite *compreender a realidade* na qual a intervenção ocorrerá que pode servir de subsídio para a definição da ação política. Isto pode vir a *indicar*, no contexto das políticas voltadas para o setor do esporte e lazer, a *necessidade de apropriação da cultura e das práticas sociais presentes em cada comunidade, município, estado ou região* para a qual a *policies* incidirá. Com o sentido de apropriação da cultura, sugere-se aqui a necessária interpretação da cultura corporal⁵ local a fim de entender o “cenário” para a construção da ação política. (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p. 7 - 8)

[...] *Observa-se a cultura corporal tratada como conhecimento para todos. Sendo assim, sua prática possibilita a aprendizagem e prática da cidadania*

como elemento da cultura (SANTOS, 1987). (OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO, 2013, p.13)

Essa tese do socialismo democrático, pelo exposto acima, e por Fernandes (1978), concorre com a perspectiva de transição gradual do capitalismo ao socialismo. Além disso, esse tipo de socialismo, ao criticar o modelo soviético, realça a importância da combinação dos elementos da democracia representativa com a democracia direta. (SILVA, 2003, p.20)

Como vimos, teoricamente, essa tese da transição gradual do capitalismo ao socialismo já vem sendo tema de discussões desde o século XX quando a questão do Estado e da Revolução se tornou crucial na Rússia em seu processo revolucionário iniciado em 1917. Coube a Lênin (2007) combater as teses anarquistas, reformistas e liberais, bem com as nuances destas últimas, de caráter aparentemente revolucionário (materialista dialético), que ganhou vida principalmente pelas mãos de K. Kaustky.

Tratando ainda do aspecto teórico dessa perspectiva de transição, foi Lênin (2007a, p.43) que apontou o seu caráter idealista porque, segundo o mesmo, essa tese liga-se indissolúvelmente a ideia de um Estado por cima das classes mesmo que na teoria aponte-o como um órgão de dominação de classes, como um produto e manifestação das contradições inconciliáveis das classes.

Além disso, a perspectiva da transição gradual pelas tintas “kautskystas” omitia ou obscurecia que “[...] a libertação da classe oprimida só é possível por meio da *revolução violenta* e da *supressão do aparelho governamental* criado pela classe dominante e que pela sua própria existência, ‘se afasta’ da sociedade. [...]” (LÊNIN, 2007a, p.26, grifos nossos).

Dessa forma, a partir da observação detalhada da relação entre política de esporte e projeto histórico, conclui-se que há nessa amostra, retirada do núcleo de críticos do esporte, duas tendências: uma que nega a política em seu componente fundamental, o projeto histórico, reforçando nossa hipótese de que não há conhecimento uma concepção de política de esporte, unânime ou quase unânime, voltada à integração social (adaptação) com graus distintos de desenvolvimento; e outra que se posiciona politicamente em favor do projeto histórico socialista democrático, mas que também na integração (adaptação) social pelos meios pacíficos e pouco decisivos que escolhem como estratégicos para alterar a correlação de forças na sociedade e no Estado em favor da classe trabalhadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de 2003 a 2013, como vimos, a política de esporte, que não é neutra e reflete as contradições de classe, esteve dominada por interesses privados de toda ordem. Esse processo de privatização, que só agora vem à superfície, cujas raízes estão fincadas nas décadas de 1980 e 1990. Essas raízes podem ser observadas no trato dado ao esporte pela Constituição de 1988 e pela Lei Pelé, sucedidas pela “Reforma” do Estado, em um contexto de crise, que privatizou direitos sociais sob a dissimulação da esfera pública não estatal.

Esse caráter privatista que a política de esporte assumiu, nesse período histórico, foi marcado pela chegada do PT e seu amplo espectro de alianças ao poder executivo pela via eleitoral e pela criação de um ministério exclusivo do esporte dirigido hegemonicamente pelo PC do B. A chegada desses partidos de esquerda ao executivo e de sua política pró parcerias público-privada é uma contradição porque não foi esse o mandato que receberam da classe trabalhadora.

Esses interesses privados de toda ordem representados nas ONGs, empresas, CONFED, FIFA, COI, Federações e Confederações, clubes, podem sair vitoriosos, em um contexto de uma suposta democratização das relações políticas através da realização das Conferências Nacionais de Esporte que autores como Figueiredo (2013) indicam que engendra mecanismos de controle e contenção de massas. Enquanto, isso os dados expressam que o esporte no nosso país, que segundo a Carta Magna, é um direito de cada um/individual, continua sendo negado à maioria da população, a classe trabalhadora.

Nesse quadro contraditório, o GTT de políticas públicas não cumpriu seu papel plenamente porque carece de categorias que expliquem o real. O CBCE afirma que os GTTs são, dentre outras coisas, “pólos sistematizadores do processo de produção do conhecimento, com o objetivo de parametrização das ações políticas das instancias executivas do CBCE”.²⁷ Não é possível fornecer parâmetros à intervenção com uma produção em que 43% de artigos sobre política de esporte, em dez anos, não explicam o que é o esporte.

Considerando somente os trabalhos que explicam o esporte, nota-se que 46% não consideraram as condições objetivas para sua democratização/universalização Isso significa

²⁷<http://www.cbce.org.br/gtt.php>. Acesso 20 de ago . 2014

que apesar de discutir a questão, os pesquisadores a fazem com dificuldades de correspondência real e sem apontar possibilidades que superem o quadro de expropriação da cultura corporal.

Aprofundando a nossa análise, encontramos um núcleo de trabalhos aproximadamente crítico do esporte, correspondendo a aproximadamente 15% da amostra inicial que em números absolutos consiste em 109 trabalhos. Ainda assim, apesar das contribuições, nesse núcleo observam-se limites a explicação do esporte como prática democrática, universal e acessível a todos. Por isso, não é possível denominá-lo de forma crítica pura e simplesmente.

Apesar de reconhecer as contradições que ganham cor em alguns aspectos como a seletividade, a focalização e privatização, a hierarquização das manifestações que entram o avanço do esporte como prática democrática, acessível a todos, os intelectuais do referido núcleo apostam e legitimam estratégias e táticas políticas supostamente participativas que em nada contribuem para a democracia (legitima os interesses privados do esporte seletivo e de alto rendimento e contém e atenua os interesses contraditórios), aparecendo muito mais como uma democracia formal de caráter integrador.

Ressalte-se que no conhecimento produzido do núcleo aproximadamente crítico do GTT de políticas públicas é possível reconhecer a inteligibilidade dos mecanismos de apropriação privada do fundo público como: a desvinculação constitucional do orçamento destinado às dimensões do esporte participação e educacional ou de caráter não hegemônico e sua sujeição a constantes contingenciamentos em favor do superávit primário; a fixação em lei de recursos somente para o esporte de alto rendimento; o repasse de recursos financeiros de forma direta ou através de renúncia fiscal para organizações públicas não estatais privadas executarem o orçamento e os projetos esportivos.

Assim, vê-se no conhecimento a crítica a tendência da política de esporte em legalizar e institucionalizar (aparente estatização) o uso do fundo público para dimensão do esporte de alto rendimento e de privatização e filantropização das demais dimensões. Em geral, na nossa aceção, essas tendências refletem uma característica central da política de esporte que é a privatização, constituindo-se obstáculos para democratização e universalização do esporte.

Entretanto, verifica-se que a explicação no conhecimento desses obstáculos para democratização limita-se ao reconhecimento pelos intelectuais da adoção de traços neoliberais pelo Estado que repassa a responsabilidade de suas funções para a sociedade (iniciativa

privada, mercado) e para o indivíduo. Isso porque, nessa concepção, essa nova agenda neoliberal impactou as políticas sociais reduzindo seus custos. Particularmente, alguns trabalhos sinalizam, sem aprofundar, que a relação entre a esfera pública e privada na política de esporte é histórica, com o predomínio da presença das Entidades de Administração do Esporte.

Diante dessa explicação, não é surpresa o caráter predominantemente eclético das formulações dos autores sobre o Estado e as políticas públicas sociais misturando uma posição liberal e idealista com posições materialistas. Nesse terreno eclético nos deparamos com tese da autonomia relativa do Estado, da esfera pública comum, da possibilidade de negociação, consensos, da convivência, da pluralidade de interesses e necessidades e dos arranjos institucionais.

Esse fundo teórico explica a aparição da tese integração social, em seus diversos graus de desenvolvimento e comprometimento, tratada pelos autores como um fator de democracia, de forma implícita, no conhecimento. Observadas na forma como os autores concebem a participação política, a relação entre o público e o privado, o Estado e a sociedade.

Essa perspectiva integradora da classe trabalhadora ao aparato estatal encontra-se de maneira mais comprometida e completa na afirmação (defesa) da referência social como um traço da política pública que se sustenta na conciliação amplos setores da sociedade - clubes, ONGs dentre outros - e do Estado. Observa-se também essa perspectiva integradora na afirmação de mecanismos participativos que faça a população **se sentir** responsável pela execução da política pública, representando assim um grau diferente do anterior, isto é, de menor evidência. Além disso, verifica-se que em ambos os graus de integração, a participação aparece como um elemento educativo e conscientizador.

Ademais, é em uma terceira forma de integração social que encontramos o ponto mais frágil de sua própria sustentação. Referimo-nos aos adeptos da participação como controle social da sociedade [sic] das ações do Estado e do governo - controle democrático. Nesse grupo, encontramos a apreciação, não unanime, de que as Conferências Nacionais de Esporte, como forma de participação social, serviu para legitimar interesses privados em detrimento do público, considerando que é um espaço em que a democracia não é completa. Entretanto, ainda assim, não encontramos uma ruptura com as Conferências, sendo que a democracia é considerada o regime do consenso e da negociação.

Após uma análise minuciosa, identificamos que no núcleo dos críticos do esporte apenas 1, dos 16 trabalhos, afirmam a política em seu componente fundamental, isto é, afirmam um projeto histórico²⁸. Portanto, a preocupação no conhecimento com a transição do modo de produção capitalista é rara. Quando ocorre, volta-se para uma perspectiva gradualista e não revolucionária representada na afirmação do socialismo democrático como projeto histórico.

Esse dado nos leva conclusão de que o conhecimento do GTT de políticas públicas encontra-se no lugar comum do reformismo ou conservadorismo, não levando as últimas consequências à democratização e universalização do esporte pretendida. Esse conhecimento caracteriza-se pelo perfil crítico ao esporte, já que reconhece contradições, mas sustenta-se na perspectiva da conciliação/negociação destas nas políticas públicas.

Após reunir os elementos da concepção de participação no conhecimento, concluímos que o papel de seus mecanismos, é o de subordinar a classe trabalhadora aos interesses privados, transferir responsabilidades estatais na realização das políticas públicas e direitos sociais para a sociedade (principalmente para os indivíduos e para o privado - empresas, organizações), e por fim, substituir a organização independente da classe trabalhadora pela tutela e dependência ao Estado.

Diante desses elementos acima expostos, do ponto de vista político, esse conhecimento, ainda que nos ofereça valorosas contribuições críticas, concorre com a contenção e atenuação, como um freio ao impulso democrático e revolucionário da classe trabalhadora em direção ao socialismo ao alimentar as ilusões nas Conferências, nos Conselhos e outras expressões ditas de participação.

Assim, com esses traços característicos o conhecimento do GTT de políticas públicas, embora não seja o fator decisivo, concorre com o adiamento da resolução das contradições no interior da política de esporte, disseminando o consenso, a conciliação quando deveria armar a classe trabalhadora para lutar pelos seus direitos e pelo socialismo.

Com a intenção de apontar possibilidades que contribuam com a necessária apropriação coletiva do esporte, concentrando na discussão das condições objetivas que a assegurem, assim como a real democratização das relações políticas no nosso país, partimos do

²⁸ Quando observamos a presença dessa categoria em toda a amostra verifica - se um numero ínfimo de apenas três trabalhos, correspondendo a apenas 3%.

pressuposto de que a democratização e a universalização é parte de um *Sistema de Reivindicações Transitórias* que se constitui uma ponte entre o programa mínimo e o programa máximo (a revolução socialista). Dessa forma, é necessário resgatar algumas reivindicações progressistas localizadas nas Conferências Nacionais de Esporte que foram deixadas de lado pelo governo. Assim como, faz-se necessário também considerar as contribuições progressistas do GTT de Políticas Públicas do CBCE - núcleo de conhecimento aproximadamente crítico do esporte - vem indicando. E por fim, considerar o que os organismos da classe trabalhadora estão levantando como bandeira.

Nesse sentido, o que sustenta uma contribuição para um programa de transição ao socialismo no que ele diz sobre o esporte, é a necessidade de uma política de esporte, referenciada nos interesses da classe trabalhadora, voltada a universalização do esporte e sua garantia pelo Estado como um direito social. Para tanto, é necessário romper com os obstáculos, isto é, os interesses privatistas, já identificados no núcleo do conhecimento aproximadamente crítico do esporte.

Indicamos abaixo um esboço, com proposições para uma política de esporte, para compor o Sistema de Reivindicações Transitórias:

- 1) Orçamento e financiamento: Dotação orçamentaria vinculada Constitucionalmente de no mínimo 1% do orçamento da União para o esporte. Assim como é necessário o não pagamento da dívida pública que corroí 50% do orçamento da união (2013 ou 2014). É necessária também a Revogação das leis Agnelo/Piva, Lei de Incentivo ao Esporte e Timemania que repassa dinheiro para a iniciativa privada que não tem interesse em garantir o esporte como direito social;
- 2) Fixar o esporte como direito social na Constituição Federal é um passo para estabelecer prioridades e responsabilidades do Estado;
- 3) Redução da jornada de trabalho para 40hs, conforme propõem a principal central sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- 4) Aplicação do Piso Nacional dos professores pelas prefeituras e estados como um passo para qualificar os profissionais da área, conforme reivindica o movimento dos trabalhadores em educação - CNTE;
- 5) Garantia de que 100% das escolas de educação básica e universidades tenham equipamentos e materiais adequados para a prática de esportes nas suas múltiplas

manifestações como propôs a III Conferência preparatória de Recife, de acordo com Figueiredo (2013);

- 6) Fortalecimento e ampliação dos direitos trabalhistas de trabalhadores atletas;
- 7) Criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer com as atribuições dos entes federativos e que dê condições da realização de políticas públicas de esporte nos municípios, voltado à garantia do esporte como um direito social;
- 8) Realização de uma Assembleia Constituinte como forma de participação independente da classe trabalhadora para democratizar as relações políticas e atender estas reivindicações como vem apontando os movimentos sociais e sindicatos.

REFERÊNCIAS

ANDERY, M. A. P. A. et al. Para Compreender a Ciência: Uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

ARAÚJO, S. M.de. Conferências nacionais de esporte: o debate sobre controle social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE. 18/5, 2013, Brasília, DF. **Anais eletrônicos**. Brasília, DF: CBCE, 2013. Disponível em: <http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/conbrace2013/5conice/about/submissions>. Acesso em: 28 mar. 2014.

ARAUJO, S. M. de; DOMINICI, K. R. L.; CARDOSO, G. M. Os ordenamentos legais do município de São Luís - MA: o esporte e o lazer em foco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 16/13, 2009, Salvador, Bahia, Brasil. **Anais Eletrônicos**. Salvador: CBCE: 2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/schedConf/presentation>. Acesso em: 02 dez. 2013

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e Documentação – Citações em Documentos. Rio de Janeiro, 2002

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte**: Uma Introdução. 3ª edição, Herói: 2005. (Coleção Educação Física).

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e historia. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social; Vol. 2).

BEHNKEN, L. M. **Jogos Pan-americanos de 2007**: Uma Avaliação Social. 2010. 145fl. Dissertação de mestrado em Administração Pública – Fundação Getulio Vargas, 2010.

BONALUME, C.R. Esporte e lazer na intersectorialidade das políticas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 16/13, 2009, Salvador, Bahia, Brasil. **Anais Eletrônicos**. Salvador: CBCE: 2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/schedConf/presentation>. Acesso em: 02 dez. 2013

BONAPARTISMO. In: DICIONÁRIO do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BONAPARTISMO. In: DICIONÁRIO político Marxists Internet Archive/português. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bonapartismo.htm>. Acesso em 18 Jan. 2013.

BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURG, J. F. Recordes a qualquer preço. Atenção, São Paulo, 1995, 60 - 64, Nov.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 mar. 2013

CARNEIRO, F. H.S.; MASCARENHAS, F. O direito ao esporte no distrito federal: entre o planejado e o executado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE. 18/5, 2013, Brasília, DF. **Anais eletrônicos**. Brasília, DF: CBCE, 2013. Disponível em: <http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/conbrace2013/5conice/about/submissions>. Acesso em: 28 mar. 2014.

CARTA MAIOR **Mais focada, privatização de Lula-Dilma não tem abrangência da era FHC** Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19585. Acesso em abril 7 de 2013.

CHEPTULIN, A. **A Dialética Materialista: Categorias e Leis da Dialética**. São Paulo: Alfa - Omega, 2004.

COTTLE, E; CAPELA, P. E MEIRINHO. Uma lição vinda da África do Sul: os carteis da construção estão aumentando significativamente os custos de infraestrutura da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil? In: **Os megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis: Insular, 2014. cap. 13, p. 211 -221.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção magistério. 2º grau. Serie formação do professor).

CUNHA, M.L. et al. Programa esporte na comunidade: participação popular e análise do diagnóstico dos núcleos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 16/13, 2009, Salvador, Bahia, Brasil. **Anais Eletrônicos**. Salvador: CBCE: 2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/schedConf/presentations>. Acesso em: 02 dez. 2013

EMPRESAS que mais doaram para os presidentes até agora. **Portal Fórum**. São Paulo, 07. Ago. 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/08/empresas-que-mais-doaram-para-os-presidentes-ate-agora>. Acesso em: 10 fev. 2015

ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. São Paulo: Comissão de Formação de O Trabalho, Seção Brasileira da IV Internacional. Tradução de Luiz Paulo Gnecco.

ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã**. Moscovo: Editorial "Avante!" - Edições Progresso Lisboa: 1982. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1886/mes/fim.htm>. Acesso 2 abril de 2013.

ESPÍRITO SANTO FILHO. **O esporte no Brasil do século XXI**: balanço crítico da política do Ministério do Esporte no período de 2003 - 2012. 2013.171 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

FIGUEIREDO, E. S. A. de. **As arenas do esporte**: a disputa dos rumos da política nas conferências nacionais e na produção do conhecimento em um período de transição. 145 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2013.

FREITAS, L.C. Projeto Histórico, Ciência Pedagógica e “Didática”. **Educação e sociedade**, Campinas, SP, ano IX , n 27 , , p. 122 - 140, set. 1987.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Os projetos de pesquisa**: alguns fundamentos lógicos necessários. Disponível em: docs.google.com. Acesso em: 26 Set. 2011.

GLUCKTEIN, D; CISE, P. “Crise da Dívida?” Não! Um sistema Agonizante. **A Verdade**. São Paulo: num. 71, Nov. 2011.p. 17 - 61.

GUIMARÃES, J.da S.;VALADARES, F. R. El marco legal desportivo de la provincia de Goiás y las prácticas deportivas escolares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 16; 3, 2009, Salvador – Bahia. Anais eletrônicos. Salvador/ BA: CBCE: 2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/index/index>. Acesso em: 22 nov. 2013

HÚNGARO, E. M, et al. Balanço Inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE(1997 - 2005): Avanços , ausências e perspectivas. In: **Cultura, Educação, lazer e Esporte**: fundamentos, balanços e anotações críticas. Santo André, SP: Alpharrabio: 2008. cap. 6, p. 93- 123

HÚNGARO, E. M.; OLIVEIRA B.A. de. Esporte e lazer como direitos sociais e a ofensiva neoliberal: primeiras aproximações. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 14/1, 2005, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre, RS: CBCE, 2005. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/docs/conbrace2005.pdf>. Acesso em 03 dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTICA. **Perfil dos municípios brasileiros**: esporte 2003. Pesquisa de informações básicas municipais. Rio de Janeiro, 2006 Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/esporte2003/esporte2003.pdf>. Acesso em: 8 de mar. de 2010.

INSTITUTO IPSOS MARPLAN: Dossiê Esporte: Um estudo sobre o esporte na vida do brasileiro. Disponível em: http://globosat.globo.com/sportv/hotsite/dossie/dossie_esporte.htm. Acesso em: 4 de mar. de 2010.

IANONI, M. **Autonomia do Estado e revolução democrática**. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/autonomia-do-estado-e-revolucao-democratica?page=full>. Acesso em 1 de abril de 2013.

KUENZER, A. Z. **Desafios Teóricos – Metodológicos da Relação Trabalho – Educação e o Papel Social da Escola**. IN: FRIGOTO, Gaudêncio (org.). Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LEONIDIO, L. Disseminação, discursos e objetivos de projetos esportivos sociais do terceiro setor: implicações na gestão do esporte e lazer. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 17/4, 2011, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre, RS: CBCE: 2011. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/Conbrace2011/2011/schedConf/presentations>. Acesso em: 05 de dez. 2013

LIÃO JUNIOR, R. SAMPAIO, J. O. BEHMOIRAS, D.C. Controle social na perspectiva do programa esporte e lazer cidadade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 16; 3, 2009, Salvador – Bahia. Anais eletrônicos. Salvador/ BA: CBCE: 2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/index/index>. Acesso em: 22 nov. 2013.

LINHALES, M. A.; VAGO, T. M. Esporte escolar: o direito como fundamento de políticas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE, 13, 2003, Caxambu/MG. **Anais**. Caxambu/MG: CBCE: 2003.

LAMBERT, P. **As forças produtivas deixaram de crescer**. São Paulo: Comissão de Formação da Corrente o Trabalho do PT, Seção Brasileira da 4ª Internacional, 2005.

LANGLAD, A; LANGLAD, N. R. **Teoria General de La Gimnasia**. Buenos Aires: Stadium, 1970.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**: O que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007a.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Brasília, Nova Palavra, 2007b.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/leontiev-alexis-o-homem-e-a-cultura-doc-d143775347>. Acesso em: 30 set. 2011.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória do esporte no Brasil: Interesses envolvidos, setores excluídos.** 1996.242 f. Dissertação (mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

LUBISCO, M.L; VIEIRA, S. C.; SANTANA, V. I. **Manual de Estilo Acadêmico: Monografias, Dissertações e Teses.** 5ª Ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

MAIAKÓVISKI, V. E então que quereis?... Martin Claret (org). **Maiakóvski: Vida e Poesia.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARTINS. L. M. Pedagogia Histórico - Crítica e Psicologia Histórico Cultural. IN MARSIGLIA. A. C. G. **Pedagogia Histórico Crítica: 30 anos.** 1ª edição. Campinas: Autores associados, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. .Feurbach (introdução)1. A ideologia em geral, em especial a filosofia alemã (Junho de 1846) In: **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemão em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do Socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 - 1846).** Tradução Leandro Konder. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 83 - 84

MARX, K.; ENGELS, F. Feuerbach: Fragmento 1(De Junho a meados de julho de 1846) In: **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemão em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do Socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 - 1846).** Tradução Leandro Konder. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 89 -92

MARX, K.; ENGELS, F. Feuerbach e Historia: Rascunhos e anotações.(Do fim de novembro de 1845 a meados de abril de 1846); In: **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemão em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do Socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 - 1846).** Tradução Leandro Konder. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 29 -78

MARX, K.; ENGELS, F. Feuerbach. (Entre janeiro e março de 1846). In: **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemão em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do Socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 - 1846).** Tradução Leandro Konder. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 79 - 81

MARX. K. As lutas de classes na França: de 1848 a 1850. Tradução Nélcio Schneider. .1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2012(Coleção Marx e Engels).

_____. **Introdução à Contribuição à crítica a economia política.** In: Contribuição da crítica à da Economia Política. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte.** 4 ed. São Paulo : Centauro ,
2006.

_____. **O Capital: Crítica da economia política: livro I.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 29ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011(Vol. 2).

MORAES, M.S. A. de ; GOMES, V.A. A esportivização das políticas públicas: análise das ações/projetos estaduais contemporâneos de esporte e lazer das regiões norte e nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 16; 3, 2009, Salvador – Bahia. Anais eletrônicos. Salvador/ BA: CBCE: 2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/index/index>. Acesso em : 22 nov. 2013

OLIVEIRA, M. M. de. **Políticas públicas de esporte no Brasil e ONG** : par eles ganham, ímpar nós perdemos. 2013. 165 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2013.

OLIVEIRA, A. A. N.; SUASSUNA, D. M. de A. TROMPIERI FILHO, N. Democracia participativa e poder local: democratização no programa esporte na comunidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE. 18/5, 2013, Brasília, DF. **Anais eletrônicos**. Brasília, DF: CBCE, 2013. Disponível em: <http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/conbrace2013/5conice/about/submissions>. Acesso em: 28 mar. 2014.

PEREIRA, L. C. B.. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. In: Cadernos MARE da Reforma do Estado. Brasília, DF:1997.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Controladoria Geral da União. **Jogos Rio 2016: transparência em 1º lugar**. Brasília. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/matriz/>. Acesso em: 9 mar. 2011

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Controladoria Geral da União. **Copa 2014: transparência em 1º lugar**. Brasília. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/copa2014/>. Acesso em: set. 2010

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Caderno Cidadania e Inclusão Social/ Esporte**. In: BALANÇO DE GOVERNO 2003 - 2010. Volume 2. Disponível em: <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/cidadania-e-inclusao-social/pdf-deste-eixo/baixe-o-conteudo-deste-eixo-em-pdf/7_esporte.pdf/at_download/file>. Acesso 08 de Mar. 2011.

PRONI, M. W. Megaeventos esportivos e acumulação de capital. In:**Os megaeventos esportivos: suas consequências , impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis: Insular, 2014. cap. 5, p. 91- 108.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico - Crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 41. ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVEIRA, J. Entre o direito ao esporte e o esporte social: reflexões acerca da ascensão dos “projetos esportivos sociais” na contemporaneidade. CONGRESSO BRASILEIRO DE

CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 17/4, 2011, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre, RS: CBCE: 2011. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/Conbrace2011/2011/schedConf/presentations>. Acesso em: 05 de dez. 2013

SINGER, A. V. **Os Sentidos do Lulismo**: Reforma gradual e o pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 a.

SINGER, A.V. **Novas Expressões do Conservadorismo brasileiro**. Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo, Ano 6 , num. 63, 2012b. p. 20 - 21.

SILVA, I.G. Democracia e participação na “reforma” do estado. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUSA, W. L. L. de; CORREIA, J. VIEIRA, C. A. Transformações societárias, estado e políticas sociais: apontamentos sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 17/4, 2011, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre, RS: CBCE: 2011. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/Conbrace2011/2011/schedConf/presentations>. Acesso em: 05 de dez. 2013

STIGGER. M. P. Relações entre Esporte de Rendimento e esporte da escola. **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. cap. 5 p. 103 - 134

TAFFAREL, C. N. Z. **Sobre “Lei de Incentivo ao esporte e Timemania” ou capitalismo se “humaniza” ou se combate?**. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/> acesso em: 14 de mar. de 2010.

_____.Desporto Educacional: Realidade e Possibilidades das Políticas governamentais e das praticas pedagógicas nas escolas públicas. IN STIGGER, Marco Paulo e LOVISOLO, Hugo. **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. Pg. 71 a 101.

TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. de L. **Como iludir o povo com o esporte para o público**. In: DA SILVA, Mauricio Roberto. Esporte, educação, estado e sociedade: as políticas públicas em foco. Chapecó, SC: Argos, 2007. Pg. 55 a 104.

TAFFAREL, C. N. Z ; SANTOS JÚNIOR, C. DE L e SILVA, W. A. Megaeventos esportivos: determinações da economia política, implicações didático-pedagógicas e rumos da formação humana nas aulas de Educação Física. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 57 - 66, jan./jun. 2013.

TAFFAREL, C. OLIVEIRA, A. DAMIANI, C. Diagnostico Nacional do Esporte. Relatório Técnico Científico. Ministério do Esporte, 2015.

_____. ESCOBAR, Micheli Ortega. **Cultura corporal e os dualismos necessários a ordem do capital**. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/>. Acesso em 02 de out. de 2012.

TERRA, A.M. et al. As conferências nacionais do esporte: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 16; 3, 2009, Salvador – Bahia. Anais eletrônicos. Salvador/ BA: CBCE: 2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/index/index>. Acesso em: 22 nov. 2013

TUBINO, M. J. G. **O que é Esporte**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção primeiros passos).

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporteeducação**. Maringá: Eduem, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROTSKY, L. A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da 4ª Internacional. In: MARX, K[et al]. **O Programa da Revolução**. Brasília: Nova Palavra, 2008, p. 91 - 141(Coleção Estudos Revolucionários).

TROTSKY. L. Estalinismo e Bolchevismo: sobre as raízes teóricas da IV Internacional. Texto Extraído do CD. Escritos de Leon Trotsky, Investigaciones y Publicaciones Leon Trotsky, Buenos Aires, 2001, Livro 1. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1937/08/29.htm>. Acesso em 05 de jun. 2014

_____. **Sobre el bonapartismo (la superioridad del marxismo)**. Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro4/html/T06V118.htm>. Acesso em: 15 de dez. 2012

_____. La indústria nacionalizada y la administración obrera. In: CENTRO DE ESTUDIOS, INVESTIGACIONES Y PÚBLICACIONES LEON TROTSKY. **Escritos Latino Americanos**, 3ª Edição ampliada e corrigida, 2007. Disponível em: <http://www.ceipleontrotsky.org/Escritos-Latinoamericanos-compilacion-3ra-edicion>. Acesso em 03 de jul de 2014

_____. Kerensky e Kornilov In: **História da Revolução Russa**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap29.htm>. Acesso em: 20 de dez. 2012

_____. O Bonapartismo Alemão. In: **Revolução e Contrarrevolução na Alemanha**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2011.

VERONEZ, L. F. C. O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIAS DO ESPORTE, 15; 2, 2007, Recife. **Anais Eletrônicos**.

Recife: centro de convenções de Pernambuco, 2007. Disponível em:
<http://www.cbce.org.br/anais.php>. Acesso em: 20 nov. 2013.

APÊNDICES

APENDICE A - CLASSIFICAÇÃO DAS TEORIAS DA EDUCAÇÃO - SAVIANI (2009)

Os critérios para classificação das explicações sobre o esporte tem como referência a obra de Saviani (2009), no livro Escola e Democracia, capítulo I As teorias da educação e o problema da marginalidade.

Critério de criticidade é a *percepção* quanto aos *condicionantes objetivos* da educação (SAVIANI, 2009, p.4). Assim, para o autor há duas perspectivas teóricas da educação e uma terceira que ele se propõe a construir. Abaixo estão as suas características

AS TEORIAS NÃO - CRÍTICAS	AS TEORIAS CRÍTICO - REPRODUTIVISTAS	A TEORIA CRÍTICA
<p>Segundo o autor, para estas teorias, a sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, cuja tendência é a integração de seus membros. A marginalidade é um fenômeno acidental que afeta individualmente um numero maior ou menor de seus membros, no entanto constitui - se uma distorção, um desvio que pode e deve ser corrigido. A educação é um instrumento de correção dessas distorções. Constitui-se, pois uma força hegemoneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promovendo a coesão e garantindo e integração. Sua função coincide, no limite, com a superação do fenômeno da marginalidade. Enquanto a marginalidade existir, os esforços educativos devem ser intensificados. Quando for superado, os serviços educativos devem ser mantidos em um nível que impeça o reaparecimento do problema. Assim, encaram a educação como autônoma em relação a sociedade, buscando compreendê-la a partir dela mesma. Dessa forma, cabe a educação o papel decisivo a conformação da sociedade evitando sua</p>	<p>Para Saviani (2009, p. 4) estas teorias concebem a sociedade como essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam a base da força, a qual se manifesta fundamentalmente as condições de produção da vida material. Nesse contexto a marginalidade é concebida como fenômeno inerente a estrutura da sociedade. Por que o grupo ou classe que detém maior força se converte em dominante se apropriando dos resultados da produção social, tendendo, conseqüentemente a relegar os demais a condição de marginalizados. Nesse quadro a educação é inteiramente dependente da estrutura social geradora da marginalidade, cujo papel é reforçar a dominação e legitimar a marginalização. Nesse sentido, longe de ser um instrumento de superação da marginalidade, torna - se um fator de</p>	<p>Para o autor, uma teoria crítica deve reter a importante lição que a teoria crítico reprodutivista nos legou: A escola é determinada socialmente; a sociedade, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; a escola sofre determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. Como a burguesia, a classe dominante tem interesse na preservação de seus privilégios, uma teoria crítica, só pode ser formulada a partir do ponto de vista dos interesses dos dominados. Por isso, o autor levanta a questão: é possível elaborar uma teoria crítica da educação que capte criticamente a escola como um instrumento capaz de contribuir com a superação da marginalidade? O objetivo dessa teoria, segundo o autor, é superar tanto o poder ilusório (característica da teoria não crítica) quanto a impotência (decorrente das teorias críticas), colocando na</p>

desagregação e ainda, garantindo a construção da sociedade igualitária. (SAVIANI, 2009, p.4)	marginalização, já que sua forma específica de reproduzir a marginalidade social é a produção da marginalidade cultural.	mão dos educadores uma arma de luta capaz de lhes permitir o exercício de um poder real, ainda que limitado. Para o autor, um esboço dessa teoria aparece no texto <i>Escola e Democracia II para além da teoria da curvatura da vara</i> neste mesmo livro, afirma. Afirma também que do ponto de vista prático, trata-se vigorosamente de lutar contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. (SAVIANI, 2009, p.28)
---	--	---

**APÊNDICE B - CRÍTICOS - DISCUTEM A DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPORTE SEM DISCUTIR OS CONDICIONANTES OBJETIVOS -
TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES COM A DEMOCRATIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ESPORTE**

TOTAL -7 TRABALHOS

N	AUTOR/TRABALHO	TENDENCIA E CONTRADIÇÃO	SAÍDA /PROPOSIÇÕES
1	SILVESTRIN, GASPAR, NUNES (2011)	<p>- o esporte de rendimento e performance é um esporte masculino</p> <p>- Esporte como direito de todos e todas x o esporte masculino privilegia o homem (um grupo) e exclui a mulher (outro grupo)</p> <p>- Serve de fundação do privilégio e da ideologia da masculinidade A ênfase em qualidades instrumentais de <i>dominância, competitividade, agressividade, risco</i>, características essas tradicionalmente valorizadas no desenvolvimento do homem, excluindo, no âmbito do movimento, qualidades expressivas como <i>improvisação, submissão e dependência</i>, relacionadas culturalmente com as mulheres.</p>	<p>Para evitar a <i>frustração e desistência</i>, uma possibilidade de trabalho seria dimensionar o esporte pelo enfoque ao <i>esporte-participação</i>, e esse, de forma co-educativa para problematizar as relações estabelecidas entre homens e mulheres para entender as diferenças e igualdade entre os mesmos.</p> <p>Assim, retirando os princípios de rendimento da prática esportiva e fazem as mesmas exigências para ambos os sexos, sem desrespeitar as diferenças individuais, meninos e meninas poderiam experimentar as formas de comportamento do outro sexo sem ter a identidade abalada.</p>
2	WERLE (2013)	<p>Apesar de <i>homens e mulheres serem prejudicados</i> em termos de liberdade de movimento, a construção da masculinidade no esporte, por meio de discursos de poder, se deu mais pela <i>participação e incentivo aos homens</i>, já <i>feminilidade deu - se muito mais por restrições á pratica porque o esporte na sua forma moderna, originalmente, constituiu-se como expressão e símbolo da masculinidade tradicional exigindo das mulheres estratégias variada para sua inserção</i>. Com as mudanças de perspectivas, muitos avanços são visíveis, como a participação de homens e mulheres em</p>	<p>Para haver igualdade de gênero <i>nas políticas públicas de esporte e lazer</i>, não basta abrir o mesmo espaço, mas é necessário reconhecer e agir nos fatores que interferem na adesão a permanência de homens e mulheres nas práticas, e que aumentam significativamente, no caso das mulheres;</p> <p>São eles: EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL DIFERENCIADA DAS PRÁTICAS CORPORAIS (SARAIVA, 2005)</p>

		práticas que antes não lhes eram permitida, entretanto, isso não significa que, especialmente no caso das mulheres, tenha sido alcançada uma <i>igualdade</i> (DUNING;MAGUIRE, 1997 apud WERLE, 2013 p.3, grifos nossos)	FALTA DE TEMPO EM VIRTUDE DA RESPONSABILIZAÇÃO SOBRE AS TAREFAS FAMILIARES (GOELLNER et al., 2009; IPEA, 2010), a FATORES ECONÔMICOS (SALLES-COSTA et al., 2003) e, no caso das atletas profissionais, na DUPLA COBRANÇA de se ADEQUAREM AS EXIGÊNCIAS DE PERFORMANCE e aos ESTEREÓTIPOS DE FEMINILIDADE (DEVIDE; VOTRE, 2005).(p.7, grifos nossos)
3	MELO (2003)	NÃO SERÁ OBJETO DE ANALISE	NÃO SERÁ OBJETO DE ANALISE
4	LEONIDIO et al (2011a)	NÃO SERÁ OBJETO DE ANALISE	NÃO SERÁ OBJETO DE ANALISE
5	SILVEIRA (2005)	NÃO SERÁ OBJETO DE ANALISE	NÃO SERÁ OBJETO DE ANALISE
6	MARTINES E MEZZADRI (2007)	NÃO SERÁ OBJETO DE ANALISE	NÃO SERÁ OBJETO DE ANALISE
7	LORENZINI E DOS SANTOS (2009)	NÃO SERÁ OBJETO DE ANALISE	NÃO SERÁ OBJETO DE ANALISE

APENDICE C - QUANDRO GERAL CRÍTICOS – RESUMO - APONTAMENTOS SOBRE AS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPORTE

CONDIÇÕES	APONTAMENTOS/AUTORES
1. ESPAÇOS, EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA e MATERIAIS	<p>a) construção e manutenção de espaços que viabilizem o acesso democrático da população ARAUJO, DOMINICI E CARDOSO (2009); b) falta de estrutura PINTO, NUNES E ALMEIDA (2009); c) necessidade de infraestrutura OLIVEIRA (2005); d) falta materiais PINTO, NUNES E ALMEIDA (2009) ; e) material didático OLIVEIRA (2005); f) falta de equipamentos e espaços BONALUME (2009); g) ausência de espaços MACIEL et al(2013); h) espaços, equipamentos ARAUJO et al (2011)</p> <p>Total - 5 trabalhos</p>
2. FINANCIAMENTO/ORCAMENTO	<p>a) elevação do orçamento voltado ao esporte de alto nível (limite) HÚNGARO, OLIVEIRA (2005); b) no desenvolvimento das políticas públicas nem sempre o que é planejado é executado (gasto) - CARNEIRO, MASCARENHAS (2013); c) desigualdade na distribuição de recursos financeiros para o esporte e lazer – ARAÚJO, DOMINICI E CARDOSO (2009); d) uso do fundo público para o financiamento do esporte de rendimento e espetáculo (limite a democratização e universalização - SOUSA, CORREIA, VIEIRA (2011); e) necessidade de financiamento (linhas de financiamento) pelo Estado dos projetos elaborados pela escola com autonomia LINHALES E VAGO (2003); f) dotação de base orçamentária comprometida com as políticas sociais SILVEIRA (2011); g) devido a entraves financeiros (não diz quais são) o discurso da universalização tão propagando na 1ª Conferencia Nacional do Esporte, sem legitimidade na 2ª Conferencia , é abandonado pois o Ministério do esporte apesar de continuar a afirmar a necessidade de ampliação do esporte começa a sinalizar que sozinho não pode efetivar tais direitos - TERRA et al (2009); i) falta financiamento , parcerias e cooperação financiamento - BONALUME (2009); j) orçamento é um elemento estruturante ou condicionante do esporte. Os recursos financeiros são insuficientes para a promoção do esporte. A possibilidade de ampliação destes é bastante restrita devido à vinculação orçamentária federal para outros setores (as receitas do esporte estão entre os 10% do orçamento que não é vinculado constitucionalmente. As metas do superávit são calculadas com base nesse percentual) VERONEZ (2007); l) alocação de orçamento público em normas nacionais e provinciais para esporte educacional constituem pontos fortes das normas brasileiras e abertura para a alocação de orçamentos</p>

	<p>públicos para o esporte de rendimento em casos específicos, sem esclarecer que casos são estes constituem pontos fracos (aumento dos alunos e alunas em praticas desportivas escolares) - GUIMARAES E VALADARES (2009); m) pouco orçamento coloca as ações de esporte e lazer(no NE) dependente de parcerias com federações esportivas amadoras ou a iniciativa privada - MORAES E GOMES (2009); n) elevado gasto governamental com o programa destinado ao atendimento do esporte de alto rendimento em detrimento do programa Segundo Tempo - ‘maior programa socioesportivo do mundo’ - ARAÚJO (2013); o)cita o orçamento participativo como ferramenta de participação - CUNHA et al(2009); p) O Estado direciona sua capacidade de investimento na reprodução do capital imbui a sociedade a assumi ações no campo social - LEONIDIO et al (2011b); q) orçamento participativo - canal de participação popular - OLIVEIRA, SUASSUNA e TROMPIERE FILHO (2013);</p> <p>Total - 15 trabalhos</p>
<p>3. PROGRAMAS E PROJETOS</p>	<p>a) ações, projetos e programas CARNEIRO, MASCARENHAS (2013); b) ausência projetos MACIEL et al (2013) ; c) falta programas BONALUME (2009); d) projetos ROCHA (2009)</p> <p>Total - 4 trabalhos</p>
<p>4. RECURSOS HUMANOS</p>	<p>a) ausência professores MACIEL et al (2013); b) falta profissionais; PINTO, NUNES E ALMEIDA (2009); c) recursos humanos ARAÚJO et al (2011) d) política de absorção, qualificação e atualização dos profissionais que atuam na área do lazer ARAÚJO, DOMINICI E CARDOSO (2009); e) formação continuada ARAÚJO et al (2011); f) formação qualificação de quadros para desenvolvimento das políticas sociais de lazer e esportes SOUSA (2005);</p> <p>Total - 5 trabalhos</p>
<p>5. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO</p>	<p>a) Necessidade de criação e consolidação do sistema nacional de esporte e lazer; ARAÚJO (2013) b Mecanismos de participação popular da gestão como meios de controle social e fiscalização - ARAÚJO, DOMINICI E CARDOSO (2009); c) Construir ou reconstruir organismos de deliberação compartilhada :Câmara Setorial de Esporte, e Conselhos de Esporte nos âmbitos estaduais e municipais - LINHALES E VAGO (2003); d) necessidade de existência de um aparato administrativo suficientemente forte SILVEIRA (2011); e) clarificação das responsabilidades e poderes de cada um das repartição(órgãos) da administração estadual e desenvolvimento do desporto e do desporto educação; GUIMARAES E VALADARES (2009) f) controle do governo central com o funcionamento de estruturas estaduais, instituições e determinado por órgãos legislação nacional(limite) - GUIMARAES E VALADARES (2009); g) Existência de estruturas e órgãos GUIMARAES E VALADARES (2009); h) gestão e em especial ao</p>

	<p>controle social LIÃO JUNIOR, SAMPAIO, BEHMOIRAS (2009); i) pouca qualificação de gestão para o desenvolvimento de ações qualificadas, participativas, integradas e transparentes - BONALUME (2009); j) Insuficiente responsabilidade individual e/ou coletiva no cenário social para garantia do mesmo - BONALUME (2009); k) falta um sistema nacional que estabeleça pactos, adesões, articulações entre gestores, que atuam em diferentes âmbitos, com competências e papéis diferentes, formação adequada e elevação da qualidade dos serviços prestados; BONALUME (2009) l) o terceiro setor, que executa projetos sociais esportivos, não deve ser entendido como agente democratizador das relações sociais e sim como de fortalecimento da lógica neoliberal - LEONILDIO et al (2011B); m) a cultura corporal deve voltar-se para autonomia e participação CUNHA et al(2009); n) democracia participativa (gestão das políticas públicas) OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO(2013); o) focalização da política é um entrave. O esporte e o lazer são qualificados como meio de remediação das mazelas sociais com as seguintes adjetivações: qualidade social e qualidade de vida - TERRA et al (2009); l) o modelo de gestão burocrático contribuem para uma postura conformista, dependente e descomprometida da população que é tratada com cliente do Estado. De modo diferente, a sociedade, vista como parceira do Estado, tende a gerar posições reivindicatórias, críticas e comprometidas por parte da população- HÚNGARO E OLIVEIRA (2005); m) “[...]a gestão participativa e interativa na elaboração, implantação e execução das políticas públicas efetivas e permanentes, possui uma dependência mútua de agentes sociais, comunidades, professores, instituições, clubes, organizações governamentais e não governamentais, por apresentar uma variedade de possibilidades que implica em um resultado socialmente referenciado” [...](MORAES e GOMES , 2009, p.4) - MORAES e GOMES (2009); n) Conferencias de Esporte - espaços privilegiados de disputa <i>entre interesses privatistas e público</i> e para encaminhamento de pautas que ganham força normatizadora, como a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer - SOUSA, CORREIA E VIEIRA(2011); o) Terceiro Setor - mecanismo ideológico de transferência de questões públicas da responsabilidade estatal e de repasse de recursos públicos para o âmbito privado: ONGs, Organizações Sociais, empresas - SOUSA, CORREIA E VIEIRA(2011); p) Não é somente o Estado que realiza políticas públicas. A sociedade se faz presente ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo; descentralização – caminha em direção ao Terceiro setor - CARNEIRO e MASCARENHAS (2013)</p> <p>Total – 15</p>
6. TEMPO LIVRE	a) o direito ao esporte encontra - se imbricado ao lazer e ao tempo livre; MORAES E GOMES (2009) b) a

	<p>crescente preocupação e valorização da utilização do tempo livre, para além da simples ocupação, influenciando vários setores. BONALUME (2009)</p> <p>Total - 2 trabalhos</p>
7. OUTROS	<p>a) falta consciência desse direito BONALUME (2009); b) hierarquização das necessidades básicas do ser humano BONALUME (2009); c) necessidade da luta constante dos cidadãos (classe trabalhadora) para que seus direitos sejam não somente garantidos no plano jurídico, mas, sobretudo efetivamente façam parte de sua vida cotidiana SILVEIRA (2011).</p>

APÊNDICE D - ASPECTOS E TESES SOBRE A GESTÃO DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

AUTOR	TESES SOBRE PARTICIPAÇÃO E OUTRAS TESES SOBRE GESTÃO
HÚNGARO e OLIVEIRA (2005)	<p>- Estado é parceiro da sociedade, gera posições reivindicatórias na segunda;</p> <p>MEIO/FERRAMENTA:</p> <p>- Conferência Nacional de Esporte - participação da sociedade civil</p>
TERRA et al(2009)	<p>- Conferência Nacional do Esporte (1ª e da 2ª) - expressão das relações de hegemonia;</p> <p>- nas conferências ganha espaço o discurso das Parcerias Público-Privadas (PPP), legitimado sob a consolidação do Sistema Nacional do Esporte, em detrimento da universalização;</p> <p>- CONFERÊNCIAS: legitimação das políticas públicas de esporte e lazer em benefício dos setores privados e em detrimento do público e</p> <p>- A participação social é compreendida como controle social, ou seja, controle da sociedade sobre as ações do Estado;</p> <p>Gestão participativa se refere à superação do centralismo de decisões, às lideranças oriundas da sociedade civil como gestores públicos que participam da elaboração dos projetos de políticas públicas</p> <p>MEIOS: conferências</p>
BONALUME (2009)	<p>- Entraves ao esporte como direito social:</p> <p>Pouca qualificação de gestão para o desenvolvimento de ações qualificadas, participativas, integradas e transparentes;</p> <p>Falta um Sistema Nacional que estabeleça pactos, adesões, articulações entre gestores, que atuam em diferentes âmbitos, com competências e papéis diferentes, formação adequada e elevação da qualidade dos serviços prestados;</p>
MORAES E GOMES (2009)	<p>- Gestão de Estado, participativa e interativa com a devida referência social (parcerias - privatização);</p> <p>- As ações de esporte e lazer estatais devem possibilitar a reflexão de construção da cidadania, de conscientização do Esporte e Lazer como direitos sociais e de exercício da liberdade</p>
SOUSA, CORREIA, VIEIRA (2011)	<p>- Terceiro Setor - mecanismo ideológico de transferência de questões públicas da responsabilidade estatal e de repasse de recursos públicos para o âmbito privado: ONGs, Organizações Sociais, empresas;</p> <p>- Conferências de Esporte - espaços privilegiados de disputa entre interesses privatistas e público e para encaminhamento de pautas que ganham força normatizadora, como a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer;</p> <p>- A participação decisória, aberta pelas Conferências, não tem influenciado no avanço das políticas públicas asseguradoras do direito ao esporte e lazer com qualidade social</p>

		MEIOS: Conferências
SILVEIRA (2011)		<p>- Conferências integram os avanços da política de esporte;</p> <p>- A concretização dos direitos sociais dentre, eles o esporte, só se dará caso o estado seja dotado de um aparato administrativo suficientemente forte e de base orçamentária comprometidas com as políticas sociais a ponto de propiciar, a todos, políticas públicas sociais que garantam o acesso universal;</p> <p>Meios: Conferências</p>
CARNEIRO MASCARENHAS (2013)	E	<p>Não é somente o Estado que realiza políticas públicas. A sociedade se faz presente ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo.</p> <p>Descentralização - caminha em direção ao Terceiro setor</p>
ARAÚJO (2013)		<p>- O Estado possui um caráter contraditório em sua articulação com a sociedade. Desse modo, a participação popular na gestão pública se faz necessária para garantir o processo democrático e despertar o sentimento de coautoria das ações objetos das políticas públicas. No entanto, ainda se <i>mostram incipientes as experiências de participação no País</i> é indispensável a implantação de mecanismos que as garantam;</p> <p>- as conferências criam possibilidades reais de participação popular e controle social - avanços na democracia participativa;</p> <p>- a maioria das deliberações tomadas nas conferências não ganharam corpo na política, por ex. o Sistema Nacional de Esporte e lazer para garantir o direito ao esporte porque faltou vontade política do governo. Para que isso ocorra é necessário fortalecer os mecanismos de mobilização da sociedade civil - nova cultura política;</p> <p>- por isso, as Conferências serviram mais para legitimar as políticas executadas pelo governo, criando uma falsa aparência de democracia participativa</p> <p>- avanços democráticos no país com melhorias no regime político</p> <p>MEIOS: conselhos, conferências e orçamento participativo</p>
CUNHA et al (2009)		<p>- Participação popular no texto ganha a cotação de potencializadora da organização comunitária</p> <p>- A organização comunitária permite a conscientização dos sujeitos envolvidos nas políticas públicas. Desenvolver uma cultura de participação significa atuar contra o individualismo possessivo e mercantilista que o neoliberalismo tem implementado;</p> <p>- Assim, a comunidade junto com o estado em um 1º momento pensa em políticas públicas - parcerias</p> <p>Meios: reuniões, comissões, assembleias, planejamento participativo, participação no orçamento participativo</p>
LEONIDIO et al (2011B)		<p>O terceiro setor que implementa projetos sociais não é um agente democratizador das relações sociais e fortalecedor da lógica neoliberal; estratégia minimização estatal na execução das políticas sociais em detrimento das demandas</p>

	<p>sociais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetos sociais, executados pelos Terceiro Setor, podem tanto ser mediadores do processo de participação, organização as comunidades no sentido de fortaleça-las quanto podem impulsionar processos de desmobilização e alienação
LIÃO JÚNIOR, SAMPAIO, BEHMOIRAS (2009)	<ul style="list-style-type: none"> - Crítica à perspectiva de que a sociedade deve ser parceira e cooperativa (voluntariado) já que isso se dá a partir de uma tentativa de esvaziamento de uma radicalidade democrática no processo de participação da sociedade civil; - A gestão democrática e participativa deve se caracterizar protagonismo dos sujeitos na sua própria história, assim como pela consideração dos complexos e contraditórios processos societários no estabelecimento de possíveis consensos; - Os conselhos de políticas públicas são considerados inovações políticas e institucionais que apontavam para uma perspectiva nítida de reforma; - Necessidade atual é de aperfeiçoar o Estado democrático de direito; - O Conselho Nacional de Esporte é considerado espaço de disputa com hegemonia de setores ligados ao esporte de alto rendimento <p>MEIOS: conselhos</p>
OLIVEIRA, SUASSUNA, TROMPIERI FILHO(2013)	<ul style="list-style-type: none"> - Estado público: interesses comuns, bem comum; Estado classista: <i>mutável</i>, pois é uma instituição permeada por relações sociais nas quais circulam <i>conflitos e interesses de classe</i>; <i>é determinado por mudanças na estrutura da sociedade</i>; - Democracia participativa - auto - organização social e articulação Estado sociedade; - Descentralização - autonomia local (municipal e estadual e distrital) -Socialismo democrático – transformação do Estado <i>e a uma ampla participação da sociedade para redefinir a correlação de forças</i> e romper com a ideia de apatia social da social democracia; -Construção participativa como elemento integrador governo - comunidade, respeitando a soberania popular nas decisões pertinentes ao esporte e lazer nas comunidades atendidas. - os canais de dialogo do estado com a sociedade muda a consciência das pessoas e são expressões da democracia direta; - Orçamento participativo; - O poder de decisão da comunidade é muito limitado. <p>MEIOS- canais de dialogo: reuniões, assembleias, orçamento participativo</p>
ARAÚJO, DOMINICI E CARDOSO (2009)	<ul style="list-style-type: none"> - Mecanismos de participação popular da gestão como meios de controle social e fiscalização: <p>Segundo as autoras a constatação mais grave obtida por este estudo diz respeito à contradição entre um mandato</p>

	<p>político alinhado ao campo democrático-popular, mas que, ao criar o mecanismo de participação popular na gestão, como o Conselho Municipal de Esporte, o faz de forma antidemocrática. Ou seja, em vez de incentivar um modelo de administração participativo, transforma-o em ferramenta política de legitimação da gestão e o distancia do processo de fiscalização e controle social. Nesse sentido, é preciso rever com urgência a relação política com a população para que se possa falar em gestão democrática e participativa.</p>
--	--

APÊNDICE E - INDICADORES - CONCEPÇÃO DE ESTADO E POLITICA PÚBLICA /SOCIAL

CONCEPÇÃO DE ESTADO

CONCEPÇÃO	Elementos constituintes - características
<p>MATERIALISTA HISTÓRICA DIALÉTICA (MARXISTA)</p> <p><i>Referenciada principalmente em Lênin (2007) e em Marx (2011): é uma força; o produto e a manifestação dos antagonismos inconciliáveis das classes e por isso fruto do desenvolvimento econômico que fez surgir essas classes; é um órgão de dominação de classe; a classe oprimida e explorada só pode se libertar do julgo da classe exploradora por meio de uma revolução violenta e supressão do aparelho governamental (maquina Estatal)</i></p>	<p>1) É uma força concentrada e organizada da sociedade que ativou artificialmente a passagem do modo de produção feudal para o capitalista, por exemplo, (MARX, 2011). Essa força se coloca aparentemente acima da sociedade com o fim a de atenuar, o que não significa conciliar, o conflito nos limites da ordem;</p> <p>2) O Estado é uma força especial de repressão;</p> <p>3) É um órgão de dominação de classes que garante as condições exteriores da produção, mantendo pela força a classe explorada nas condições de opressão exigida nos diferentes modos de produção : escravidão, servidão, trabalho assalariado;</p> <p>4) Por ser o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se toma a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada;</p> <p>5) É o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes, surgindo, portanto, em certa fase de desenvolvimento econômico. Aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem ser objetivamente conciliados. O Estado nem sempre existiu;</p> <p>6) Pode se tornar, em certas ocasiões, momentaneamente independente frente às classes sociais e uma espécie de arbítrio entre elas. Isso ocorre em períodos excepcionais (monarquias absolutas dos séculos 17 e 18, o bonapartismo do primeiro e segundo Império na França, Bismarck na Alemanha e Kerensky na Rússia) em que as classes atingem um equilíbrio;</p> <p>7) No processo revolucionário violento é necessária a ditadura do proletariado (a classe trabalhadora se apropria do poder do Estado), como um período de transição, para retirar das mãos da burguesia os meios de produção (socialismo) e transformá-los em propriedade do Estado em nome da sociedade;</p> <p>8) Esse processo acima tem como objetivo eliminar os antagonismos entre as classes e com isso as classes. Quando as classes deixarem de existir o Estado se tornara supérfluo. Portanto, é necessário eliminar a maquina estatal e não adaptar - se a ela. A condição da extinção das classes e da extinção do aparelho estatal é a associação livre e igual de todos os produtores (comunismo)</p> <p><i>Existe uma variação, segundo Lênin (2007), a partir das formulações de K. Kautsky que propunha uma saída gradual para a transformação social (aquisição da maioria no parlamento e a transformação do parlamento em governo soberano; deslocamento de forças no interior do poder político) para a realização do programa democrático. Assim, essa tese negava a ditadura do proletariado e não propunha a quebra da máquina do Estado. Essa ideia liga-se a ideia de um Estado por cima</i></p>

	<p><i>das classes, idealista e liberal, acrescento.</i></p> <p>9) A vitória do proletariado na revolução, deveria - se buscar como aliado o campesinato e não a burguesia. Poder sem partilha!</p>
<p>LIBERAL (IDEALISTA)- referência de Lênin (2007), Boschetti e Behring (2011, p. 56 - 61)</p>	<p>HEGEL:</p> <p>- É uma força imposta do exterior a sociedade; a realidade da Ideia Moral, imagem e a realidade da razão;</p> <p>1. O Estado é o resultado das contradições e luta de classe (admite a existência da luta de classe), mas corrigem Marx afirmando que seu papel é o de conciliação de classes (LÊNIN, 2007, p.25, interpolações minhas)</p> <p>a) Liberal (BEHRING, 2011, p. 56 - 61):</p> <p>Ao partir do pressuposto de que o bem - estar social se afetiva através da ação de cada um dos indivíduos agindo em interesse econômico próprio junto à coletividade e do trabalho como mercadoria, cuja regulação se realiza pelo livre mercado, os liberais julgam que o Estado é mínimo, neutro e arbítrio. Assim, não caberia a esta instituição interferir na vida privada, nas relações sociais/ trabalho.</p> <p>Em Smith o Estado possui três funções: defesa contra inimigos externos; proteção de todos os indivíduos de ofensas de outros indivíduos; provimento de obras públicas que a iniciativa privada não pode realizar. Assim, a sociedade civil seria auto-regulada pela ação involuntária dos indivíduos. A esfera do interesse privado tornou-se autônoma em relação ao interesse público, sendo que o indivíduo privado divorciou - se do cidadão.</p> <p>b) Liberal Kenesiana e Rousseniana (BEHRING, 2011):</p> <p>-Estado como mediador civilizador, ressuscitado nas formulações Kenesiana e social democratas, tem origem nas formulações de ROUSSEAU em o Contrato Social em 1762:</p> <p>A sociedade foi corrompida pela propriedade que é um produto da voracidade do homem mais poderoso e rico para proteger interesses próprios;</p> <p>O Estado é uma esfera, criada pelos ricos, que preservar a desigualdade e não o bem comum.</p> <p>Propõem, por isso, a criação de um Estado de direito, cujo poder reside no povo, na cidadania, por meio da vontade geral expressa em leis igualitárias.</p> <p>O Estado de direito seria capaz de limitar os extremos de pobreza e riqueza e promover a educação pública para todos (meio decisivo para livre escolha)</p> <p>Diferentemente de Lock que buscava um contrato entre os proprietários, o Contrato Social em Rousseau envolve o conjunto da sociedade em mecanismos de democracia direta. (apud Bobbio, 1998)</p> <p>c) Perspectiva Kenesiana:</p> <p>O Estado deve ser regulador e produtor. Assim, seu papel é intervir nas relações sociais e na economia com o objetivo é</p>

	<p>combater a queda da taxa de lucros e com isso algum controle sobre o ciclo do capital.</p> <p>O bem estar deve ser buscado individualmente no mercado, entretanto aceita-se a intervenção estatal em áreas econômicas para garantir a produção e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho.</p> <p>O Estado como um agente externo, em nome do bem comum, neutro e arbítrio, tem legitimidade para intervir, ao contrário dos empresários que pensam nos seus interesses individuais e imediatos.</p> <p>O COMPONENTE IDEALISTA DESSAS FORMULAÇÕES É O SEGUINTE:</p> <p>Nos liberais- Smith e Ricardo: na ideia de neutralidade do Estado, na ideia de uma sociedade desconectada do Estado e auto regulada, da negação da luta de classe e portanto da política.</p> <p>Nos liberais democratas radicais - Keynes, Rousseau é a crença que a educação liberta</p>
<p>OUTRAS INTERPRETAÇÕES Observadas em Boschetti e Bering(2011)</p>	<p>ESTRUTURALISMO - derivado positivismo</p> <p>PLURALISMO - Derivada do liberalismo (idealismo em WEBER)</p>

Existem inúmeras interpretações a cerca do Estado. Nossa análise teve como referência os estudos marxistas clássicos, representados por Lênin (2007) na obra o Estado e a Revolução e de autoras marxistas contemporâneas brasileiras como Boschetti e Bering (2011). O primeiro autor realiza um levantamento sistemático da teoria materialista do nascimento, desenvolvimento e morte (a partir da **revolução violenta e ditadura do proletariado**) do Estado em Marx e Engels, cujo objetivo central era atacar o oportunismo aderente da perspectiva burguesa e pequeno burguesa de um Estado por cima das classes, como órgão de conciliação, assim como as teses do **definhamento** do Estado propagadas pelo representante mais autorizado, K. Kautsky, das teses desvirtuadas ou esquecidas na Rússia para reestabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado. Quando Lênin ataca o oportunismo ataca também as teorias burguesas e anarquistas acerca do Estado e da Revolução.

As segundas autoras se fazem necessárias porque a época Lênin ainda não havia se desenvolvido o chamado Estado Social que rompeu parcialmente com os princípios liberais da não intervenção estatal nas relações sociais. Essas autoras também detalham os principais pressupostos das teses liberais clássicas e atuais.

POLÍTICA SOCIAL/PÚBLICA - Boschetti e Bering (2011)

PERSPECTTIVA	CARACTERÍSTICAS
FUNCIONALISTA/EMPIRISTA	<p>Fortemente influenciada pelos estudos de Èmile Durkheim, em suas regras do método sociológico, publicadas inicialmente em 1895, de onde podemos tirar orientações metodológicas centrais, que são as principais expressões da perspectiva segundo a qual o objeto sobrepõe ao sujeito.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Os processos sociais devem ser tratados como fatos sociais, ou seja, como coisas que não se equiparam a natureza, mas que devem ser tratadas com procedimentos semelhantes. - O sujeito de pesquisa deve ser colocado diante de seu objeto numa perspectiva de exterioridade, ou seja, deixando em suspensão as pré- noções. Os fatos sociais possuem uma natureza exterior e coletiva, melhor dizendo sua sede é a sociedade e não os indivíduos. - Para apreender os fatos sociais dessa forma é necessário buscar suas características exteriores comuns , chegando a uma definição previa , circunscrevendo o objeto. São características superficiais, mas que ligam a propriedades fundamentais das coisas. Assim, têm-se as análises a partir das representações sociais e do senso comum, buscam-se pontos fixos de apoio e as regularidades do objeto. - São normais os fatos que apresentam formas mais gerais numa determinada fase do seu desenvolvimento e são mórbidas ou patológicas as exceções a regra. Chega-se aos tipos sociais, os quais partem dos mais simples onde apenas existe a solidariedade mecânica para os mais complexos – a divisão social do trabalho e a progressivacoessão social por meio da solidariedade orgânica (instituições e corporações). Para o autor as sociedades são combinações diferentes de

	<p>uma única sociedade original e existem espécies sociais pela mesma razão pela qual existem espécies em biologia.</p> <p>- Em tempos “neoliberais” estamos vivendo uma espécie de revi Val. O exemplo disso é o resgate da idéia durkheiminiana de anomia para a explicação das transformações contemporâneas, que seriam uma espécie de condição mórbida e patológica da sociedade em geral, marcada pela desagregação e pelo desequilíbrio social, manifesto pela incapacidade da sociedade de exercer sua ação sobre os indivíduos, levando a disfunções e conflitos. No estado de anomia há uma espécie de curto circuito no contato entre os órgãos que compõem o organismo social, bem como um afrouxamento das normas sociais. Trata-se do resgate dessa perspectiva analítica para descrever a “desorganização” do capitalismo contemporâneo, a “nova” questão social e também os “novos” formatos e coberturas de política social diante da crise do modelo anterior de regulamentação e de consciência coletiva, no contexto do colapso de instituições que “harmonizavam” a sociedade, em especial da relação salarial.</p> <p>- Na referencia de Lowy, vê-se que o positivismo é marcado por alguns axiomas: a sociedade é regida por leis naturais; pode ser estudada pelos mesmos mecanismos das ciências da natureza; e deve ser estudada de forma objetiva e neutra. Em Durkheim essas três dimensões são incorporadas, assim chega algumas conclusões conservadoras, como por exemplo, de apontar que a desigualdade social é uma lei naturale imutável as revoluções são tão impossíveis como os milagres. Assim, só é possível lidar com a inevitável divisão social e técnica do trabalho e com os problemas daí decorrentes a partir do desenvolvimento de corporações e instituições que teriam função de coesão social, evitando estado de anomia – de onde pode inferir o lugar da política social.</p> <p>- De acordo com Lowy, a distinção entre o normal e o patológico configurou-se como uma estratégia, nada neutra, de legitimação e apresentação dos conflitos sociais como um “estado mórbido do corpo social”, no qual um órgão social, a classe operária, teria a equivocada pretensão de erguer uma sociedade superior, negando a verdade elementar, de acordo com Durkheim, da impossibilidade de um órgão se sobrepor aos demais que compõem naturalmente o organismo social. Durkheim oferece uma solução próxima à solução de Smith para o problema da concorrência entres os capitalistas: o apelo aos sentimentos morais.</p>
<p>INFLUÊNCIA IDEALISMO</p>	<p>DO</p> <p>- O idealismo é a perspectiva metodológica em que o sujeito sobrepõe ao objeto. É uma forma de pensar e interpretar a sociedade, superdimensionado o papel do sujeito, o qual concebe arealidade como resultado do pensamento, desconsiderando as condições e determinações objetivas. O diálogo é estabelecido com filosofia clássica alemã, em especial Kant e Hegel.</p>

Kant: a **razão é a inteligência, entendimento**, é possível conhecer a realidade nas suas manifestações e expressões - o que dá pernas ao funcionalismo, mas a **essência do ser** é incognoscível, ou seja, **não pode ser conhecida**.

Hegel: o **entendimento é positivo**: parte da existência factual do ser e fixa suas determinações. Já a **razão é negativa**: ela dissolve as determinações fixadas pelo entendimento no movimento do ser, que aparece como processo, de forma que o ser é permeável pela razão, diferente do que pensava Kant. É possível conhecer a coisa porque ela é movimento dialético.

- **Segmento do pensamento social**, derivado das reflexões clássicas, com ênfase em **Kant**, o historicismo alemão neokantiano do século. XIX, de Dilthey e Rickert, que designa dois tipos de ciência: as da natureza e as do espírito, em que a essência são as **motivações** que produzem os **movimentos dos sujeitos**, as **descrições das formas e dos tipos fundamentais da vida do espírito**.

* **WEBER:**

-Essa **perspectiva dos neokantianos marcará o pensamento de Weber** cuja influencia no debate contemporâneo é fundamental

- Max Weber realiza uma aproximação dos processos sociais a partir da compreensão **das intencionalidades e ações dos sujeitos, que se sobrepõem às condições objetivas que as circunscrevem**. Assim, as preocupações weberianas estarão voltadas para a captação da relação de **sentido da ação humana**. A **análise dos sentidos do comportamento humano** se submete á **prova, à validação objetiva**.

- **Neutralidade axiológica**: Weber postulou a neutralidade axiológica (valores) das ciências sociais. Ao contrário de Durkheim, ele reconhece a relação entre ciência e visão de mundo, mas **os valores aqui não estão relacionados a projetos de sociedade, classes sociais**, mas a **culturas, nações, religiões**. São os valores que permitem selecionar “no caos infinito dos fenômenos sociais”, aquilo que é negativo. Os valores orientam a escolha dos objetos, da direção da investigação empírica, mas esses valores não podem indicar as respostas, pois elas são neutras e universais. A interferência dos valores impede a compreensão integral dos fatos.

- A **dimensão historicista**. Sujeitos e objetos estão imersos na história, o que produzem uma unidade inseparável entre valor e fato, recaindo num **relativismo absoluto, no qual todas as interpretações são verdadeiras, porém limitadas e relativas**. Dessa forma, o grande esforço do pensamento é o de encontrar um **conhecimento social válido**.

	<p>- Conceito de tipo ideal: descreve o movimento normativamente ideal de uma ação racionalmente dirigida a um fim (orientada a um objetivo e por valores claros, com coerência lógica entre meios e fins) o qual é contrastado com a realidade, permitindo situar os fenômenos sociais em sua relatividade.</p> <p>- Relação com as políticas sociais: influencia, portanto as políticas sociais na construção de tipos, que muito tem influenciado o debate e a pesquisa comparada de padrões de proteção social, suas investigações sobre assuntos econômicos e políticos também estão presentes no debate. Exemplo são os estudos sobre autoridade e legitimidade que constituem o Estado - uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território, para o que se refere a três tipos de autoridade – racional legal, tradicional e a carismática, cada uma destas corresponde a um formato de relação entre Estado e sociedade. É daí que surge a importante discussão sobre burocracia e patriarcalismo. A política social seria um mecanismo institucional típico da racionalidade legal contemporânea.</p> <p>- Resulta no Pluralismo sustentado no racionalismo tecnocrático discutem prioritariamente a eficiência e eficácia na resolução dos problemas sociais</p>
<p>CONTRIBUIÇÃO MARXISTA</p>	<p>- Desde as análises de Marx da legislação fabril inglesa ate os estudos recentes, principalmente após 1970, o surgimento e desenvolvimento de políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, têm a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidade na produção do bem-estar nas sociedades capitalistas. (Meira, 1995).</p> <p>- O campo dos estudos marxistas sobre as políticas públicas não é hegemônico. Tem muitas análises unilaterais e empobrecidas, cuja influência do estruturalismo e outras tradições teóricas tem resultado em formulações ecléticas</p> <p>- São exemplos de análises unilaterais aquelas que situam a emergência de políticas sociais como:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Iniciativas exclusivas do Estado para responder uma demanda da sociedade e garantir hegemonia, ou em outro extremo, explicam sua exigência exclusivamente como decorrência da pressão e da luta que a classe trabalhadora exerce. Em ambos os casos o Estado é considerado como uma esfera pacífica. 2) Nessa mesma direção da análise anterior, temos as análises que atribuem as políticas sociais à funcionalidade ao sistema de acumulação, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Político na medida em que são vistas como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista e econômico por assumirem a função

de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter os níveis de demanda e consumo após crises.

- Para as autoras: Esses enfoques não são em si equivocados, pois as políticas sociais adquirem essas configurações. São insuficientes **porque não exploram as contradições inerentes aos processos sociais**. Não reconhecem que as políticas sociais podem ser **centrais na agenda de luta dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas**, quando conseguem **garantir ganhos ao trabalho e impor limites aos ganhos do capital**. Marx reconheceu esses aspectos quando analisou as legislações fabris na Inglaterra. Isso **não pode induzir a umamistificação das políticas sociais**, a qual não foi objeto de análise de sua obra, embora o primeiro capítulo do capital sobre a jornada de trabalho e a legislação fabril é de fundamental importância para análise desse tema.

- A investigação sobre o enfoque do **método da crítica da economia política proposto por Marx** consiste em situar e analisar os fenômenos sociais em seu **complexo e contraditório** processo de produção, determinado por **múltiplas causas** na perspectiva da totalidade como **recurso heurístico** [descobrir] e **inserido na totalidade concreta – sociedade burguesa**.

- **O sujeito e o objeto são historicamente situados** e em relação a particularidade das **relações sociais como objeto**, de forma que não há neutralidade e a condição para uma aproximação mais profunda em relação ao movimento essencial do objeto é exatamente o reconhecimento dessa determinação das visões sociais de mundo que impregnam o sujeito e o objeto.

-**Não deixar enganar por aspectos e semelhanças superficiais presentes nos “fatos”, procurando chegar a essência do fenômeno (Marx, 1982)**. Para realizar o percurso metodológico, **fugindo de definições e buscando as determinações**, é preciso apreender que o **fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo a esconde**, pois a essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo parcial, ou sob certos ângulos e aspectos. Assim a **política social** não pode ser analisada na sua **expressão imediata como fato social isolado**, mas como a **expressão contraditória da realidade**, que é a **unidade dialética do fenômeno e da essência**.

- Para abordar as políticas sociais em sua **complexidade histórica – estrutural**, supõe-se que existe algo suscetível de ser conhecido como **estrutura do fenômeno, como essência do fenômeno**, e que existe uma **verdade oculta nas manifestações primeiras** dos fenômenos. A existência do real e as formas fenomênicas da realidade são diferentes e muitas vezes absolutamente contraditórias em relação à lógica interna do fenômeno, seu **núcleo essencial**. Os fenômenos

que povoam o cotidiano e atmosfera comum da vida humana – como **sua regularidade, imediaticidade e evidência** – penetram na consciência, assumindo aspecto independente e natural, constituem o que Kosik denomina de **pseudoconcreticidade**

- **Cada fenômeno pode ser apreendido como um momento da totalidade:** desempenha uma função dupla: definir a si mesmo e definir o todo, ser **ao mesmo tempo produtor e produto**.

- A perspectiva do método dialético materialista não é captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade. A dialética compreende a realidade como um todo que possui sua **própria estrutura (não é caótica), que se desenvolve (não é imutável, nem dada de uma vez por todas); que vai se criando (não é um todo perfeito e acabado, é histórica e social)**.

- Elevar-se do **abstrato ao concreto**. O concreto é a **síntese das múltiplas determinações**, assumindo a **característica de unidade do diverso**.

- O estudo das políticas sociais deve considerar sua **múltipla causalidade**, as **conexões internas**, as **relações** entre suas **diversas manifestações e dimensões**.

- 1) Do ponto de **vista histórico**, é preciso relacionar o surgimento da política social às **expressões da questão social** que possuem papel determinante na sua origem.
- 2) Do **ponto de vista econômico**, é necessário estabelecer **relações** da política social como as **questões estruturais da economia - configurações do capitalismo** - e seus efeitos para as **condições de produção e reprodução** da vida da **classe trabalhadora**, assim assumem **caráter histórico – estrutural**.
- 3) **Do ponto de vista político: reconhecer e identificar as posições tomadas** pelas **forças políticas em confronto**, desde o **papel do Estado** até a **atuação de grupos que constituem as classes sociais** e cuja ação é determinada por interesses de classes em que se situam. Aqui, relaciona-se uma **questão cultural**, que diz respeito às questões de **hegemonia, ideologia**, entre outras coisas - Uma **dimensão fundamental e orientadora da análise** nessa área é a **idéia de que a produção é o núcleo central da vida social e é inseparável do processo de reprodução**, no qual se insere a política social – seja como **estimuladora da mais – valia socialmente produzida**, seja como **reprodutora da força de trabalho (econômica e**

	<p>política). Nesse sentido, a teoria do valor – trabalho, cuja operação também é histórica e permeável a ação dos sujeitos – não é, portanto, uma espécie de respiração natural do capitalismo, constitui uma ferramenta importante para pensar a política social, já que esta é uma mediação no circuito do valor. A condição/possibilidade de implementar a política social relaciona-se aos movimentos da taxa de lucro e extração/apropriação da mais – valia socialmente produzida , à relação capital / trabalho , em sentido político e econômico e que estão na origem dos grandes ciclos econômicos de estagnação e expansão do capitalismo.</p> <p>4) A política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, podendo ganhar em países como o Brasil uma radicalidade interessante (o neoliberalismo e sua saída belicista mostraram que houve uma revanche da desigualdade sobre a cidadania), ela não é a via de solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez em meio à abundância.</p>
--	---